PAMELLA THAÍS MAGALHÃES FERREIRA

O POTENCIAL DA EXTENSÃO COMO OPÇÃO DE PENSAMENTO DECOLONIAL: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO EXTENSIONISTA NO JORNAL DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DA SAMARCO

LAVRAS – MG

2026

PAMELLA THAÍS MAGALHÃES FERREIRA

O Potencial da Extensão como Opção de Pensamento Decolonial:

um estudo sobre a ação extensionista no jornal dos atingidos pela barragem da Samarco

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutora.

Drª. Flávia Luciana Naves Mafra

Orientadora

LAVRAS – MG

2026

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Ferreira, Pamella Thaís Magalhães.
O potencial da extensão como opção de pensamento decolonial : Um estudo sobre a ação extensionista no jornal dos atingidos pela barragem da Samarco / Pamella Thaís Magalhães Ferreira. - 2024.
123 p.

Orientadora: Flávia Luciana Naves Mafra

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2024.
Bibliografia.

1. Ciência hegemônica. 2. Colonialidade do poder. 3. Colonialidade do saber. 4. Extensão universitária. I. Naves Mafra, Flávia Luciana. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

PAMELLA THAÍS MAGALHÃES FERREIRA

O POTENCIAL DA EXTENSÃO COMO OPÇÃO DE PENSAMENTO DECOLONIAL: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO EXTENSIONISTA NO JORNAL DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DA SAMARCO

THE POTENTIAL OF EXTENSION AS AN OPTION FOR DECOLONIAL THOUGHT: A STUDY ON EXTENSION ACTIVITIES IN THE NEWSPAPER OF THOSE AFFECTED BY THE SAMARCO DAM

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 30 de agosto de 2024

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra – UFLA

Profa. Dra. Sabrina Soares da Silva – UFLA

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim – UFLA

Profa. Dra. Isabel Cristina da Silva Arantes – UNIFEI

Prof. Dr. Luís Fernando Silva Andrade – UFMG

gov.br Documento assinado digitalmente
FLAVIA LUCIANA NAVES MAFRA
Data: 07/05/2026 13:57:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra

Orientadora

Lavras

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar meus caminhos e decisões até aqui.

Aos meus pais, Ana e Clerton pela vida e pela educação desbravadora.

Aos meus avós, Juacir e Siná pelo apoio e incentivo.

Às minhas irmãs, Thalita, Camilla e Ana Luiza pela força nos momentos de dificuldade.

Aos amigos: Ana Luiza Fonseca, Edgar Santos, Ellen Xavier, Insônia, Denise Nunes, Agda Prado, Cassiana Ferreira, Mariana Behar, Alice Laia e ao amado grupo Cleps por todo apoio concedido e por entenderem os meus momentos de ausência.

Agradeço também a minha orientadora Flávia Naves por todo o trabalho e dedicação, por não ter soltado minha mão e por muitas vezes me apoiar com uma sensibilidade para além do exercício laboral.

Agradeço também ao Programa de Pós Graduação em Administração da UFLA por todo aporte necessário ao longo do doutorado e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo investimento nesta pesquisa e em minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

RESUMO

Estamos envolvidos num arranjo estrutural do mundo que reproduz as violências coloniais materiais, subjetivas e simbólicas. Dentre essas violências está a negação da capacidade dos povos subalternizados de produzirem conhecimentos válidos e legítimos, ocasionando no silenciamento dos pensamentos, saberes e realidades postos como irrelevantes, irracionais, meros objetos de pesquisa por serem apartados das imposições da modernidade civilizatória dos centros. Esse silenciamento e negação colonialista é incorporado ao pensamento e razões da modernidade, bem como no produto de sua expressão: o conhecimento científico. Como forma alternativa a esse processo, os autores decoloniais defendem a legitimação e validação de saberes outros, não-hegemônicos, através de um diálogo entre as várias formas de saberes, que lide face a face com a hegemonia, reivindicando o poder de todas as populações subalternizadas de contar e fazer a própria história. Tendo isso posto, refletiu-se sobre os possíveis espaços capazes de catalisar, potencializar o surgimento da descolonização dos saberes, isto é, um espaço que permita a consideração, validação, legitimação de pensamentos e saberes "outros", diferentes do hegemônico. No presente trabalho, esse espaço é visto como potencialidade no exercício da extensão universitária. Doravante, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pela barragem de Fundão à luz da abordagem decolonial. Para tal, utilizou-se de pesquisa participante, entrevista baseada em memórias, conversas informais e também pesquisa documental, para a construção do *corpus* de análise. Os resultados obtidos apontam para uma perspectiva extensionista comunicativa, dialógica e horizontal como uma potência para a descolonização dos saberes.

Palavras-chave: ciência hegemônica, colonialidade do poder, colonialidade do saber; extensão universitária.

ABSTRACT

We are involved in a structural arrangement of the world that reproduces material, subjective, and symbolic colonial violence. Among these forms of violence is the denial of the capacity of subalternized peoples to produce valid and legitimate knowledge, resulting in the silencing of thoughts, knowledge, and realities deemed irrelevant, irrational, mere objects of research because they are separated from the impositions of the civilizing modernity of the centers. This colonialist silencing and denial is incorporated into the thought and reasoning of modernity, as well as into the product of its expression: scientific knowledge. As an alternative to this process, decolonial authors advocate for the legitimation and validation of other, non-hegemonic forms of knowledge through a dialogue between various forms of knowledge, which confronts hegemony head-on, reclaiming the power of all subalternized populations to tell and make their own history. Having established this, reflections were made on the possible spaces capable of catalyzing and potentiating the emergence of the decolonization of knowledge, that is, a space that allows for the consideration, validation, and legitimation of "other" thoughts and knowledge, different from the hegemonic one. In this work, this space is seen as a potentiality in the exercise of university extension. Henceforth, this research aims to understand how power relations and the construction of knowledge occur in the extension activities of the newspaper "A Sirene" with those affected by the Fundão dam, in light of the decolonial approach. To this end, participatory research, memory-based interviews, informal conversations, and documentary research were used to construct the corpus of analysis. The results obtained point to a communicative, dialogical, and horizontal extension perspective as a potential for the decolonization of knowledge.

Keywords: hegemonic science, coloniality of power, coloniality of knowledge; university extension.

INDICADORES DE IMPACTO

Estamos envolvidos num arranjo estrutural do mundo que reproduz as violências coloniais materiais, subjetivas e simbólicas. Dentre essas violências está a colonialidade do saber, a negação da capacidade dos povos subalternizados de produzirem conhecimentos válidos e legítimos, ocasionando no silenciamento dos pensamentos, saberes e realidades postos como irrelevantes, irracionais, meros objetos de pesquisa. Esse silenciamento e negação colonialista é incorporado ao pensamento e razões da modernidade, bem como no produto de sua expressão: o conhecimento científico. Tendo isso posto, esta pesquisa refletiu sobre os possíveis espaços capazes de catalisar, potencializar o surgimento da descolonização dos saberes, isto é, um espaço que permita a consideração, validação, legitimação de pensamentos e saberes "outros", diferentes do hegemônico. No presente trabalho, esse espaço é visto como potencialidade no exercício da extensão universitária. Doravante, este trabalho apresentou como objetivo compreender como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão à luz da abordagem decolonial. No que se refere aos impactos, a tese traz contribuições qualitativas. Para o debate acadêmico, o trabalho argumenta em torno de possíveis práticas propulsoras da descolonização do pensamento e da produção do conhecimento, partindo do entendimento que a descolonização do pensamento é condição promotora da alteridade e justiça cognitiva inerentes e determinantes nos desdobramentos da vida política e cidadã dos sujeitos sociais. Em outras palavras, a pesquisa em questão reflete e defende a descolonização do pensamento como condição para a justiça cognitiva, pois, a justiça cognitiva é fator determinante e que antecede a justiça social. Ademais, a presente tese foi desenvolvida empregando a metodologia de pesquisa participante junto a uma comunidade de atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, comunidade esta, constantemente submetida a violências e vulnerabilidades. Nesse sentido, a participação da pesquisadora em campo se deu de forma a não somente investigar tal realidade posta, mas também de transformá-la, devolvendo o conhecimento obtido numa perspectiva de transformação positiva das realidades, buscando promover a paz, justiça e a eficácia da universidade pública enquanto instituição e da ciência enquanto compromisso ético. A tese também trouxe para o centro de discussão e lócus de análise a importância de se conhecer comunidades com realidades locais outras, suas culturas, contexto sociais, saberes, subjetividades e produções de mundo fora das determinações

dos centros, reconhecendo o agenciamento humano dessas pessoas, as suas formas organizativas como válidas e as suas perspectivas como formas legítimas de existência, contribuindo para a saúde e bem estar dessas comunidades, bem como para a redução das suas desigualdades, paz e justiça social. Por fim, essa pesquisa contribui com o caráter educacional para o cumprimento de uma das funções da universidade pública, a saber, a promoção da ação extensionista aberta à participação da população, como forma de democratizar o conhecimento ao passo em que ele se produz no processo interacional entre universidade e comunidade. Os resultados apontam para uma extensão comunicativa, dialógica como uma potência para a descolonização dos saberes, propulsora da justiça social.

IMPACT INDICATORS

We are involved in a structural arrangement of the world that reproduces material, subjective, and symbolic colonial violence. Among these forms of violence is the coloniality of knowledge, the denial of the capacity of subaltern peoples to produce valid and legitimate knowledge, resulting in the silencing of thoughts, knowledge, and realities deemed irrelevant, irrational, mere objects of research. This colonialist silencing and denial is incorporated into the thought and reasoning of modernity, as well as into the product of its expression: scientific knowledge. Having established this, this research reflected on possible spaces capable of catalyzing and potentiating the emergence of the decolonization of knowledge; that is, a space that allows for the consideration, validation, and legitimation of "other" thoughts and knowledge, different from the hegemonic. In this work, this space is seen as a potentiality in the exercise of university extension. This work aims to understand how power relations and the construction of knowledge occur in the outreach activities of the newspaper "A Sirene" with those affected by the Fundão dam collapse, from a decolonial perspective. Regarding impacts, the thesis offers qualitative contributions. For the academic debate, the work argues for possible practices that promote the decolonization of thought and knowledge production, based on the understanding that the decolonization of thought is a condition that promotes alterity and cognitive justice, inherent and determining factors in the unfolding of the political and civic life of social subjects. In other words, this research reflects on and defends the decolonization of thought as a condition for cognitive justice, since cognitive justice is a determining factor that precedes social justice. Furthermore, this thesis was developed using participatory research methodology with a community affected by the Samarco dam collapse, a community constantly subjected to violence and vulnerabilities. In this sense, the researcher's participation in the field was aimed not only at investigating this existing reality, but also at transforming it, returning the knowledge obtained from a perspective of positive transformation of realities, seeking to promote peace, justice, and the effectiveness of the public university as an institution and of science as an ethical commitment. The thesis also brought to the center of discussion and locus of analysis the importance of understanding communities with different local realities, their cultures, social contexts, knowledge, subjectivities, and worldviews outside the determinations of

the centers, recognizing the human agency of these people, their organizational forms as valid, and their perspectives as legitimate forms of existence, contributing to the health and well-being of these communities, as well as to the reduction of their inequalities, peace, and social justice. Finally, this research contributes to the educational character of fulfilling one of the functions of the public university, namely, the promotion of extension activities open to the participation of the population, as a way of democratizing knowledge as it is produced in the interactional process between university and community. The results point to a communicative, dialogical extension as a powerful tool for the decolonization of knowledge, driving social justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

1.1 Objetivos 8

1.2 Justificativa 9

2. REFERENCIAL TEÓRICO 10

2.1 Colonialidade e Modernidade: a colonialidade do saber e a ciência hegemônica 10

2.2 Desobediência Epistêmica como Alternativa à colonialidade do Saber .. 21

2.3 O Projeto Decolonial e a Potência da Extensão Universitária 26

3. METODOLOGIA 35

3.1 Análise e Discussão: 41

3.1.2 O Rompimento da Barragem de Fundão como Fato Gerador do jornal A Sirene 41

3.1.2 O Jornal A Sirene como Extensão: o encontro 65

3.1.3 O Jornal A Sirene em Campo 77

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

1 INTRODUÇÃO

A trajetória percorrida para realização desta pesquisa foi iniciada antes mesmo do investimento em sua formulação. O presente trabalho teve início nas minhas apreensões e inquietações enquanto estudiosa, pesquisadora e agente social.

Minhas dedicações acadêmicas sempre foram ligadas aos estudos críticos, às denúncias sobre as opressões, dominações e forças hegemônicas, frutos da relação dialética entre a realidade social e as conversas com teóricos por intermédio de leituras. Eu passava pelo processo de subjetivação da leitura, seguida da problematização da realidade social e da objetivação na produção acadêmica científica. Posteriormente, essa produção científica encontrava seu meio de divulgação em congressos e periódicos, reflexões eram geradas entre os pares e, assim, iniciava-se um novo e mesmo ciclo.

Entretanto, algo ainda me causava desconforto e insatisfação nesse processo: a dificuldade do diálogo científico com a sociedade, uma aproximação da academia com aqueles que sofrem a opressão e a violência ao viver a própria vida e que encontram dificuldades em estabelecer um espaço legitimado para dizer o que eles vivem e sentem verdadeiramente em suas experiências. Esse desconforto em relação a tal diálogo está intrinsecamente ligado à ideia do conhecimento como potência transformativa das realidades. Ao mesmo tempo, esse desconforto e insatisfação não era pessoal, ele foi apontado inúmeras vezes em falas durante seções de congressos, em reuniões de grupos de pesquisa, tornando-se alvo de produção acadêmica (Vizeu; Lara, 2023) e até mesmo de tema de grupos de trabalho em congresso (A Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, por meio do VIII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, apresentou como grupo de trabalho: A Dinâmica Discursiva Entre o Conhecimento em Organizações e a Sociedade Não Especializada).

No âmbito dos Estudos Organizacionais (EOR), essa dinâmica entre o diálogo acadêmico e a sociedade tem sido trazida à tona sob um olhar que problematiza as produções acadêmicas, suas formas de avaliação e valoração de trabalhos como empecilhos à realização de pesquisas que se debrucem sobre os problemas que surgem das práticas sociais locais (Alperstedt; Andion, 2017; Alcadipani, 2017; Lazzarini, 2017).

Alperstedt e Andion (2017) destacam que a falta de aplicabilidade das pesquisas em Administração e sua baixa preocupação com os problemas concretos advém das

métricas acadêmicas que qualificam cursos, professores e pesquisadores em relação às suas publicações em periódicos. Com isso, o que se pode gerar é uma prática científica em que as pesquisas se transformem em um objeto de acúmulo de pontos, perdendo seu sentido afetivo e transformador.

Em um pensamento correlato, Lazzarini (2017) denuncia o largo distanciamento entre as pesquisas em administração e a gestão das organizações, bem como do debate público por pesquisas locais se debruçarem sobre a aplicação ou testes das teorias desenvolvidas no contexto internacional, o que não necessariamente implica em construção de conhecimento acadêmico no país. Além disso, o mesmo autor ainda critica o sistema de avaliação de artigos que considera seu impacto por meio de citações, o que incentiva interações entre pares em prol dos próprios interesses, em detrimento do avanço a partir de debates científicos.

Ademais, Alcadipani (2017) critica o mimetismo aplicado ao esquema produtivista imposto pela hierarquia acadêmica anglo-saxã, que subalterniza os saberes periféricos, determina os formatos e linguagens das publicações locais e reivindica a necessidade urgente de criação de um espaço acadêmico que verse sobre os problemas e realidades locais.

Nesse sentido, Carrieri e Correia (2020) também chamam atenção para a necessidade de considerarmos as histórias e relações locais, bem como os seus silenciamentos, tensões e repressões que influenciam o contexto dos EOR. Os autores defendem que devemos ir às ruas e procurar nos aproximar, conhecer e dialogar na busca de construir caminhos alternativos de forma conjunta com a sociedade, e não apenas falar sobre ela, pois, assim, deixaríamos de replicar a exclusão do conhecimento científico e nos aproximaríamos da sociedade, considerando o que é importante para a localidade.

Apesar das dificuldades e desafios do diálogo científico com a sociedade, resolver essa questão não é o alvo específico de estudo desta tese, todavia, é seu fato gerador, pois, a partir dessa inquietação vi a necessidade de explorar o campo para além do aspecto da denúncia ou da escrita de artigos, buscando entender a dinâmica daqueles que vivenciam e exercitam a resistência no fazer e existir políticos cotidianos. Em mim, surge uma necessidade de explorar quais são os dilemas enfrentados por aqueles que estão nas bases das lutas sociais, por aqueles que pensam a transformação da realidade a partir da relação com a própria realidade em que vivem.

A partir das inquietações a respeito dos limites transformativos da academia e da ciência, junto com a necessidade de me aproximar da realidade daqueles que dedicam sua

experiência de vida à resistência, encontrei na abordagem decolonial e em sua proposta, reflexões que se aproximavam dessas questões, conforme explano a seguir.

O grupo de estudiosos Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD) desponta ao trazer a perspectiva de que estamos envolvidos em uma estrutura, organização e arranjo social do mundo que perpetua até os dias atuais as violências em que o período colonial se assenta (Ballestrin, 2013; Quijano, 2005). O fim do período colonial em sua formalidade, não reformulou as bases sociais que permitiram a sua existência, o que sucedeu foi a reprodução de sua lógica, velando seus propulsores sob o véu moderno, capitalista e neoliberal (Coronil, 2005; Lander, 2005; Quijano, 2005; Ballestrin, 2013; Maia; Melo, 2020). À reprodução da lógica colonialista, dá-se o nome de colonialidade.

A construção da história, bem como a estruturação mundial teve suas bases formadas na diferença colonial, isto é, uma diferença posta entre o "colonizador" que representa a referência de um ser, de um saber, do que é bom, evoluído, civilizado, bonito, moderno e desenvolvido e um "outro" que como ser diferente, também é a negação desses atributos (Quijano, 2005). Assim, construiu-se globalmente a supremacia branca, europeia, civilizada, moderna, intelectual e humana, em detrimento de todos os "outros" postos como negros/índios, atrasados, bárbaros, não-humanos e não capazes de reflexão (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007; Dussel, 2005; Santos, 2006; Maia; Melo, 2020; Barbosa, 2017).

Com a diferença colonial e consequente poder conferido aos europeus, dada a sua superioridade imposta, eles também garantiram o lugar privilegiado de discurso e enunciação para contarem a história do mundo a partir de suas perspectivas. Isto equivale a dizer que a história, a articulação e a formação do mundo são contadas e construídas sobre a perspectiva do colonizador, que assegura o seu poder (Quijano, 2005; Lander, 2005; Lemos, 2019).

Sobre essas bases surge a Modernidade, mas não uma modernidade neutra, vista como um mero período histórico e renascentista, mas sim, uma Modernidade que tem sua importância assegurada pela lógica da colonialidade, pois, foi tal lógica da superioridade colonial que conferiu poder ao europeu para disseminar as ideias modernas universalmente (Mignolo, 2011; DusseL, 2005; Quijano, 2005; Lander, 2005; Maldonado-Torres, 2007; 2008; Porto-Gonçalves, 2005; Grossfoguel; Onesko, 2021).

Ancorada na colonialidade, a modernidade inaugura um regime de pensamento, legislando sobre as outras formas de vida, de experiências e de cosmovisões do mundo,

como por exemplo, as sociedades indígenas e americanas que eram classificadas por cronistas e viajantes como de baixo desenvolvimento, descritas como lugares onde predominava a "selvageria, barbárie e ausência completa de arte, ciência e escrita" (Castro-Goméz, 2005, p. 91).

Esse referencial empírico segregador serviu de fundamentação para teóricos sociais e para produções de pensamento eurocêntricas, que passaram a definir as formas de conhecer e apreender o mundo, de se obter um conhecimento válido e verdadeiro, o que denominamos de razão científica moderna (Porto-Gonçalves, 2005; Lander, 2005). A razão científica ao definir os próprios métodos, legitima os conhecimentos produzidos a partir dela, desenvolvendo a noção de um conhecimento universal e neutro e, por isso, justo, capaz de regular todas as sociedades do mundo (Lander, 2005).

Com efeito, os conhecimentos e saberes outros são vistos como manifestações de irracionalidade, um saber folclórico, supersticioso, distante, cultural, objeto de pesquisa subordinado, subserviente à única fonte de conhecimento verdadeiro: a ciência (Santos, 2006; Lemos, 2019; Sayago; Bursztyn, 2006; Nogueira, 2019).

Assim, entendendo as bases históricas que tornam possível a colonialidade, compreendemos então que a ciência vem representando o pensamento hegemônico a serviço da manutenção das estruturas sociais que permitem a perpetuação da colonialidade, mantidos sobre a ideia de que essa é a única forma possível de se compreender a verdade e a validade dos fenômenos (Lander, 2005; Coronil, 2005) e que, ao mesmo tempo, a negação da diversidade de pensamentos é própria da colonialidade (Santos, 2006).

Dessa maneira, a partir dessas reflexões trazidas pelos autores do grupo MCD, pude perceber que a denúncia acerca do distanciamento entre a ciência e a sociedade não é algo recente, uma vez que esse distanciamento está presente desde a sua configuração hegemônica moderna e colonialista, que nega as possibilidades outras de experiência, de visão de mundo, de organização. Essas outras histórias não têm visibilidade porque o diferente do padrão hegemônico é constantemente posto como algo exótico, um objeto a ser submetido ao olhar dominante para ser explicado, isto é, outras histórias e experiências foram e ainda são historicamente invisibilizadas.

Ao mesmo tempo, as minhas angústias, assim como este debate não se esgotam pretensiosamente em uma tese, tampouco no trabalho de uma vida, todavia, isso não significa que tal problemática não deva ser alvo de discussões e reflexões buscando

caminhos alternativos. Pensando nisso, passei a refletir também sobre lacunas e possibilidades dentro dessa lógica.

Muitos autores decoloniais teceram argumentações em torno do assunto. Dussel (2005) defende a existência de modernidades outras, o que ele denomina de transmodernidade, que é a co-existência de outras histórias, narrativas, existências, experiências e saberes numa espécie de relação de alteridade para com aqueles que tiveram o seu agenciamento negado.

Santos (2007) vem nos falar de uma "ecologia dos saberes", que reconhece os saberes silenciados e rompe com os pensamentos e ações da modernidade ocidental, de modo a promover pensamentos não derivados de um lócus do centro e sim de uma perspectiva subalterna. Para ele a superação da apropriação e violência próprios do colonialismo só ocorre por meio de um posicionamento epistemológico subalterno que parte da própria experiência social do sul global "concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo" (Santos, 2006, p. 85).

Ao aprofundar nas leituras e nas propostas, entendi que não há uma oposição à ciência, mas sim, a defesa de uma abertura para a consideração de outras histórias, vivências, experiências e saberes diferentes dos hegemônicos como legítimos e válidos, assim como as que servem de base científica. Apesar desses autores apresentarem propostas com denominações distintas (como ecologia dos saberes, desobediência epistêmica, transmodernidade, etc.), é possível perceber a congruência de pensamentos na importância dada às narrativas de histórias e experiências comumente silenciadas, oprimidas e apreendidas pela perspectiva de epistemes hegemônicas, que determinam e limitam a interpretação, atuação e transformação do mundo a partir da própria realidade.

Nesse sentido, passei a refletir sobre a possibilidade de espaços acadêmicos e científicos que permitem a afluência de histórias e experiências a partir da própria demanda social, necessidade e realidade vivida, espaços que reconhecem tal realidade como legítima e capaz de se transformar por si, possibilitando uma descolonização do pensamento científico ao mesmo tempo. Outrossim, é necessário então, que haja um espaço em que a sociedade tenha voz e que suas demandas e anseios sejam de fato consideradas, assim como propõe a abordagem decolonial. Esse espaço também precisa ser dialógico e não hierarquizado, como trazido por Santos (2006) ao falar sobre a ecologia dos saberes, contribuindo assim, para que não seja reproduzida a hegemonia colonialista do saber.

A partir dessa proposta e em diálogos de orientação, passei a refletir sobre uma esfera da universidade que possibilitasse a afluência desse projeto. Em relação aos espaços universitários possíveis de se realizar uma atuação mais estreita e dialógica com a sociedade, pensei em uma esfera que vem recebendo atenção em termos de debate, mas pouco em termos de estruturação, a saber, a extensão universitária (Bastos, 2018).

Moita e Andrade (2009) já apontavam que nas Universidades a ênfase na prática extensionista é subestimada em relação às atividades de ensino e pesquisa. Contudo, para os autores o ensino, pesquisa e extensão devem ser levados como uma espécie de "santíssima trindade" no sentido de apresentarem iguais importâncias, destacando a sua indissociabilidade diante da necessidade de uma universidade autônoma, competente e ética. Para eles, a ênfase dual em ensino e pesquisa, pode proporcionar, por exemplo, um avanço tecnológico, todavia, corremos o risco de ignorar a compreensão político-ético-social quando se pensa no destinatário final desse conhecimento científico. Assim, a extensão universitária pode se comportar como uma potência aproximativa do conhecimento que circunda os muros universitários e a sociedade.

A extensão universitária se compromete com a democratização do conhecimento (Cruz; Araujo, 2021), a partir do estreitamento dos espaços entre a esfera acadêmica e a sociedade pela atuação universitária, de forma que o conhecimento acadêmico contribua para a transformação de uma demanda social (Cruz; Araujo, 2021; Koglin; Koglin, 2019). Isto é, a extensão universitária busca a democratização do conhecimento ao mesmo tempo em que almeja uma produção científica, tecnológica e cultural que se baseia na realidade concreta (Gadotti, 2017). Pensando nas possibilidades e nas formas permitidas de se realizar a extensão universitária em conformidade com as inquietações que geraram os primeiros passos desta pesquisa, parti a conceber a extensão sob uma perspectiva freiriana.

Para Freire (2015), a ação extensionista deve se dar de forma não assistencialista, ou seja, não deve haver uma sobreposição do conhecimento acadêmico ao saber popular, a ação deve ser comunicativa, dialógica e, principalmente, horizontal. O que Freire intenta dizer é que na ação comunicativa da extensão não deve haver uma relação de poder que confere autoridade ao acadêmico em relação àquele que se baseia na sabedoria popular, deve haver um diálogo, uma comunicação não hierarquizada, de forma que os anseios da sociedade sejam ouvidos e que a ação extensionista se dê a partir de tais anseios , mas não de forma a prestar um serviço ou assistência, mas de forma a conferir autonomia, agência e capacidade transformativa de e a partir de suas próprias realidades.

A partir disso, passei a refletir sobre a proposta freiriana de extensão como um espaço potencializador da descolonização do pensamento, ou seja, como um espaço capaz de catalisar as condições de um pensamento para além das determinações hegemônicas, uma vez que, a extensão pode permitir a afluência e legitimação de histórias, vivências, experiências e visões de mundo num diálogo que considera a possibilidade de existência de outros saberes e não somente o científico. A proposta freiriana se aproxima do diálogo proposto por Santos (2006; 2007) em sua ecologia dos saberes, como alternativa ao saber hegemônico e, ao mesmo tempo, funciona como uma desobediência epistêmica ao subverter a lógica do pensamento para a produção do conhecimento a partir da realidade subalterna e não sob um lócus de análise.

Assim, veio a decisão de estudar uma ação extensionista concreta baseada em diálogo e comprometida com transformação social, com potencial de descolonização a partir das alternativas trazidas pelos autores decoloniais, buscando compreender como se dão os meandros das relações de poder e do saber nesse processo.

Em reuniões de orientação e considerando a liberdade de encontrar um projeto de extensão que me causasse provocações para a continuidade da pesquisa, logo, comecei a buscar junto de colegas e professores iniciativas que se assemelhassem aos meus objetivos de estudo.

Nesse processo de busca, tomei conhecimento por uma antiga professora e amiga, que a produção de um jornal dos atingidos[1] pela barragem de Fundão, em Mariana-MG havia passado por dificuldades para manter a sua existência e que devido a isso, em dezembro de 2021 as pessoas atingidas procuraram a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em busca de ajuda. A partir do pedido dos atingidos, a UFOP então, junto a alguns gestores acadêmicos, a coordenação do curso de jornalismo e alguns docentes iniciaram uma conversa com as pessoas atingidas buscando soluções que viabilizassem a continuidade do jornal em seu formato original. Como alternativa, eles decidiram "transformar" o jornal dos atingidos pela barragem de Fundão em um projeto de extensão.

O jornal A Sirene existe desde 2016 como um veículo de manifestação das vozes das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, que foi rompida na cidade de Mariana-MG em 2015. Em um contexto marcado pelo poder das mineradoras, que controlam o processo reparatório, assim como as informações midiáticas hegemônicas (Ferreira;

[1] A utilização neste trabalho dos termos "atingidos", "vítimas" ou "pessoas atingidas" em referência às pessoas que sofreram diretamente os prejuízos do rompimento, não se refere à uma categorização ou universalização de suas características e demandas singulares.

Pereira; Naves, 2023). Assim, o jornal A Sirene surge numa necessidade dos atingidos de ecoar suas histórias, anseios e de denunciar o cenário de violência a que são submetidos pelas mineradoras.

Com isso, despertei minha atenção pelo projeto por se tratar de um movimento contra hegemônico, de resistência (Batinga; Menezes, 2016), próprio de quem sofre silenciamentos e subalternização ao mesmo tempo em que surge de uma demanda social e não de uma ação que se inicia na intervenção universitária em uma realidade. Ademais, o contexto do rompimento da barragem da Samarco, ocorrido em Mariana-MG, já era um cenário em que eu me debrucei em pesquisas anteriores, como as de Ferreira, 2019; Ferreira; Pereira; Naves, 2023; Saraiva; Ferreira, 2022.

A partir daqui, decidi me inserir no campo em que a ação extensionista acontece, vislumbrando entender os meandros da experiência daqueles que se dedicam à transformação. Em conversa com um dos professores coordenadores do projeto, obtive um aval assaz receptivo para a elaboração da pesquisa, o que consolidou a minha escolha pelo projeto do jornal dos atingidos pela barragem de Fundão, a saber, o jornal "A Sirene".

Assim, a partir das inquietações e reflexões teóricas expostas, busquei responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pela barragem de Fundão? Para responder à pergunta de pesquisa, foram empregados critérios metodológicos de uma pesquisa qualitativa, baseada em observação participante, conversas informais e realização de entrevistas com os envolvidos na ação extensionista do jornal "A Sirene", empregando a metodologia da história oral temática.

Acredita-se que tais narrativas históricas e suas análises são suficientes para atingir o objetivo da presente pesquisa, qual seja, compreender como se dão as relações de poder e de saberes a partir da ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pela barragem de Fundão à luz da abordagem decolonial.

1.1 Objetivos

Geral: o objetivo da presente pesquisa é compreender como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pela barragem de Fundão à luz da abordagem decolonial.

Específicos

- Caracterizar o contexto de surgimento do projeto;
- Discutir as relações estabelecidas entre os atores das universidades, os atingidos e outras organizações envolvidas no processo extensionista;
- Identificar os saberes construídos a partir das experiências dos atores das Universidades e dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão decorrentes do processo de extensão;
- Discutir como são articuladas as relações de poder e saber na execução do projeto.

1.2 Justificativa

A presente pesquisa se justifica no âmbito acadêmico por contribuir com os estudos que se debruçam sobre a abordagem decolonial, no que se refere ao desdobramento de reflexões acerca das possibilidades e potências decoloniais do pensamento científico, uma vez que, promover a descolonização do pensamento é também prover a alteridade e a justiça cognitiva (Dussel, 2005) negada aos seres constantemente violentados, subalternizados e desvalidados em sua experiência cotidiana. Nesse sentido, argumenta-se sobre a impossibilidade de se pensar e realizar a justiça social sem uma justiça cognitiva, de pensamento, de legitimação de modos de vida e de visões de mundo pluriversais (Santos, 2006; 2007, Dussel, 2005, Lander, 2005).

Além disso, os estudos que se debruçam sobre a abordagem decolonial nos EOR ainda são incipientes, principalmente as pesquisas que tratam de natureza empírica, dedicadas aos grupos marginalizados (Silva, 2022). Assim, esta pesquisa se justifica por apresentar também uma alternativa para os estudos organizacionais que se dedicam a abordagem decolonial, por se tratar de um estudo empírico que lida com a demanda de um grupo subalternizado.

Ademais, esta pesquisa busca elucidar sobre a importância de conhecer as realidades locais a partir de como elas se produzem nos seus próprios significados e contextos sociais, um saber que se faz com uma relação dialógica com meio social e não de um lugar de enunciação autoritária de conhecimento, que replica significados e padrões sobre um único lócus teórico que se autodetermina como conhecimento verdadeiro e válido. Nesse sentido, defende-se a extrema necessidade de reconhecermos a legitimidade

da vida fora dos centros, suas culturas, saberes e subjetividades como produções de mundo ao invés de instrumentalizarmos suas perspectivas como meros “objetos de pesquisa” (Sayago, Bursztyn, 2006).

Essa pesquisa se justifica ainda por promover através de um meio legítimo de conhecimento, a compreensão dos meandros de um projeto de extensão que parte de uma demanda social, bem como trazer para o debate o cumprimento de uma das funções da universidade, que é promover uma ação extensionista aberta à participação da população (Brasil, 1996), objetivando a democratização do conhecimento ao mesmo tempo em que se almeja uma produção científica, tecnológica e cultural que se baseia na realidade concreta (Gadotti, 2017).

Ao mesmo tempo, o projeto de extensão alvo desta pesquisa se debruça sobre a construção, divulgação e documentação das histórias, memórias e resistências no constante processo de invisibilidade, silenciamento, negligência e negação de direitos das comunidades das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, pertencente à Samarco, em Mariana-MG. Tal iniciativa se torna importante por trazer a discussão da hostil realidade de comunidades que sofrem prejuízos da ação corporativa criminosa cotidianamente, ao passo que revela as relações de poder e as arestas encontradas para a sobrevivência comunitária, pois, assim como argumentado por Santos (2006) é indispensável a recuperação ou reconstrução das “outras” versões da história da ciência, para que essa história não se comporte apenas como uma expansão da ciência moderna e sim como aberturas de caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, sendo essa, a potência necessária à superação da colonialidade.

Em termos empíricos, este trabalho se justifica em sua produção como pesquisa participante, isto é, no envolvimento ativo do pesquisador no campo a ser estudado, de forma a conduzir sua participação de forma interativa, de caráter aplicado tratando de situações reais não só para conhecer a realidade, como também para transformá-la. A pesquisa participante em sua ocorrência em loco, demanda a devolução do conhecimento obtido numa perspectiva de transformação positiva da realidade (Soares; Ferreira, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Colonialidade e Modernidade: a colonialidade do saber e a ciência hegemônica

O grupo de pensadores que se debruçam sobre a questão colonialista, o grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), ainda que heterogêneo (Grossfoguel; Onesko, 2021), compartilha a defesa de ideias em comum, dentre elas a questão central em que a configuração do mundo atual só é possível pelo processo colonial e por tal lógica manter presente, atualizada e reproduzida (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2005; Quijano, 2005; Lander, 2005; Assis, 2014; Grossfoguel; Onesko, 2021). A reprodução dessa lógica, dá-se o nome de colonialidade (Mignolo, 2011).

A partir dessa compreensão, o grupo MCD traz a ideia da espoliação e silenciamento da colonização das Américas como fator determinante para a consolidação da modernidade e hegemonia europeia, às custas da escravidão e inferiorização dos povos (Porto-Gonçalves, 2006; Quijano, 2005). Nesse sentido, o grupo MCD desvela o caráter subjetivo da colonização que (re)produz seus processos nas relações sociais.

Tal argumento se assenta na percepção da colonização como fruto não só do exercício da violência, da servidão, do genocídio e da escravidão contra os povos como comumente é associado, mas também por uma estrutura de poder subjetiva introjetada no imaginário social, que desemboca na chamada "diferença colonial" (Quijano, 2005; Porto-Gonçalves, 2006).

Essa diferença colonial se dá na fixação de uma posição de referência, que se constitui como "ideal", o que implica na existência de um outro, que lhe é diferente (Quijano, 2005). Nessa lógica, a Europa e as nações imperiais se posicionaram como centro no mundo, isto é, se constituíram como referência de tudo que é bom, evoluído, desenvolvido, civilizado, avançado, etc., em detrimento de um "outro" que é a negação de todas essas referências (Quijano, 2005; Lander, 2005; Grossfoguel; Onesko, 2021; Porto-GonçalveS, 2006). Para que algo seja constituído como qualitativamente melhor, necessariamente é implicado um outro que seja considerado como pior. Nesse sentido, as relações de poder (melhor/pior) são introjetadas tanto na subjetividade daquelas que detém esse poder (dominador) como também na subjetividade daqueles que não o possuem (dominados) (Quijano, 2005).

Segundo o referido autor, com essa absorção subjetiva da "superioridade" e "inferioridade", que assegura o poder, há uma fixação no imaginário de que existem sujeitos superiores, civilizados, evoluídos e racionalmente desenvolvidos ao custo da absorção de seus contrários no imaginário, isto é, a superioridade é justificada sobre aqueles outros que são postos como inferiores, bárbaros, atrasados, subdesenvolvidos, irracionais e, inclusive não-humanos. O padrão de poder mundial, eurocentrado, se

constitui então, graças a diferença colonial, estabelecendo e fortalecendo a noção de superioridade do colonizador e a inferioridade dos colonizados, consolidando assim o poder hegemônico como justificativa para o exercício da violência subjetiva, material, física e simbólica. A noção dessa diferença colonial subsidiou e ainda subsidia as relações sociais de poder estabelecidas entre povos e nações (Lander, 2005; Quijano, 2005; Ballestrin, 2013).

A colonialidade, assim, se ancora na diferença colonial, que se deu pela hostil inferiorização de seus seres e saberes, por meio da fixação de um ideal imaginário de ser e de civilização desenvolvida. O europeu não somente produziu a si mesmo como ser superior e mais avançado da espécie, como também difundiu essa narrativa ao restante do mundo (Quijano, 2005; Nogueira, 2019; Lander, 2005).

Nessa perspectiva, Maldonado-Torres (2007; 2008) desenvolve a denominada "colonialidade do ser", que é a determinação das identidades sociais do mundo, construídas sob a hierarquização das raças – diferença colonial – resultante da classificação da posição de poder colonial. Dizendo de outra forma, a posição de poder imposta por aquele que se impõe como referência determinou a hierarquização e classificação dos sujeitos no mundo e, com isso, atribuiu juízo de valor às suas produções, inserções e experiências de vida. Como resultado, os sujeitos colonizados têm determinadas e limitadas suas experiências, o seu contato com o mundo, com a cultura, com a religião, com a atividade tecnológica e material e até mesmo a objetivação da subjetividade dos colonizados foram determinadas conforme o padrão dos dominadores para que houvesse a reprodução da dominação (Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005).

Por sua vez, Maldonado-Torres (2008, p. 89) define que "Este *ser-colonizado* emerge quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão". Dessa forma, ele aponta que a colonialidade do ser se refere às experiências de vidas determinadas e limitadas a partir das dinâmicas de poder e do ser, de maneira que a colonialidade do ser se formou como uma lógica estabilizante no imaginário dos sujeitos, de ordem genética, existencial e histórica, operando como determinante na experiência de vida, na linguagem e na visão de mundo dos colonizados. Nas suas palavras: "a colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades" (Maldonado-Torres, 2008, p. 89).

A partir disso, entende-se que a colonialidade do ser é responsável por ditar as formas possíveis de vida, limitando também as possibilidades para além da experiência

posta e exigida. Assim, a “colonialidade do ser” determina o ser enquanto sujeito situado num espaço e tempo, impondo a ele limites de atuação no mundo. Um exemplo disso é a criação eurocêntrica da categoria “índio” e “oriente”, que são construções feitas para a separação e diferenciação do centro e referência – europeu – e um outro subalterno.

De forma coexistente, surge também a colonialidade do saber, relacionada ao regime das formas determinadas de pensamento, advindas do eurocentrismo, que é construída sobre a égide de sujeitos considerados inferiores que têm negados o seu agenciamento epistêmico (Santos, 2006; Lemos, 2019; Assis, 2014; Mignolo, 2008). Assim, os seres postos como inferiores – pela colonialidade do ser que os coloca como raça inferior - têm seus pensamentos, saberes e produções também inferiorizados uma vez que, sua posição imposta como biologicamente inferior confere também sua negação como seres dotados de razão e capazes de produzir conhecimento a partir de uma experiência de vida válida e legítima. Como prova disso, tem-se a realidade da vida fora dos centros, suas culturas, saberes e subjetividades sendo tratadas como objeto de pesquisa a serem explicados, em detrimento de seu lócus enunciadores (Sayago; Bursztyn, 2006). Além disso, essa explicação é dada sob a ótica do pensamento e produções do centro (Santos, 2007; Lander, 2005; Lemos 2019). Ou seja, há a negação, a não validação de suas culturas, saberes, subjetividades e humanidades como produções de realidade no mundo. Os seres inferiorizados são submetidos a colonialidade do saber e têm os seus pensamentos e produtos deles, negados.

Dessa maneira, a colonialidade do saber, além de trazer o legado da desigualdade a ela inerente, também traz um legado epistemológico eurocêntrico, que “nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, p.3).

Concomitante a isso, os autores do grupo MCD apontam um outro marco que torna a colonialidade não só possível, como também subsidia a sua reprodução: a “modernidade” (Mignolo, 2011; Porto-Gonçalves, 2005; Dussel, 2005; Mignolo, 2005, Lander, 2005; Lemos, 2019), pois, eles percebem a colonialidade e suas faces subjetivas, materiais e simbólicas como construções que não se findaram no percurso histórico do fim do colonialismo, mas sim como parte constitutiva e determinante do projeto da modernidade, porém, de forma velada, transformada em ideais de progresso civilizatório a ser alcançado por todo o mundo, impregnados do discurso de neutralidade (Lander, 2005; Dussel, 2005; Lemos 2019).

A construção da ideia da colonialidade enquanto parte integrante e constitutiva da modernidade, se faz na crítica às narrativas eurocentradas, que contam a história do mundo e definem a sua formação, formatação universalizante a partir da ideologia moderna. Para eles não existe modernidade sem colonialidade, isto é, a modernidade e seus ideais só se tornam possíveis porque existe a colonialidade:

> A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade (Mignolo, 2011, p. 02)

Os autores compreendem a configuração da modernidade, não somente como um período a partir do Iluminismo e Revolução Industrial como é comumente empregado na narrativa eurocentrada, mas sim como uma formação a partir da colonialidade que permitiu uma estruturação social do mundo (Lemos, 2019; Mignolo, 2011; Dussel, 2005; Mignolo, 2005). É importante ressaltar, que essa estruturação não se deu somente no nível econômico e material, mas também nos níveis subjetivos e simbólicos de todo o mundo (Mignolo, 2011, Lemos, 2019; Grossfoguel; Onesko, 2021).

Essa percepção da modernidade é importante para entender o pensamento decolonial, porque compreendê-la para além de um período histórico e econômico, como comumente narrado pelo eurocentrismo, é compreender o fundamento da argumentação dos autores decoloniais, pois, as reflexões trazidas são elaboradas sobre esse entendimento como égide, por isso, compreender o pensamento decolonial é mais do que mudar uma lente para explicar uma realidade, é também uma mudança ontológica.

> A historiografia ocidental é colonial e imperialista. As narrativas feitas por cronistas, viajantes, navegantes e religiosos, espanhóis e portugueses, a partir da invasão das Américas – marcadas pelo preconceito e pelo racismo – deram início à construção da ideia Europa/ Ocidente como o lugar superior, avançado, em contraposição ao outro, atrasado; o lugar da enunciação associado ao imperialismo. Isso levaria

> à submissão dos seres humanos e da natureza das regiões dominadas (Nogueira, 2019, p. 34)

Essa descrição por cronistas, viajantes e navegantes europeus, serviu de referencial empírico para os teóricos sociais, assentando a ideia de que os estágios mais baixos de desenvolvimento estão nas sociedades indígenas americanas, que eram descritas por cronistas como um primeiro estágio de desenvolvimento em que imperava a "selvageria, barbárie e ausência completa de arte, ciência e escrita" (Castro-Goméz, 2005, p. 91). Entretanto, o que não deve ser esquecido nesse processo, é que as populações nativas das Américas, antes da chegada dos "conquistadores", já possuíam um avançado estágio de desenvolvimento e formas de organização social próprias (Sayago; Bursztyn, 2006; Quijano, 2005).

Esse lugar privilegiado de enunciação e de poder imperial fixado e exercido pelos europeus, foi em parte legitimado pelos primeiros passos que articularam as diferenças culturais em hierarquias, como anteriormente citado (Mignolo, 2005). O certo é que o conhecimento europeu sempre fez do "outro" um ser distante, folclórico, quando não apenas um resignado, subordinado, subserviente (Sayago; Bursztyn, 2006, p. 92).

A racionalidade própria da modernidade foi colocada como uma criação europeia, sendo eles os seus criadores e protagonistas, mas, "o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento" (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3). Contudo, como sujeito superior, o europeu assume sua forma de pensamento como única e verdadeira, ao passo que se institui na posição daquele que possui os princípios e ferramentas necessárias (método) para o autoconhecimento e para conhecer o "outro". Assim, a concepção moderna de conhecimento só reconhece como verdadeiro aqueles que expressam o modelo e o método ocidental, ou que sejam compatíveis aos seus princípios (Souza; Romagnoli, 2022).

Essa mesma racionalidade moderna, formulada por filósofos do iluminismo, instrumentalizou a razão por meio da materialização do mundo em sua volta, de forma que os significados e valores atribuídos por eles, foram substituídos pela sua utilidade enquanto matéria, produtos da separação entre o homem e o objeto. Há uma separação entre mente, corpo e natureza, próprios da primazia da razão ou razão pura, que ao aproximar de algo para conhece-lo e apreendê-lo, o transforma em "coisa-objeto" Souza; Romagnoli, 2022; Lander, 2005). Assim surge a ciência moderna, um modelo de pensamento e razão que se institui e se valoriza à medida que se coloca diferente em

relação aos outros conhecimentos, sendo esses outros categorizados como senso comum, religioso e artístico (Araújo, 2006).

Nesse contexto, há uma supervalorização do conhecimento moderno, que é o conhecimento científico acadêmico formal, colocando outros discursos e saberes em posições de subalternidade. Essa tendência a supervalorização da ciência se entrelaçou aos pressupostos da modernidade, levando a exaltação da fala científica e, com ela, também a exaltação daqueles que historicamente estavam em posições privilegiadas no mundo (Lemos, 2019). Como resultado disso, temos a hegemonia eurocêntrica e imperial como perspectiva de conhecimento (Quijano, 2005; Sayago; Bursztyn, 2006; Lemos, 2019), isto é, a ciência moderna se tornou o único meio possível e aceito de razão, modernização e desenvolvimento (Mignolo, 2008).

É importante ressaltar que não é intenção do grupo MCD, tampouco da autora deste trabalho colocar em dúvida a validade e a confiabilidade do conhecimento científico, mas sim problematizar a sua construção como único saber válido e confiável. Ciente disso, é de suma importância reconhecer que, ainda que haja um mérito epistemológico inerente à ciência moderna e a seus efeitos sociais tidos como positivos, é inegável o fato da ciência se consolidar como um saber universal, a partir do poder conferido a ela de legislar sobre outras formas de conhecimento.

Walsh (2007) afirma, ao falar especificamente do campo das ciências sociais, que a mesma tem feito parte da revolução neoliberal, imperial e da globalização do capitalismo e da modernidade, trazendo narrativas monolíticas, monoculturais, com teorias universais que posicionam o conhecimento ocidental como central, negando a outros a construção do próprio conhecimento ou relegando o *status* de não-conhecimento para produções derivadas de lugares e de racionalidades sociais e culturais diferentes.

Para a referida autora, essa relação hierárquica que confere poder à ciência é ainda sustentada pela noção da neutralidade, da universalidade do conhecimento e pelo seu não-lugar, isto é disseminar a ideia de que a ciência é um conhecimento puro, por ser neutro e livre de influências, universal e sem influências políticas advindas dos lugares em que sua hegemonia é afirmada e valorizada. Tais construções velam a dimensão geográfica e política do conhecimento que é reconhecido como válido e verdadeiro.

Sobre isso, Santos (2006) também afirma:

> (...) leva a que ela [a ciência] continue hoje a ser vista frequentemente no mundo não ocidental como uma forma de particularismo ocidental

> cuja especificidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam (Santos, 2006, p 19).

Entende-se, dessa maneira, que além das dimensões econômicas e políticas, o colonialismo e a modernidade como reprodutora da sua lógica, impuseram uma dimensão epistemológica, de forma que o sul global continua a ser afetado por tal lógica, prova disso é a impossibilidade de pensar a diversidade epistemológica do mundo.

> (...) apesar dos europeus imporem seu capitalismo em toda parte, isso não quer dizer que sua episteme dê conta de toda a complexidade das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar e região do mundo nesse encontro (Porto-Gonçalves, 2005, p. 03).

Portanto, é possível afirmar que a lógica colonialista é também epistêmica e que a modernidade, enquanto construto histórico e tudo que ela representa em termos de conquista e avanço, só foi possível porque existiu a diferença colonial, a subalternização, a violência, a negação, o aniquilamento e apagamento de povos, de formas de existência e de pensamentos, próprios da colonização que lhe é inerente (Mignolo, 2005; Porto-Gonçalves, 2006). Assim, é impossível conceber a modernidade de forma isolada à colonialidade, apesar dessa relação ser historicamente silenciada e apagada por aqueles que, como referência, contaram sua versão da história (Porto-Gonçalves, 2006; Machado, 2018; Lemos, 2019).

Outrossim, tal lógica colonialista e também epistêmica não é rompida pelas ciências sociais, mas sim se constitui por intermédio do poder moderno/colonial e nos conhecimentos gerados por ele (Walsh, 2007; Castro-Goméz, 2005; Santos, 2007). Ler e compreender o tempo e a experiência humana, próprio das ciências sociais, partindo desse lócus é também determinar uma universalidade excludente. Assim, pode-se dizer que as obras das ciências sociais são, nesse sentido, paradigmáticas:

> A persistente negação deste vínculo entre modernidade e colonialismo por parte das ciências sociais tem sido, na realidade, um dos sinais mais claros de sua limitação conceitual. Impregnadas desde suas origens por um imaginário eurocêntrico, as ciências sociais projetaram a ideia de uma Europa *ascética e autogerada*, formada historicamente sem

> contato algum com outras culturas (Blaut, 1993). Isto significa que para os africanos, asiáticos e latino-americanos, o colonialismo não significou primariamente destruição e espoliação e sim, antes de mais nada, o começo do tortuoso mas inevitável caminho em direção ao desenvolvimento e à modernização. Este é o imaginário colonial que tem sido reproduzido tradicionalmente pelas ciências sociais e pela filosofia em ambos os lados do Atlântico (Castro-Goméz, 2005, p. 93).

O referido autor reflete que há um imaginário colonial ideológico que está presente nas análises dos teóricos sociais eurocêntricos. Esses teóricos eurocêntricos e seus achados se constituem a partir de um modelo heurístico fundado na ideia de que a espécie humana sai pouco a pouco da barbárie e ignorância e é conduzida a processos de aperfeiçoamento até se chegar a estágios de sociedades modernas europeias:

> São disso exemplo a redução dos conhecimentos dos povos conquistados à condição de manifestações de irracionalidade, de superstições ou, quando muito, de saberes práticos e locais cuja relevância dependeria da sua subordinação à única fonte de conhecimento verdadeiro, a ciência; a subordinação dos seus usos e costumes ao direito do Estado moderno e das suas práticas económicas à economia capitalista; a redução da diversidade da organização social que os caracterizava à dicotomia Estado/sociedade civil; e ainda a conversão da diversidade das suas culturas e cosmologias em superstições sujeitas a processos de evangelização ou aculturação. Esta redução, nas suas diferentes facetas, por muito arbitrária que fosse na sua origem, acabou por se tornar numa ortodoxia conceptual (...), e foi responsável pela subordinação e pela própria invisibilidade do Sul. A negação da diversidade é inerente ao colonialismo (Santos, 2006, p. 16).

Por isso, afirma-se que a configuração do mundo atual é construída sobre a égide da modernidade e não existe modernidade sem colonialidade (Dussel, 2005; Porto-Gonçalves, 2006; Machado, 2018). Ademais, ressalta-se que a modernidade não é só um *modus operandi* de vida, não só uma difusão ideológica, mas também um paradigma posto como único.

Ademais, as visões críticas legitimadas pela ciência ao modelo civilizatório hegemônico, são inerentes ao próprio modelo e, usar como lente a razão que os criaram, só limita e inibe reflexões alternativas a esse processo (Santos, 2006; 2007). As críticas a esse modelo escondem as relações entre a modernidade e colonialidade, que sustentam sua hegemonia (Mignolo, 2008). Denunciar a regulação social e almejar a emancipação tal como trazido por teóricos clássicos eurocentrados não traz soluções e alternativas aos seres outros, que tem sua agência humana e política negadas, que são postos como seres "folclóricos", com experiência e racionalidade irrelevantes (Sayago; Bursztyn, 2006).

Além disso, não é intenção da abordagem decolonial destituir a importância de alguns "clássicos" da modernidade, como o caso do Marxismo, Freudismo ou a escola de Frankfurt, mas sim, esclarecer que as promessas de libertação próprias da modernidade não são suficientes para promover o projeto decolonial, uma vez que foi essa mesma modernidade que gerou a colonialidade (Mignolo, 2007; 2008; 2011; Grosfoguel; Onesko, 2021; Grosfoguel, 2012).

O que os autores intentam afirmar é que a forma de organização social civilizatória é eurocentrada por ter sido pensada, idealizada e legitimada pelo poder hegemônico europeu, estabelecido no mundo desde a modernidade - que é constituída pela colonialidade - e, além disso, que as críticas a esse modelo não são suficientes para superá-lo, pois elas são criadas dentro das mesmas dinâmicas de poder, sob a mesma égide de apagamentos e aniquilamentos. Tanto a hegemonia do conhecimento moderno, quanto às suas críticas são constitutivas uma da outra, são construções de uma mesma base, dentro dos mesmos limites e, assim, ambas se alimentam.

Dessa forma, ainda que uma dada caracterização ontológica e epistemológica autodeclarada como resistência exista, não necessariamente ela diz sobre o silenciamento e apagamento colonialista, tampouco seja suficiente para superá-lo, pois, ainda que sua intencionalidade seja característica de um ato de resistir, se advém do posicionamento hegemônico do conhecimento, há intrinsecamente a presença de uma racionalidade hegemônica que baseia os limites do pensamento, apagando as várias formas e realidades de vida possíveis, tal como já explicado por autores da abordagem decolonial (Escobar, 2003; Silva, 2007; Walsh, 2007; Grosfoguel, 2012; Mignolo, 2014).

Faz-se necessário destacar ainda, que o tratamento defendido como lente para enxergar essas distintas realidades - subalterna e metropolitana - não se restringe a uma atualização do contexto sócio-histórico, uma vez que, essa atualização já é inerente ao processo de realização de uma pesquisa científica. Sobre isso, Mignolo (2008) afirma ao

falar sobre as contextualizações históricas em relação à fixação do poder hegemônico e os projetos de resistência, que somente uma opção decolonial é condição de superação das diferenças postas e desigualdades do mundo, haja vista que a razão moderna é a razão instrumentalizada pelo poder colonial, que produziu paradigmas distorcidos e promessas falhas de libertação.

O que está sendo alvo de exposição pelos autores da abordagem decolonial é algo muito maior do que olhar para a realidade subalterna sob uma ótica metropolitana e afirmar como nos aproximamos e nos distanciamos dessa ótica. O que está sendo interpelado não é a validade do resultado, mas a validade do que serve de base a esse resultado (Mignolo; Tlostanova, 2006, Walsh, 2007; Mignolo, 2014). O problema não é o achado científico em si, mas sim a realidade que o constrói em sua gênese. A base da ciência, que é a única forma legitimada de conhecimento válido e verdadeiro, construiu suas bases também sob a colonialidade e esse é o ponto de interesse e discussão da abordagem.

Nesse sentido, se um mundo (concreto, subjetivo e imaginário) foi construído sobre uma base moderna hostil colonialista, irá reproduzir a mesma hostilidade. Indo mais além, construir conhecimento sobre o mundo, adotando como lente o que é posto a partir de uma experiência paradigmática excludente é, ao mesmo tempo, reproduzir tal exclusão (Santos, 2007; Lander; 2005; Grossfoguel; Onesko, 2021). Nesse sentido, a modernidade e seus desdobramentos, bem como a ciência que lhe é inerente não são produtos de um progresso histórico, são antes, um projeto.

Como resultado disso, temos a hegemonia eurocêntrica e imperial como perspectiva de conhecimento (Quijano, 2005; Sayago; Bursztyn, 2006; Lemos, 2019), uma ciência hegemônica e, por isso, é possível falar que a modernidade é fundada na hegemonia ocidental como um paradigma e que a centralidade do discurso científico é um de seus princípios edificantes (Lemos, 2019; Dussel, 2005; santos, 2007). Nesse sentido, a modernidade constitui a ciência e a ciência constitui a modernidade e, se não existe modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2005; Dussel, 2005; Quijano, 2005) então o conhecimento produzido por ela e a partir dela, também carrega em suas bases a colonialidade, ao passo que é naturalizada a insignificância da "capacidade cognoscente dos sujeitos racializados, diante da matriz dominante do conhecimento, difundida como superior" (Reis, 2022, p. 3).

2.2 Desobediência Epistêmica como Alternativa à colonialidade do Saber

A partir dos mecanismos que reproduzem a colonialidade, seus eixos, a formação e (re)produção da ciência moderna hegemônica, faz-se necessário os apontamentos de uma desconstrução dessa hegemonia colonialista a partir da abordagem decolonial.

Entendendo a colonialidade como constitutiva da modernidade e a ciência moderna como reprodutora desse mecanismo, Dussel (2005) fala sobre o processo de pensar modernidades outras, chamando esse processo de "transmodernidade", que não se refere à negação da modernidade, mas sim o entendimento e consolidação de outras realidades, que foram silenciadas e oprimidas, mas que sempre estiveram presentes. Dussel (2005) então defende a existência de muitas versões da modernidade e que a pluriversalidade do mundo - ao invés de um mundo universal - deve ser reconhecida e igualmente aceita, que através de uma espécie de alteridade o projeto de libertação prometido pela razão da modernidade se realize:

> (...) a razão moderna é transcendida (mas não como negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica). Trata-se de uma "Trans-Modernidade" como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era coessencial à Modernidade, igualmente se realize. A realização não se efetua na passagem da *potência* da Modernidade à *atualidade* dessa Modernidade europeia. A realização seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade (Dussel, 2005, p. 29)

Dessa maneira, para Dussel (2005) na defesa da transcendência da modernidade, não se deve negar a modernidade em si, mas sim negar a "inocência da modernidade", afirmando a alteridade do outro, que foi negado como vítima, de modo a descobrir a face oculta e essencial à existência da modernidade.

Mignolo (2007) traz reflexões sobre a decolonialidade como um projeto, defendendo a importância de uma ótica, de um posicionamento a partir de uma epistemologia subalterna que lide face a face com a hegemonia. Para tal, Mignolo (2008) defende que seja realizada uma oposição a conceitos eurocentrados e modernos, pois, ainda que críticos, esses conceitos se referem a um posicionamento dominante, dos colonizadores em relação aos colonizados. Além de não denunciarem o colonialismo e a colonialidade, como lócus referenciais dos dominadores, eles trazem consigo as mesmas bases colonialistas que determinam as identidades e as culturas dos seres subalternizados que impedem o agenciamento político e epistêmico dos mesmos.

Santos (2007) também se alinha ao pensamento de Mignolo (2007, 2008) ao falar do pensamento moderno ocidental e a utilização do lócus epistêmico eurocêntrico moderno. Ele defende que até as críticas ao modelo civilizatório da modernidade, pensadas dentro das dinâmicas de poder que a geraram, só faz com que ambas se alimentem mutuamente. O que o autor intenta afirmar, é que os mesmos que impuseram o modelo hegemônico, também criaram uma crítica a ele, logo, assim como é determinado o modelo de civilização, também são determinadas as suas contradições. A crítica ao modelo é pensada dentro dos limites impostos por esse mesmo modelo. A crítica à racionalidade moderna e sua transposição são pensadas sobre as mesmas bases que a criaram, ou seja, não há transposição de fato.

Santos (2006) afirma ainda que a resposta a essa crise epistemológica encontra um duplo debate interno, no qual por um lado há a necessidade de uma crítica ao relativismo, ao mesmo tempo que se deve rejeitar os universalismos que se impõem sobre quaisquer particularismos, seja ele ocidental ou outro. Essa resposta se trata do exercício contra uma imposição paradigmática, que não reconhece outras culturas, existências e saberes, ao mesmo tempo que se é contra um relativismo que ao defender a igualdade cultural permita uma certa formatação das diferenças, encerrando as possibilidades de um diálogo crítico e uma mobilização para além do que diferencia e separa os grupos sociais.

Assim, a resposta a que Santos (2006) se refere é um campo científico aberto a diálogos com outras formas de saber, de modo a afluir o que o autor denomina como "ecologia dos saberes", isto é, a abertura da ciência à articulação com outras formas de conhecimento igualmente legítimas, evitando uma desqualificação mútua. Um movimento dialético sobre o conhecimento em si refletindo sobre os próprios processos que o constituem, criando novas configurações de conhecimento.

Santos (2006), então, argumenta que é indispensável a recuperação ou reconstrução das "outras" versões da história da ciência, para que essa história não se comporte apenas como uma expansão da ciência moderna e sim como aberturas de caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, sendo essa, a potência necessária à superação da colonialidade.

Mignolo (2008) corrobora com as afirmações de Santos (2006), afirmando que "toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica" (Mignolo, 2008, p. 287). O autor então, vem dizer que uma desobediência civil é necessária na vida política dos sujeitos postos como inferiorizados, pelos mesmos terem sido excluídos, proibidos de pensar e agir sobre a própria realidade, entretanto, uma desobediência civil sem uma desobediência epistêmica é permanecer na reprodução dos jogos controlados pela teoria política e econômica eurocêntricas (Mignolo, 2008).

> Como sabemos: o primeiro mundo tem conhecimento, o terceiro mundo tem cultura; os nativos americanos têm sabedoria, os anglo-americanos têm ciência. A necessidade de ruptura política e epistêmica aqui vem à tona, assim como conhecimentos descolonializantes e decoloniais, etapas necessárias para imaginar e construir sociedades democráticas, justas e não-imperiais/coloniais (Mignolo; Veiga, 2021, p. 24).

Nesse sentido, o que está sendo colocado é que os movimentos de resistência e de questionamento da vida pública tão importantes na política daqueles que são inferiorizados, não terão os efeitos subversivos esperados enquanto tiverem se baseando, alicerçando, refletindo e sendo caracterizados pelo pensamento político, social e econômico eurocêntricos. Para Mignolo (2011) a descolonização perpassa pelo pensamento e ação:

> (...) o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados (Mignolo, 2011, p. 02).

A partir disso, Mignolo (2008) defende a desobediência epistêmica como uma "identidade em política" (MIGNOLO, 2008, p. 289). A "identidade em política" para

Mignolo (2008) não se refere somente a uma identidade **na** política, ou política **de** identidade (grifo meu), uma vez que esses dois mecanismos envolvem uma identificação do sujeito a uma determinada categoria em relação a uma categoria principal de padronização hegemônica, pois ambas se constituem nas formatações políticas e identitárias postas pela hegemonia. Isto é, "as identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais" (MIGNOLO, 2008, p. 289-290), o que leva a construção de políticas identitárias e teorias políticas também baseadas em uma categorização colonialista.

Mignolo (2008), então, defende que a identidade em política, se refere à afluência de sujeitos com identidades que agem politicamente a partir delas, sobre elas e sobre a própria política; sujeitos que criam a própria identidade a partir da sua própria condição de ser, existir no mundo para que possam construir o próprio mundo. Essa ruptura com uma identidade sobreposta ao sujeito, para dar lugar a uma identidade com pensamento e ação voltada à própria realidade e lugar é o rompimento defendido pelo autor como necessário à desobediência epistêmica.

Com essa identidade em política em exercício, é possível levar o pensamento para além dos limites impostos pela modernidade e fazer afluir o que Mignolo (2008) chama de uma nova teoria política, ao mesmo tempo em que também permite a construção de outras versões da história da ciência, como defendido por Santos (2006) com sua denominada "ecologia dos saberes". A identidade em política é promotora da desobediência epistêmica, assim como tal desobediência reforça a identidade em política.

Ainda nessa perspectiva, Quijano (2005, p. 139) também afirma que "(...) é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos".

Nesse sentido, o projeto ao qual o grupo MCD se debruça, integra a transcendência de uma epistemologia universal. Para tal, é necessária a superação radical do cânone do pensamento ocidental, para dar lugar, abertura ao diálogo com projetos políticos, éticos e epistêmicos diferentes, não para o surgimento de uma nova concepção universal de conhecimento, mas sim como defendido por Dussel (2005): uma concepção "pluriversal". Em termos práticos isso significa uma aproximação, um reconhecimento da legitimidade de perspectivas, visões e cosmologias geradas a partir de lugares sociais subalternizados, invisibilizados, silenciados - mulheres, LGBTQIA+, povos originários, quilombolas, assentados, crianças, jovens, idosos, etc.

Assim, Walsh (2007) propõe uma reforma das ciências sociais desde suas bases e defende a abertura de possibilidades e alternativas de acessar conhecimento tão reconhecidamente verdadeiro e genuíno como o científico ocidental hegemônico, de forma a abrir também possiblidades de formas melhores de organização social e qualidade de vida de todos os povos.

A autora afirma que é necessário questionar o que fundamenta a razão, pensamentos e procedimentos científicos:

> Ou seja, refutar os pressupostos que situam a produção do conhecimento apenas na academia, entre os acadêmicos e no interior do cientificismo, cânones e paradigmas estabelecidos. Refutar também os conceitos de racionalidade que regem o conhecimento erroneamente denominado "especialista", negador e detrator de práticas, agentes e conhecimentos que não se enquadram na racionalidade hegemônica e dominante. Tal refutação não implica descartar completamente esta racionalidade, mas antes apontar as suas pretensões coloniais e imperiais e contestar a sua posição como única, desta forma questionam também a suposta universalidade do conhecimento científico que preside as ciências sociais, para na medida em que não capta a diversidade e a riqueza da experiência social nem as alternativas epistemológicas contra hegemônicas e decoloniais que emergem desta experiência (Walsh, 2007, p. 104 – tradução livre).

Walsh (2007) afirma que sua intenção não é subestimar o rigor científico, tampouco colocar em dúvida a importância do método, suas reflexões são lançadas com a finalidade de repensar as ciências sociais de forma que ela abra espaço para outras formas de pensamento. Que a mesma seja reconstituída a partir de uma perspectiva que admita não uma universalidade de conhecimento, mas sim que reconheça a pluriversalidade epistemológica que norteia as experiências humanas, de forma que o pensamento em conjunto com suas dimensões sociais, éticas, políticas, subjetivas permitam compreender, agir e imaginar o mundo de outra maneira (Walsh, 2007). Tal perspectiva, cumpre, assim, a função científica, de "transformação da realidade na qual se debruça" (Vizeu; Lara, 2023).

A partir do que foi exposto, é possível afirmar que não é intento da abordagem decolonial negar a ciência social moderna, mas sim conferir legitimidade e validade a um

pensamento e experiências outras não-hegemônicas, que já existem na realidade e, que por existirem também produzem o mundo que a circunda e por isso, já é legítima. É preciso romper com o epistemicismo eurocêntrico, que "nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias" (Porto-Gonçalves, 2005, p 3). A abordagem decolonial, então, vem reivindicar o poder de contar e fazer a própria história, poder esse, retirado pelas dinâmicas hegemônicas de poder, do ser e do saber, que são reiteradamente reproduzidas pela colonialidade ao passo que são validadas e legitimadas pelas epistemes eurocêntricas.

Tendo isso posto, reflete-se sobre os possíveis espaços capazes de catalisar, potencializar o surgimento do pensamento decolonial, bem como a descolonização dos saberes, mais precisamente, um espaço que permita a consideração, validação, legitimação de pensamentos e saberes "outros", diferentes do hegemônico (Mignolo, 2007; 2008; 2011; Santos, 2006; 2007; Dussel, 2005; Walsh, 2007; Porto-Gonçalves, 2005), o que implica em uma aproximação de perspectivas, visões e cosmologias geradas a partir de lugares sociais subalternizados, invisibilizados e silenciados, para que haja a construção de outras versões da história da ciência como defendido por Santos (2006). Essa aproximação deve se dar a partir de uma ótica subalterna que lide face a face com a hegemonia (Mignolo, 2007), abrindo possibilidades e alternativas de acessar conhecimento tão reconhecidamente verdadeiro e genuíno como o científico ocidental hegemônico (Walsh, 2007).

A partir dessas reflexões, aponta-se um espaço capaz de potencializar a afluência do pensamento decolonial e a descolonização dos saberes, por permitir uma aproximação com realidades subalternizadas, atuando sobre elas de forma a considera-las como válidas e legítimas, construindo outras versões da história científica ao mesmo tempo em que se abre possibilidades de acessar outros conhecimentos, a saber: a extensão universitária, que será discutida no próximo tópico.

2.3 O Projeto Decolonial e a Potência da Extensão Universitária

Como institucionalização da produção, circulação e reprodução de saberes e conhecimentos, tem-se as Universidades (Castro-Gomez, 2007). Para Castro-Gomez (2007) a Universidade é dividida em duas versões de relatos modernos de legitimação do saber, relatos esses, responsáveis por nortear e organizar toda a produção do conhecimento. O primeiro relato se refere à "*educacion del pueblo*" (Castro-Gomez,

2007, p. 80), isto é, uma narrativa que defende que todas as nações tem o direito de usufruir das vantagens da ciência e da tecnologia com o objetivo de obter progresso e melhorar as condições materiais da vida de seus sujeitos. Já o segundo relato se refere ao progresso moral de toda a humanidade (Castro-Gomez, 2007).

De acordo com o primeiro relato, a universidade deve prover ao povo conhecimentos que catalisem o saber técnico científico do país, pois, o progresso da nação depende em grande parte da capacidade da universidade em gerar sujeitos que alcancem o uso de conhecimentos úteis, ou seja, a universidade deve ser capaz de formar personagens com capacidade técnico-científica suficientes para vincular ao progresso material da nação (Castro-Gomez, 2007).

Diante do segundo relato, do progresso moral da humanidade, a função da universidade deve formar humanistas, sujeitos que são capazes de educar moralmente a si mesmos e a sociedade, não havendo tanta ênfase em saberes técnicos, mas sim nas humanidades. Nesse contexto, a universidade tem a função de "formar líderes espirituais da nação" (Castro-Gomez, 2007, p. 81, tradução minha), promovendo a realização empírica da moralidade.

Assim, esses dois relatos produzem dois modelos de competência, que se desdobram na legitimação de narrativas que favorecem duas funções e tipos diferentes de conhecimento, assim como produzem dois tipos de universidade (Castro-Gomez, 2007).

Embora haja diferenças entre esses dois modelos, Castro-Gomez (2007) aponta que ambos se encontram e se assemelham em outras duas ideias. A primeira se refere à ideia de que os conhecimentos possuem hierarquias, especialidades, limites que separam campos de saber em relação a outros, regras que definem seus procedimentos e funções. Assim, as universidades institucionalizaram o elitismo epistêmico e cultural (Santos, 2011), ao mesmo tempo em que promovem o racismo epistêmico (Brito, 2019).

A outra ideia semelhante se refere à institucionalização da ideia de que a universidade é um lugar privilegiado de produção do conhecimento. Nesse sentido, a universidade não só é vista como um lugar de produção do conhecimento que conduz ao progresso material e moral da sociedade, como também é o núcleo vigilante da legitimidade do conhecimento. A universidade é a instituição que define as fronteiras entre o conhecimento útil e inútil, entre episteme e *doxa*, entre o conhecimento legítimo e o ilegítimo (Castro-Gomez, 2007).

A partir disso, o autor argumenta que esses elementos comuns entre os modelos, pertencem igualmente às heranças coloniais do conhecimento e se inscrevem na estrutura

colonial do poder, ser e saber, reproduzindo o modelo epistêmico moderno/colonial. A ciência é o saber que legitima o poder do colonizador e a universidade é o lócus de sua produção (Castro-Gomez, 2007; Brito, 2019).

A Universidade brasileira é uma instituição de notoriedade na sociedade, possuindo um *ethos* que garante a ela infinitas possibilidades de produção do conhecimento, o que permite sua colocação como berço de saberes, tecnologias e transformação social (Araujo, 2013). Para Mbambe (2016), o trabalho das universidades é de socialização de saber, de oferecer soluções e alternativas, abrindo caminhos com perspectivas para quem é condenado a lutar para sobreviver. No Brasil, pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 43, no que se refere à finalidade da educação superior nas universidades, ela deve:

> **I** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> **II** - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> **III** - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> **IV** - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> **V** - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> **VI** - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> **VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.**

> **VIII** - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Brasil, 1996, grifo meu).

Nesse sentido, Koglin e Koglin (2019) fazem a defesa da dimensão social das universidades através das ações de Extensão, que surgem nas conjunturas da política educacional para caminhar em direção a uma política social. Para os autores, as atividades extensionistas, que em seu surgimento carregavam os ideais liberais, vieram se transformando ao longo do tempo no próprio ato de suas atividades. Os autores falam que a atividade do pensar as teorias científicas no espaço dialético com realidade e as demandas sociais, próprias da realidade extensionista, permitiu que as mesmas se reconstituíssem em si. Além disso, permitiu a relação transformadora entre universidade e sociedade, proporcionando não só o aprendizado e o retorno de saberes originados do confronto entre a teoria e a realidade, como também a verdadeira democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação universitária, cumprindo assim, seu papel social. Para eles, Koglin e Koglin (2019), reconhecer essas contribuições é ao mesmo tempo compreender a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Nas palavras dos autores:

> Esse é um importante elo entre a Extensão Universitária e política social, ambas buscando sua concretização como instrumento de transformação social, contrapondo-se à política neoliberal, que encara investimentos em direitos sociais como custos, a exemplo do que o Brasil tem experimentado a cada novo ciclo do capitalismo (Koglin; Koglin, 2019, p. 76).

Pensando na ação extensionista como capacidade de intervenção na realidade concreta, em seu potencial transformador, aliados à concepção de universidade cidadã e democrática, Cruz e Araújo (2021) defendem a denominada extensão popular, noção trazida a partir da concepção da educação também popular. A extensão popular ganhou notoriedade a partir dos anos 2000, com a criação da Articulação Nacional de Extensão Popular em 2005 e também com frequentes Seminários Nacionais de Pesquisa e Extensão Popular (SENAPOP). Nesse âmbito, a extensão popular defende a ideia do atuar

universitário consonante com as demandas, experiências e contextos que afluem da realidade concreta, do fazer e agir cotidianos populares (Neto, 2014; Cruz; Araújo, 2021).

As noções de educação popular, bem como extensão popular são baseadas também nas obras freirianas (Neto, 2014), utilizando como aporte o que o autor traz como formação política, como processo dialógico com a realidade concreta e com todos agentes que a experienciam, encurtando assim, os muros que separam o saber científico sistematizado das universidades e a realidade cotidiana. Ao mesmo tempo, é promovido o agenciamento político de comunidades, de organizações populares e a formação política e cidadã de profissionais e pesquisadores capazes de catalisar o despontar de uma sociedade mais justa, igualitária e menos opressora (Neto, 2014). Sobre isso, Joaquim e Oliveira (2021) trazem a obra de Paulo Freire sobre Extensão e Comunicação para o centro do debate e argumentam que a participação e a comunicação dos atores das universidades nas demandas sociais através de extensão é um dos fatores catalisadores de uma formação ética e cidadã, considerando que contribui para a derrubada dos muros que separam a universidade e a sociedade.

Para Freire (2015) a educação política, cidadã e reflexiva é feita a partir da problematização da própria realidade social, de forma que os agentes pensem sobre o próprio mundo em que vivem e requeiram suas próprias demandas. Para tal, faz-se necessário que haja uma horizontalidade comunicativa ao abordar o campo. Araújo (2013) baseado também na proposta freiriana, afirma que os agentes universitários envolvidos na extensão devem adotar uma postura desamarrada dos preceitos, preconceitos, vícios e estereótipos do meio externo.

Atualmente olhares têm sido voltados para os projetos de extensão das universidades brasileiras (Bastos, 2018), haja vista o projeto para a sua curricularização posta especificamente pela resolução n. 7, de 2018, conforme Meta 12.7 da lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018), que prevê pelo menos 10% da composição curricular formativa superior como provenientes de atuação na extensão universitária, apesar do artigo 207 da Constituição de 1988 tecer sobre a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988) que, uma vez equiparadas devem receber tratamento de igualdade, não violando o preceito legal (Moita e Andrade, 2009),

Assim, as universidades devem destacar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Todavia, a proposta de curricularização não debate as arestas do que vem a

ser uma ação extensionista e permite, até mesmo, a sua execução como prestação de serviço (Brasil, 2018).

Gadotti (2017) afirma que na prática extensionista existem duas vertentes de atuação. Uma parte de uma perspectiva mais assistencialista e outra não assistencialista. A primeira preza pela disseminação do conhecimento acadêmico através da ação daquele que detém o conhecimento e que estende àquele que não o possui. Assim, esse ato de estender o conhecimento se dá de forma vertical, hierarquizada, baseado no pressuposto de que o conhecimento científico que circula dentro dos muros universitários sobressai ao conhecimento popular e, que por tal, legisla sobre a forma e conteúdo alvo de sua assistência. Assim, a via por onde o conhecimento circula é unilateral, direcionado da Universidade para a sociedade, desconsiderando o caminho inverso. "Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora" (Gadotti, 2017, p. 2).

Por outro lado, a perspectiva não assistencialista entende o processo extensionista como comunicação de saberes, não como uma ação de estender algo a alguém, tampouco como uma via unilateral, mas como uma via de "mão dupla", isto é, resultado de um diálogo horizontal entre Universidade e sociedade, entre conhecimento acadêmico e popular. Nessa perspectiva objetiva-se a democratização do conhecimento ao mesmo tempo em que se almeja uma produção científica, tecnológica e cultural que se baseia na realidade concreta (Gadotti, 2017).

Poso e Monteiro (2023), argumentam que uma extensão realizada de forma assistencialista ou como prestação de serviço funcionam como um mecanismo para a difusão da perspectiva de mundo do colonizador. Nesse sentido, os autores defendem uma extensão que permite a troca de saberes, uma articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, sendo essa articulação efetuada sem bloqueios, interdições ou colonização dos discursos, que são muitas vezes manifestados de forma desigual e assimétrica.

Essa ação extensionista comunicativa e não assistencialista defendida advém da obra freiriana acerca da educação e extensão[2], que se fundamenta na compreensão de que

[2] Utiliza-se aqui e em todo trabalho a expressão "extensão" para se referir a atividade de extensão desenvolvida pelas Instituições de Ensino Superior, mais precisamente sobre as atividades que vinculam o ensino e pesquisa às dinâmicas sociais, conforme definidas constitucionalmente, mas, ressalta-se que Freire (2015) em sua obra não adota o termo "extensão", o desmistifica e se posiciona de maneira contrária à sua utilização, defendendo como nomenclatura correta o termo "comunicação".

todo ser humano é um ser incompleto, inconcluso, inacabado, que não sabe e conhece o todo, mas ao mesmo tempo não ignora e não é alheio ao que o cerca (Gadotti, 2017).

Entendendo a extensão a partir de seu fazer comunicativo, Araújo (2013) defende que realizar a extensão universitária significa partir de um ensino crítico, que se liga às realidades sociais, produzindo um conhecimento científico voltado para os anseios da população, que por meio dos projetos de extensão encontram seu compartilhamento.

Em um pensamento análogo, Gadotti (2017) defende que o projeto da extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolado deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, produzindo conhecimento acadêmico e científico de alto nível em favor dos cidadãos. Entretanto, para Araújo (2013), somente algumas iniciativas particulares se aproximam dessa realidade, não sendo essa uma prática universitária comum.

Gadotti (2017), por sua vez, afirma que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) - entidade responsável pela articulação e definição de políticas acadêmicas para a extensão – atuou nas últimas décadas para superar a perspectiva assistencialista da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) e que, devido a isso, surgiram numerosas experiências que partem das necessidades sociais.

Na discussão acerca da ação extensionista, Boff (2018) também defende o encurtamento do espaço entre a universidade e a sociedade, através da aproximação da produção de seus pensamentos e a objetividade da vida cotidiana. O autor enfatiza, a importância da união científica ao humanismo, bem como da inteligência acadêmica à sabedoria popular. Dessa forma, Boff (2018) defende que para haver uma melhoria futura necessariamente, mais propriamente deve existir uma aliança entre esses dois espaços, uma vez que "nenhum processo desta magnitude se faz sem aliados, sem a ligação orgânica daqueles que manejam um saber especializado com os movimentos sociais comprometidos" (BOFF, 2018, p. 11). Boff (2018) salienta ainda que o "ir-e-vir fecundo" entre o conhecimento universitário e o saber popular pode desenvolver determinado local e cultura e, a partir dessa prática as universidades realmente cumprirão seu papel de servidora à sociedade.

Freire (2015) ao falar sobre a realidade de camponeses em sua obra "Extensão e Comunicação", defende uma abertura dialógica à atuação universitária e de seus agentes. O autor vai contra uma educação bancária, uma educação que se realiza a partir da autoridade daquele que detém um conhecimento e passa para aquele que não o possui.

Nesse raciocínio, Freire (2015) se posiciona contra a palavra “extensão”, por ela remeter a existência de um conhecimento estendido a um outro. O que Freire (2015) defende é a “Comunicação”, o que implica em dialogicidade, a fala, a escuta e a legitimidade do que é enunciado em relações horizontais.

Para ele, o agir da extensão deve se dar de forma que os agentes universitários conheçam a realidade contextual em que vão atuar, ao invés de adotarem uma postura de levar o conhecimento, a evolução e a melhoria para o campo, é necessário que a prática extensionista esteja orientada a questionar aqueles alvos de seus esforços quais são os seus verdadeiros intentos, anseios, vontades, de forma a contribuir para essa realidade, onde se faz o verdadeiro compromisso com a sociedade. Ainda segundo Freire (2015), a contribuição social da extensão se dá no entendimento do contexto de quem vive na sociedade e, por intermédio de uma escuta compreensiva, catalisadora de um contexto favorável à atuação política e cidadã dos agentes que nela se inserem.

Assim, Freire (2015) não intencionalmente faz catalisar verdadeiramente o projeto decolonial na ação extensionista, quando defende uma atuação comunicativa a partir da escuta, da interseção com um outro, partindo de suas experiências, realidades e anseios, não hierarquizando seres, pensamentos, saberes e experiências e, assim, com tal dialogicidade possibilitar o diálogo dos saberes defendido por Santos (2006, 2007) e promover a decolonização do pensamento e dos saberes.

Ao mesmo tempo, a perspectiva comunicativa freiriana também possibilita a ótica e o posicionamento de uma epistemologia subalterna que lide face a face com a hegemonia, tal como defendido por Mignolo (2007), uma vez que na não hierarquização dos saberes e conhecimentos em campo, ocorre a legitimação dos pensamentos, saberes, anseios e experiências concretas da sociedade, que na sua relação dialética com o pensamento e saberes hegemônicos, encontre sua via transformativa, própria da função científica.

Essa mesma relação dialética também é capaz de catalisar o que Mignolo (2008) chama de identidade em política, isto é, o despontamento de seres identitários que questionam, pensam e agem sobre o mundo em que vivem. Esses seres produzirão o mundo em que vivem, transformando-o, desembocando assim na via de possibilidade da desobediência epistêmica defendida por Mignolo (2008), a insurgência da epistemologia subalterna, defendida por Santos (2007) e, consequentemente, decolonização dos seres, saberes e pensamentos propostos pela abordagem decolonial.

Refletindo nesse sentido, Novaes e Oliveira (2023) esclarecem que a extensão universitária, a partir de uma ação comunicativa e dialógica, potencializa a construção de contextos de enunciação e agência aos corpos, historicamente marginalizados cujos saberes e experiências são ocultados e silenciados pelas pesquisas científicas, permitindo, assim, uma orientação ao projeto epistêmico decolonial.

Indo mais além, Ávila *et al.* (2022), defendem a extensão como maneira de valorizar a interculturalidade através do encontro dialógico de saberes, caracterizados por um lado, como técnico, teórico e científico e, por outro, como experiência de vida em determinados contextos sociais, econômicos e culturais, que muitas vezes contradizem e subvertem a produção científica. Para os autores, essa valorização intercultural, potencialmente trazida pela extensão, reduz ruídos e conflitos ocasionados pelas diferenças socioculturais. Assim, a extensão pode romper barreiras "num exercício de respeito às diferenças e de percepção do outro como alguém com direito à sua singularidade ou mesmo às suas escolhas" (Ávila, *et al*., 2022, p. 5).

Não se pode deixar de notar que alguns autores, ao trazerem as reflexões sobre o processo de atuação extensionista a partir de uma dialogicidade com o campo, ainda se refiram a esse mecanismo como um diálogo entre um saber acadêmico e um saber local, popular, cultural. Essa referência se faz na necessidade dos autores de diferenciar as dinâmicas entre dois saberes.

À vista disso, o projeto decolonial discute a não diferenciação desses saberes, bem como a sua não igualdade, mas sim, a abertura para a coexistência de suas bases e produções particulares como equitativamente legítimas (Santos, 2006; 2007; Mignolo, 2007; Dussel, 2005; Lander, 2005; Quijano, 2005).

Tendo isso posto, argumenta-se que uma extensão de base freiriana, que parte da realidade concreta, age na identificação de problemas e anseios sociais numa atuação dialógica, não assistencialista, horizontalizada, com saberes não hierarquizados, e visa uma conscientização social como motor da transformação (Freire, 2015) são fatores que dialogam com a opção decolonial do pensamento e do saber hegemônico moderno (Joaquim; Oliveira, 2021). Salienta-se ainda que conhecimentos decoloniais e descolonizantes são necessários para a construção e sociedades democráticas, justas e não coloniais (Mignolo; Veiga, 2021).

Destarte, defende-se a ação extensionista comunicativa, dialógica com os agentes e com suas realidades concretas, como uma potencialidade para a construção de um saber, mas não um saber caracterizado como cultural, um saber como objeto a ser explicado,

mas um saber decolonial, isto é, um saber (re)conhecido. Reconhecido por ser um meio legítimo para o desafiar e interpelar as proposições hegemônicas do conhecimento, não no sentido de deslegitima-las, mas sim, no sentido de permitir requerer, reivindicar, requisitar a própria construção do que se conhece, do que se percebe como realidade e do que se aspira enquanto sociedade e, conhecido por ser uma via de comunicação aos que nos silenciam e aos silenciados as possibilidades pluriversais de existências e de mundo.

A partir disso, buscou-se entender os meandros da ação extensionista do jornal dos atingidos pela barragem de Fundão, em Mariana-MG, sob coordenação de docentes do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no que se refere às dinâmicas da colonialidade do poder e do saber e das possibilidades decoloniais.

3 METODOLOGIA

Seguindo os pressupostos da abordagem decolonial, entendo que a história pode ser contada de várias formas, com versões distintas, que refletem as relações e disputas de poder no contexto social. Tendo as relações de poder como alicerce, uma determinada narrativa (a dos que dominam esse poder) é admitida como "única" e "verdadeira" em detrimento da narrativa dos seres subjugados, que são invisibilizados e silenciados.

Coadunando também à perspectiva decolonial, compreendo a hegemonia das ciências sociais, que se ancora nas narrativas dos dominadores e do poder também hegemônico. Fator esse, entendido aqui como determinante para a dificuldade de aproximação, diálogo entre as pesquisas científicas e a sociedade.

A partir disso, ancorei as reflexões teóricas do trabalho dialeticamente com as possibilidades concretas que podem permitir uma aproximação, um estreitamento de laços entre ciência e sociedade, desembocando na ação extensionista a partir de uma proposta freiriana, isto é, dialógica, horizontal e não impositiva.

Por conseguinte, a operacionalização metodológica deste trabalho parte de um projeto de extensão que carrega em suas bases a ideia freiriana de extensão e comunicação, a saber, a ação extensionista do jornal "A Sirene" produzido pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015 em parceria com a UFOP.

Esse referido jornal além de um instrumento de luta, busca ser também um documento e um arquivo de memórias e histórias narradas pelas pessoas atingidas, pois, o cenário e contexto do crime do rompimento é também marcado por disputas de poder

e, consequentemente, por disputas de narrativas que remontam a construção da história do rompimento e das pessoas nela envolvidas.

Nesse sentido, rememorar a história do jornal A Sirene, bem como sua parceria institucional com a universidade pública é, para além de refletir sobre os laços da universidade, ciência e sociedade, um espaço de construção das memórias que constituem a narrativa desse laço.

Assim, no que se refere ao tipo de pesquisa, desenvolvi este trabalho sobre critérios metodológicos de natureza qualitativa, por se tratar de uma pesquisa que busca compreender, interpretar os fenômenos, comportamentos e subjetividades, pois, como apontado por Saraiva (2007), a pesquisa qualitativa em essência, pode ser resumida na busca por "significado", por se concentrar no indivíduo e em como esses indivíduos constroem esse significado. Assim, Saraiva esclarece que "a realidade pode até apresentar uma existência concreta, mas só faz sentido quando os homens a percebem, a nomeiam, a interpretam e a explicam" (Saraiva, 2007, p. 121).

Quanto aos fins, este trabalho se classifica como descritivo. As pesquisas descritivas se debruçam principalmente na exposição de características de determinados fenômenos (Vergara, 1998), ao mesmo tempo em que podem ir além da simples identificação da existência entre relações de variáveis, determinando também a natureza dessa relação (Gil, 2017).

Quanto aos meios, isto é, para a consolidação do percurso metodológico da pesquisa, utilizei da observação participante em combinação com outras técnicas para coleta de informações, sendo elas: a entrevista baseada em memórias, conversas informais e pesquisa documental, que serão descritas a seguir.

Para a produção de informações primárias realizei entrevistas baseadas em memórias, ou seja, derivada na percepção humana e relacionada à capacidade dos indivíduos em guardar e lembrar acontecimentos ligados ao seu meio social (Dores, 1999). Nesse sentido, o entendimento é que a memória não é um fenômeno individual, mas sim um fenômeno coletivo, resultado da interação do homem com seu meio, que vai influenciar no que é lembrado e construído coletivamente, pois, assim como entendido por Dores (1999), relembrar não é recuperar o passado, mas refazer a partir de ideias de hoje, um trabalho de organização, de identidade individual e coletiva, que, por tal característica pode sofrer flutuações e transformações constantes (Dores, 1999; Pollak, 1992; Halbawchs, 1990).

A memória está presente na construção dos significados do passado, de maneira que o que recordamos são os significados dos acontecimentos em nós, uma vez que, ao mesmo tempo em que (re)construímos um passado, ele também nos constrói, sendo assim, somos produtos da história e ao mesmo tempo sujeitos dela. Nesse sentido, a memória faz uso de um tempo que já passou, todavia, ainda possível de ser reconstruído (Ferreira, 2015).

Ciente disso, foram realizadas entrevistas mediadas por roteiro semiestruturado, tentando reconstruir a narrativa da história do jornal A Sirene, um projeto de extensão. As entrevistas foram realizadas com todos os agentes responsáveis diretamente na produção das edições do jornal A Sirene no período de agosto de 2022 à março de 2023. Foram realizadas 8 entrevistas com agentes da produção do jornal, que exercem funções diversas como membros do projeto e, aqui, eles foram identificados com nomes de regiões afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco, a fim de preservar suas identidades.

O acesso aos entrevistados ocorreu a partir da atuação e observação em campo iniciadas antes do agendamento. As entrevistas foram agendadas por meio do contato de *Whatsapp* de cada membro da Sirene, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado, ocorrendo de forma presencial ou remota através do *Google Meet*. Essa flexibilização das formas de realização de entrevistas se deu pela dificuldade de acesso às localidades de alguns entrevistados e também pela disponibilidade apresentada por eles em relação ao tempo, agenda e conforto em disponibilizar as informações, ciente que o ambiente impacta na liberdade de expressão das ideias, ao mesmo tempo em que não haja interferência de fatores que prejudiquem a sua condução (Duarte, 2002).

Quadro 1: Quadro sintético das entrevistas

Entrevistado	**Acadêmico**	**Meio da Entrevista**
Águas Claras	Sim	*On-line*
Cláudio Manoel	Sim	Presencial
Camargos	Não	*On-line*
Pedras	Não	*On-line*
Rio Doce	Não	*On-line*
Paracatu	Não	*On-line*
Barra Longa	Sim	*On-line*
Bento	Sim	Presencial

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro de síntese das entrevistas exposto acima, relaciona cada entrevistado ao seu envolvimento no projeto, se é pelos meios acadêmicos, isto é, a partir de um vínculo com a universidade ou não e também pelo modo em que foi entrevistado, se foi por meio *on-line* ou de forma presencial.

Além das entrevistas, também foi realizada observação participante, registrada em caderno de campo durante um período de 11 meses, compreendido pelo período de junho de 2022 a maio de 2023. A observação participante, com a finalidade de obter informações sobre a realidade dos atores sociais e seus contextos, se consolida no contato direto do pesquisador com o campo onde o fenômeno estudado acontece, entendendo o pesquisador como parte desse contexto de observação ao estabelecer uma relação com os observados. No processo da observação participante, o pesquisador pode modificar ao passo que também pode ser modificado pelo contexto do campo (Minayo, 2001).

As observações foram registradas durante a participação em reuniões de pauta do jornal via *google meet*, eventos cobertos pelo jornal, encontros organizados pelos e para os atingidos, tais como reuniões da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), eventos religiosos, visitas ao território atingido, exposição de documentários e o evento que marcou os sete anos do rompimento da barragem da Samarco.

Além das observações, conversas informais realizadas com atores sociais durante as observações e posteriormente registradas em caderno de campo, o que também contribuiu para a construção do *corpus* de análise desta pesquisa, pois, corroborando as ideias de Barcinski (2014), entende-se que uma abertura à informalidade e ao imprevisto do campo de pesquisa, contribui para as pesquisas qualitativas que são sensíveis às realidades concretas dos indivíduos. Nesse sentido, as conversas informais foram utilizadas como forma de compreender o contexto relacional que envolvia A Sirene, de forma que as individualidades, memórias e falas não se tornassem um processo incômodo e doloroso aos envolvidos. Ao mesmo tempo, diante de um cenário de disputa de poder, inclusive judicial, a abertura à informalidade se tornou fundamental para a entrada, permanência e atuação no campo da pesquisa. As conversas informais foram realizadas tanto com pessoas atingidas, quanto com pessoas diretamente envolvidas com o processo produtivo do jornal ao longo da imersão em campo, totalizando 13 pessoas.

Assim, a observação participante, bem como as conversas informais foram utilizadas como forma de aprofundar, construir e compreender o contexto da existência, das relações e funcionamento do jornal A Sirene, principalmente como maneira de

interpor as narrativas expostas pelas entrevistas, diminuindo os vieses que poderiam ter sido trazidos pelas histórias.

Por fim, aos meios de coleta, foi utilizada também a pesquisa documental, como forma de aprofundar no contexto em que o jornal A Sirene surge e se desdobra ao longo do tempo. Para isso, foram utilizados documentos do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), notícias veiculadas por mídias jornalísticas, com a finalidade de contextualizar as práticas sociais que antecederam e influenciaram a realidade de surgimento do jornal A Sirene.

No que se refere à análise das informações coletadas, utilizou-se como método a análise de narrativa. As pesquisas qualitativas que se debruçam sobre a análise de narrativa aderem à uma perspectiva em que as narrativas são práticas sociais que constituem a realidade (Bastos; Biar, 2015; Silva; Moreira, 2022).

Nesse sentido, as narrativas são entendidas não como uma forma de conhecer, descobrir o real e o verdadeiro significado das coisas, elas são entendidas como um processo de significação ativamente construído. O mundo social se forma ao passo que os sujeitos o discutem, o contestam e o escrevem, assim, a produção de sentidos a partir das narrativas são baseadas no "diálogo multidisciplinar entre diferentes modos de pensar as práticas humanas" (Bastos; Biar, 2015, p. 102). Analisar narrativas em uma pesquisa qualitativa é aprofundar e tornar os significados construídos na vida social, inteligíveis (Bastos; Biar, 2015).

Para isso, a proposta analítica das narrativas é feita a partir de uma lente discursiva e interacional, "privilegiando compreensões que a examinam enquanto uma prática discursivo-interacional social e situada, que organiza a experiência humana e constrói sentidos culturalmente relevantes (Bastos; Biar, 2015, p. 99).

Ciente disso, após a realização das entrevistas semiestruturadas, elas foram transcritas, respeitando as palavras e expressões utilizadas pelos entrevistados, como parte do processo de transformar o oral em escrito e grafado, assim como defendido por Meihy e Holanda (2015).

Após a fase de realização de todas as entrevistas e suas respectivas transcrições, as mesmas foram lidas, textualizadas, isto é, transformadas cada uma em um texto único e posteriormente relidas, com a finalidade de (re)construir a história do jornal A Sirene, entendendo como o jornal se transformou em uma ação da extensão e como se dava o trabalho. Ademais, as conversas informais registradas em caderno de campo passaram também por um processo de leitura e foram incorporadas e agrupadas nesse mesmo texto

único, no sentido de aprofundar a compreensão do contexto do jornal A Sirene e seus meandros, consolidando o material a ser submetido à análise das relações de poder e saber envolvidas nesse processo.

Com a construção da história da publicação da Sirene e a sua transformação em um projeto extensionista, procedeu-se uma nova leitura, buscando compreender como se dava as relações de poder e saber envolvidas em seu contexto, através de uma codificação. Essa leitura e respectiva codificação foram realizadas a partir do aporte teórico deste trabalho, a saber, as noções e constructos da colonialidade do poder e saber, bem como as possibilidades alternativas lançadas pela abordagem decolonial, como a ecologia dos saberes, desobediência epistêmica e também as apreensões de uma proposta extensionista não assistencialista, horizontal e não hierarquizada. Isto é, houve um procedimento de codificação baseado em conceitos e na literatura estudada (Muylaert, 2014).

Após a demarcação no texto dessas relações, elas foram agrupadas de acordo com suas similaridades e explicadas enquanto análise nas seguintes categorias: “relações de poder”, “relações horizontais”, “dialogicidade de saberes” e “construção de saberes”.

A categoria “relações de poder” foi construída a partir da codificação dos construtos da colonialidade do poder e do saber e versa sobre a hierarquização das relações sociais, baseadas em uma determinação hegemônica de posições privilegiadas envolvidas no contexto do jornal A Sirene.

A segunda categoria, “relações horizontais” foi construída a partir da defesa da abordagem decolonial e da perspectiva extensionista freiriana não assistencialista, sobre a existência de relações que não subalternizam, inferiorizam e silenciam seres e saberes diferentes dos hegemônicos, ao contrário, os percebem como válidos e legítimos.

Já a categoria “dialogicidade de saberes” se formou a partir dos significados do construto de ecologia dos saberes, que versa sobre um diálogo não hierárquico entre diferentes saberes e também a partir da noção da extensão popular, participativa e dialógica entre o meio acadêmico e a sociedade.

E, por fim, a categoria “construção dos saberes” se refere às relações estabelecidas entre os saberes acadêmico e experiencial no projeto do jornal A Sirene, bem como a sua potencialidade enquanto opção descolonial do saber, através da desobediência epistêmica.

Por fim, a análise e discussão dos dados foi exposta de forma cronológica, da criação do jornal até o compartilhamento das experiências em campo para a presente pesquisa. Para a exposição dos fatos que se deram ao longo da trajetória da publicação da

Sirene, foi utilizado concomitantemente as informações das entrevistas, das conversas informais e as observações de campo. Assim, buscou-se construir a análise de forma a obedecer a uma lógica temporal ao mesmo tempo em que se aprofunda e explica as relações de poder e saber envolvidos no projeto do jornal A Sirene.

Destarte, acredito que a metodologia exposta, assim como os métodos e técnicas escolhidos são capazes de responder à pergunta norteadora desta pesquisa e consequentemente atingir os objetivos, qual seja: compreender como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal "A Sirene" com os atingidos pela barragem de Fundão à luz da abordagem decolonial.

3.1 Análise e Discussão:

As análises e discussões das informações do presente trabalho são expostas em três tópicos: o primeiro se refere ao crime do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, que é o acontecimento que gera a necessidade de criação do jornal e a continuidade da sua existência; o segundo tópico se refere à transformação do jornal A Sirene em um projeto de ação extensionista e, por fim, o terceiro tópico trata sobre a atuação da publicação em campo a partir da extensão. É importante ressaltar ainda, que as categorias analisadas estão assinaladas no texto à medida que elas aparecem na ordem temporal, cronológica dos acontecimentos.

3.1.2 O Rompimento da Barragem de Fundão como Fato Gerador do jornal A Sirene

> Na verdade, eu acho que essa história começa... é... no envolvimento com o rompimento da barragem, assim... isso em dois mil e... quinze, né!? [...] E... de repente rompeu e aquele drama todo e a gente esquece um pouco do que foi viver isso naquele momento, né, a gente não sabia por exemplo, se Mariana... primeiro o medo de muitas pessoas terem morrido, eu lembro bem daquela noite, eu morava é... numa casa que eu via os helicópteros descendo, eu via... ali na Colina (Bento).

No dia 05 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos da mineradora Samarco, denominada Fundão foi rompida em Mariana-MG. O rompimento é caracterizado como

um crime corporativo (Medeiros, Silveira, Oliveira, 2018; Ferreira, Pereira, Naves, 2023) e considerado um dos maiores desastres ambientais do mundo (MPE-MG, 2020). Esse rompimento foi responsável por matar 19 pessoas e deixar mais de 1.200 desabrigadas e lugares em condições inviáveis para habitação e sobrevivência (G1, 2015a; Pimentel, 2015). Ainda tiveram prejuízos ambientais a fauna, flora, áreas de preservação permanente e águas (IBAMA, 2016). Devido às suas causas e proporções o Ministério Público Federal indiciou a Samarco, suas controladoras Vale e BHP Billiton e mais 23 pessoas por crimes ambientais e de homicídio (MPF, 2016).

O rompimento ocorreu na cidade de Mariana-MG, mas o percurso do rejeito não se deu no território sede da cidade, mas sim em seus distritos como Bento Rodrigues, que foi completamente dizimado (IBAMA, 2016), Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira, além dos municípios de Barra Longa/MG, Rio Doce/MG e Santa Cruz do Escalvado/MG, etc. (MPF, 2016a). Todos os municípios e distritos regados pela bacia hidrográfica do Rio Doce foram afetados, totalizando prejuízos em 31 cidades do estado de Minas Gerais e em mais 04 do Espírito Santo (MPF, 2016b).

Entretanto, para que a barragem de Fundão fosse construída, a mineradora apresentou os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e, em seu diagnóstico socioeconômico afirmava que não existia qualquer comunidade vizinha à Fundão, mesmo Bento Rodrigues estando a 6 km de distância de onde a barragem foi construída. Não obstante, “o rompimento causou a destruição de 1.469 hectares ao longo de 77 km de cursos d’água” (IBAMA, 2016, p. 10). Além disso, tal barragem poderia ter sido construída ainda no Córrego de Brumado, local onde não apresentava riscos a comunidades, mas por questões econômicas e de redução de custos optou-se pela construção no Córrego de Fundão (MPF, 2016a).

Assim, para o MPF (2016a), ficou constatado que desde a época do licenciamento da barragem, os denunciados optaram por uma gestão de priorização dos resultados econômicos em detrimento das vidas, do meio ambiente e das pessoas potencialmente afetadas.

A Samarco também havia iniciado nos últimos anos projetos de ampliação, para aumento da produção de pelotas de minério para a exportação, com a criação de novas plantas industriais e minerodutos (Correa, Silva, 2015; Notícias de Mineração no Brasil, 2014; MPF, 2016a) que aliado à velocidade de implementação dos projetos para aumento da produção, fez com que o risco do rompimento fosse assumido (MPF, 2016). É

importante ressaltar que, era do conhecimento das mineradoras que Fundão não teria condições de suportar o aumento de deposição de rejeitos (MPF, 2016a).

No relatório de demonstração do exercício de 2013, a Samarco enfatizou:

> No contexto brasileiro, assistimos à mobilização legítima da população em busca de melhorias de infraestrutura e qualidade de vida, com reflexos imediatos na agenda política do País. Paralelamente, registramos o pico das obras do P4P [nome do projeto de ampliação da produção de pelotas de minério], o que nos demandou esforços redobrados para garantir o andamento do Projeto, em conformidade com os prazos e as entregas acordados com nossos acionistas, e a saúde e segurança das cerca de 13 mil pessoas envolvidas nessa fase da construção – nossa prioridade máxima (Samarco, 2013, p.5).

Entretanto, o Ministério Público Federal (2016a) denuncia sendo certo que todos sabiam das consequências de tal ampliação a jusante e inclusive das mortes, ficando então claro que se matou por dinheiro.

Ademais, Fundão foi construída a partir do método mais arriscado para a construção de barragens, o método “a montante”, e também recebia clandestinamente rejeitos da mineradora Vale - uma das controladoras da Samarco -, apresentando problemas desde o início de seu funcionamento e teve relatórios falsos quanto a sua estabilidade divulgados. De acordo com o Ministério Público Federal (2016a), em seu documento de denúncia, era evidente o conhecimento da mineradora Samarco sobre o risco do rompimento de Fundão.

Apesar disso, nenhum morador das comunidades foi informado acerca dos riscos incorridos ou recebeu qualquer orientação para proceder em caso de rompimento, pois, não havia diálogo com as comunidades. O Plano de Ações Emergenciais (PAE) foi falho e burocrático, prevendo apenas o uso de celulares em uma área de difícil sinal de rede de celular, não havia nenhum sistema de aviso sonoro implantado para os trabalhadores das localidades ou para moradores que viviam a jusante da barragem (MPF, 2016a).

Na ausência da implantação de uma sirene nos territórios de risco, uma das moradoras de Bento Rodrigues ouviu do rádio de um técnico de segurança da Samarco que estava no local, que a barragem havia rompido. Assim que ela ouviu a mensagem, ela pegou sua moto e foi avisar aos moradores de Bento Rodrigues do ocorrido, passando

por algumas áreas da comunidade e, dessa forma, os moradores de Bento tiveram conhecimento do rompimento. Posteriormente ao crime, destruição e mortes, as empresas instalaram um dispositivo sonoro, uma sirene nos territórios atingidos (MPF, 2016a).

A ausência do aviso sonoro, de uma sirene, gera o nome do movimento "Um Minuto de Sirene" e mais tarde o nome do jornal dos atingidos "A Sirene" a serem discutidos adiante.

Após o rompimento e o momento de crise instaurado na região, houve uma grande mobilização na cidade e no país de doações para as pessoas atingidas, que num primeiro momento foram encaminhadas para um ginásio da cidade (Tinoco; Sanches, 2015) e posteriormente para pousadas, onde viveram por meses até que a mineradora alugasse casas para as famílias (Exame, 2015).

Nesse primeiro momento de mobilizações, moradores de Mariana e cidades vizinhas começaram a refletir sobre as possibilidades de auxílio às vítimas do rompimento, como indicado:

> Então ali basicamente eu e um grupo de amigas e amigos... nós nos reunimos pra pensar assim: o que que a gente pode fazer pra ajudar. Isso ainda em novembro de 2015 e... é... a partir daí a gente pensou em formas de conexão e... é... fizemos alguns encontros e entendemos que a gente tinha uma... vocação talvez, assim... das características em comum desse grupo pra colaborar na parte da comunicação. Num primeiro momento, uma coisa que a gente fez foi: pegar aparelhos de celulares *smartphones* que a gente tinha e que a gente não tava usando e... formatar, deixá-los é... prontos para serem usados e doamos pras pessoas atingidas. E aí o que que aconteceu, a gente percebeu que a gente tinha essa vocação pra comunicação, doamos celulares que a gente tinha, conseguimos assim, em algumas lojas, empresas que deram celular, porquê essas pessoas não tinham ainda como se comunicar umas com as outras e nesse meio tempo a gente foi entendendo que a gente podia pensar em outras formas de se comunicar (Paracatu).

A preocupação com os celulares, trazida e com a comunicação, pela fala de Paracatu, se deu pela separação das comunidades. Após o rompimento, as famílias foram realocadas em hotéis espalhados por Mariana-MG e alguns meses depois em casas alugadas também na cidade. Entretanto, a comunicação entre eles, a proximidade, a vida

que era compartilhada em comunidade com vizinhos, parentes, foi fragmentada e desmobilizada pela dispersão geográfica imposta.

> A primeira ideia pra você ter noção era comprar celulares e chips pra essas pessoas poderem conversar porque muitas tinham perdido tudo e... então assim, a comunicação sempre teve no cerne do que se queria fazer pra... pra intervir e ajudar essas pessoas de imediato, então, é... havia uma... uma conversa de uma reação de emergência ao rompimento e aí essa conversa foi amadurecendo e se transformou na proposição de um jornal (Barra Longa).

A partir das falas supracitadas, fica evidente que desde o início das mobilizações houve problemas para a viabilidade da comunicação entre as pessoas atingidas e, esse problema de comunicação gerava um contexto de desmobilização entre elas, por isso, houve uma preocupação com a comunicação e com as formas de torná-la viável.

Assim surgiu o coletivo "Um Minuto de Sirene", a partir do engajamento de pessoas que se mobilizaram junto à causa daqueles que sofreram diretamente prejuízos do rompimento. O coletivo recebeu esse nome em forma de protesto ao aviso sonoro que deveria ter sido implantado pela Samarco nos territórios e que também deveria ter ecoado diante de um rompimento de barragem, comunicando o risco às comunidades, evitando mortes e colocando em prática um plano de ação. Nesse encontro entre as pessoas que ofereciam algum tipo de ajuda e os atingidos, o "Um Minuto de Sirene" se tornou uma mobilização, promovendo ações em protestos e convidando a comunidade interessada a discutir o presente e o futuro inerente àquele contexto. Assim, o coletivo se posiciona como um movimento de resistência em relação ao poder e determinações das mineradoras sobre a vida das pessoas atingidas.

Os prejuízos causados pelo rompimento da barragem de Fundão trouxeram os olhares da mídia nacional e internacional, levando a grandes especulações sobre o futuro da Samarco em Mariana, a interrupção de suas atividades, e o medo do desemprego (Estado de Minas, 2016). A gestão do poder público municipal da época se manifestou sobre o rompimento demonstrando preocupação com o impacto da arrecadação municipal com a parada das operações da mineradora (G1 MG, Pimentel, 2015). Diante disso, as vítimas diretamente afetadas pelo caminho do rejeito tiveram suas histórias, demandas e realidades mais uma vez silenciadas, ocultadas e abafadas pela narrativa que coadunava

à perpetuação do poder colonialista manifestado pelas mineradoras. As vítimas chegaram a sofrer até mesmo hostilização e preconceito por parte de moradores da cidade, sob acusação de serem responsáveis pela parada das atividades da mineradora, além de serem taxados de aproveitadores pelas reclamações direcionadas ao processo reparatório (Menezes; *et al*., 2016).

Desde a ocorrência do crime, a forma de divulgação das informações pelas grandes mídias também foi algo que despertou atenção, conforme um dos entrevistados pontua:

> Então eu tive lá... foi a noite vendo as pessoas chegarem e o tempo todo uma série de informações, é... trocadas e equivocadas sobre se tinha morrido todas as crianças da escola, acho que cê lembra disso. Eram oitenta mortos a expectativa, noventa e foi crescendo... e aquilo acabou... eu tô dizendo tudo isso porque acabou levando a gente por muito tempo pra um lugar de... de extrema tensão diante de alguma coisa que era muito nova, né, nem o jornalismo conseguia dizer muito sobre isso, que que era a montante, que que era a jusante, qual que era a diferença de uma barragem pra outra, quê que tinha acontecido ali, a história falsa do tremor [...]" (Bento).

Essa passagem da fala de Bento, deixa claro que a cobertura jornalística realizada pelas grandes mídias sempre deixou lacunas e dúvidas em relação à veracidade dos fatos. Existiam muitas dúvidas e especulações acerca do crime do rompimento e que o jornalismo não dava conta de informar precisamente qual era o cenário, as consequências e as responsabilidades.

Além disso, em conversas informais com pessoas atingidas e membros do jornal A Sirene, surgiram relatos como o anterior reforçando que em meio ao cenário de crise, incertezas e especulações, as vítimas começaram a se sentir insatisfeitas com a cobertura midiática feita pelos grandes veículos. As pessoas atingidas afirmam que suas falas eram frequentemente editadas e distorcidas pelos grandes veículos de comunicação, que não eram fiéis às narrativas e não contavam a verdadeira história, o que na atualidade se desdobrou como resistência à concessão de entrevistas para as mídias hegemônicas. As mídias tradicionais hegemônicas são vistas por eles como veículos que atuam a favor das empresas responsáveis pelo crime.

Assim, é possível afirmar que as informações divulgadas pelos grandes veículos midiáticos eram insuficientes para relatar e explicar a realidade do contexto do crime,

gerando insatisfação principalmente nas vítimas, que percebiam nas informações divulgadas por essas mídias, o exercício do poder corporativo das mineradoras.

Diante disso, houve uma mobilização do "Um Minuto de Sirene" na tentativa de promover um meio que permitisse que outra versão da história pudesse ser contada, a saber, um jornal dos atingidos:

> ...tinha uma aproximação realmente muito, muito forte, que era um engajamento direto, especialmente porque tava tudo muito no calor ainda, né, era uma época em que os atingidos recebiam uma demanda muito forte de imprensa e... num sabiam como lidar com isso... o jornal [Sirene] ele surge nessa tentativa de fazer... ecoar essas vozes atingidas da forma como eles gostariam que fosse ecoada e não a partir dos interesses comerciais de veículos de comunicação (Rio Doce).

Sobre isso, é possível afirmar que as mídias tradicionalmente hegemônicas e de grande cobertura exerceram o poder colonialista no controle das narrativas e da história a ser contada acerca do rompimento, fator esse, que contribui para a sua perpetuação e manutenção dos silenciamentos que suprimem outras versões da história e deslegitimam a veracidade e importância do que está sendo interpelado. Essa realidade ainda é representada nos tempos atuais:

> Se você for pensar pelas comunicações feitas pelas mineradoras e pela Fundação Renova... é... Mariana vive um conto de fadas assim... nossa, o mundo é perfeito pelas comunicações institucionais das mineradoras e também da Fundação Renova, quando vai pro exterior então... é... onde a BHP atua principalmente, ali vamo falar de Austrália e Inglaterra, mais principalmente a Inglaterra, as pessoas elas tem uma noção de que a realidade aqui é brilhante, é linda e maravilhosa, porquê os relatórios enviados, as comunicações que são feitas pela institucionalidade das mineradoras, pela Fundação Renova é sempre uma narrativa de mundo encantado, assim... de tudo tá sendo perfeito, tudo tá sendo lindo e... a mídia comercial, ela é financiada muito fortemente pelas mineradoras, então quando você vai ver o jornal "O Tempo", por exemplo, que é um jornal que já deu vazão a muitas denúncias a questões atingidas, durante muito tempo o... o jornal "O Tempo" publicou é... matérias pagas sem avisar que eram matérias

> pagas. As mineradoras da Fundação Renova vão lá e paga a matéria, sai a matéria como se fosse conteúdo jornalístico quando é publicidade, entende? (Rio Doce).

Assim, a partir da fala de Rio Doce, é possível notar que há um entendimento por aqueles que se envolvem no contexto pós-rompimento e de reparação das vítimas de que as informações divulgadas nas mídias hegemônicas são distorcidas e não correspondem à realidade vivida pelas pessoas atingidas. Rio Doce denuncia que as notícias divulgadas acerca do processo de reparação são na verdade conteúdo publicitário, um conteúdo com objetivo de promover e influenciar o pensamento e comportamento do público a favor daquele que financia a publicidade. Isso equivale a dizer que as mineradoras financiam atividades desses veículos midiáticos para influenciar e distorcer a ideia do público acerca do que acontece no processo pós rompimento.

Na contramão dessa lógica, para que a ideia de um jornal dos atingidos se consolidasse e conseguisse ser financiada garantindo uma atuação independente, foram utilizados fundos de doações realizados a Arquidiocese de Mariana. Essas doações foram coletadas em dinheiro, no período de moção do rompimento em uma conta da arquidiocese. Uma equipe foi constituída pelo Arcebispo para assegurar a destinação do dinheiro para financiamento de projetos coletivos dos atingidos. Num diálogo estreito com a Cáritas Arquidiocesana, os atingidos teriam necessidades atendidas, desde que isso não implicasse em custear despesas sob responsabilidade das empresas (Arquidiocese de Mariana, 2016).

Dessa maneira, o jornal "A Sirene" surge como uma publicação mensal na tentativa de promover a união da comunidade que estava fragmentada, de registrar suas memórias e histórias perdidas e ao mesmo tempo, divulgar a verdade dos fatos a partir da narrativa dos atingidos. Como forma de protesto, as edições do jornal são lançadas todo dia 05 de cada mês em referência a data do rompimento, data essa, que inaugura a luta das pessoas atingidas.

É importante ressaltar que, o surgimento do jornal A Sirene partiu do coletivo "Um Minuto de Sirene" em conversa com as pessoas atingidas, o coletivo contava com profissionais de jornalismo e isso coadunou no despontamento do jornal dos atingidos, entretanto, o movimento e o jornal não são a mesma coisa. O movimento se formou com pessoas interessadas em prestar algum tipo de auxílio às pessoas atingidas, enquanto o jornal foi um produto desse processo interacional, mas que passa a possuir uma rotina e

processos próprios, com colaboradores comuns ao movimento. Atualmente, as pessoas que fundaram tanto o coletivo, quanto o jornal, não mais atuam nessas frentes e o "Um Minuto de Sirene" existe como forma de protesto, não mais como um grupo articulado que se autodeclara nesses termos.

A Sirene como um jornal, então, se transforma em um instrumento de luta, em uma via de denúncia dos atingidos, do que aconteceu e do que continua acontecendo em suas realidades. A publicação é uma forma encontrada de fazer os atingidos serem ouvidos, de narrarem a própria história, de fazer viva suas memórias, ao mesmo tempo em que contam a história do rompimento e seus desdobramentos sob a perspectiva de quem perdeu:

> Cada vez mais... eu já via isso na Sirene, mas eu acho que tem ficado uma coisa muito viva, que é um projeto de memória do presente, de uma memória que é... é... atualizada todos os dias pelas histórias, pelas imagens dessas pessoas que perderam as imagens, né!? Quando o rejeito levou... e... e me parece que... como memorial, além de um veículo, como memorial (Bento).

A narrativa supracitada esclarece que o projeto do jornal A Sirene é um projeto de "memória do presente", ou seja, é uma forma de conservar, de manter consciente no presente as memórias anteriores e suas relações com o que acontece no agora da vida. A partir disso, é importante analisar, que a memória, assim como seu registro representa um lócus de enunciação que confere poder àqueles que foram silenciados da chance de contar a própria história, a partir do mundo em que vivem, recuperando a reconstrução de "outras" versões da história, de forma que a narrativa da hegemonia não seja expandida como universal. Essa abertura às narrativas outras funciona como potencialidade de desconstrução do pensamento hegemônico como narrativa universal e construção de um pensamento e saber decolonial (Santos, 2006; Dussel, 2005).

Assim, ao mesmo tempo, a produção jornalística da Sirene é um projeto que parte da ótica, pensamento e posicionamento subalterno para lidar face a face com a hegemonia, o que Mignolo (2007) aponta como condição para um projeto de construção de saberes decoloniais.

Para isso, foi montada uma equipe com editores, jornalistas, revisores, diagramadores e estagiários para a realização do jornal. A equipe era formada

predominantemente por pessoas que apoiavam a causa dos atingidos, que tinham algum tipo de formação técnica e que ao mesmo tempo a exerciam como atividade laboral, conforme afirmado pela pessoa atingida envolvida no processo produtivo do jornal. Os custos para manutenção da equipe e as despesas destinadas à impressão do jornal eram mantidas com as verbas que foram destinadas à Arquidiocese de Mariana (Universidade Federal de Ouro Preto, 2022A; Arquidiocese de Mariana, 2016).

A participação das pessoas atingidas se concentrava na sugestão das pautas ou assuntos pertinentes às suas vidas, culturas, processo de reparação, entre diversos assuntos apontados por eles como relevantes, bem como na exposição de suas narrativas sobre o que os acometia.

Entretanto, ainda em 2016, uma pessoa atingida passa a fazer parte do corpo editorial da Sirene, conforme narrado:

> (...) fui levano o jornal pra entregar e... nesse levar o jornal pra entregar, eu conversava com as pessoas sobre o jornal e a fala... o que eles me falavam... eu parava o carro numa sombra e pegava a prancheta e escrivia e levava lá, mostrava pra eles e eles falavam que tava bom, aí eu levava pro jornal pro pessoal fazer a reportagem. Aí um belo dia... se eu não tiver muito errado, [um dos fundadores do Jornal] falou comigo assim: ô [se refere a Camargos] porque você não escreve a reportagem? Eu falei: como? Eu não sou jornalista! Ela falô: você escreve! Num precisa ser jornalista, você escreve e você escreve muito bem, pode escrever! E eu comecei a escrever, comecei a fazer entrevista... fui olhano as meninas fazer entrevista e fui olhano no modelo e criei um modelo visto da minha forma de achar certo e a forma como elas faziam, um modelo que não era acadêmico, mas que tinha algo de acadêmico e algo do eu (...). Eu cheguei, cheguei chegano, e... sem a menor noção de onde eu estava e o que tava fazeno, como um estrangeiro num, num... país que falava uma outra língua e apresentei o papo de cumadres, fui um dos últimos a... a propor pauta porque eu tava vendo o pessoal propor pauta, pra mim saber o que era propor, porque eu não sabia o que era propor uma pauta. Eu não tinha condições de chegar lá e falar assim: (...), é... propõe uma pauta aí, eu ia falar assim: hãn!? Que que é isso? Aí eu vi os outros propondo, entendi ali naquele momento e propus a pauta “Papo de Cumadres” que tá aí, vivinha até hoje... é a... a pauta que... mais apareceu nos jornais A Sirene e daí pra

> lá, [se refere a ele mesmo] virou parte integrante desse jornal (Camargos).

Na fala supracitada é possível notar uma abertura da equipe técnica com a referida pessoa atingida para que ela se envolvesse no processo produtivo do jornal, ainda que ela não houvesse passado um processo formativo que conferisse um título de jornalista. A partir disso, é possível notar a existência de uma relação social horizontalizada pela não hierarquização de um saber acadêmico, técnico jornalístico como determinante em relação a um saber que lhe é distinto, ou seja, não houve uma subalternização, inferiorização ou silenciamento de um saber diferente dos moldes hegemônicos.

Ao mesmo tempo, quando o atingido relata que "cria um modelo" a partir do modo de produção acadêmico e o "eu", é possível absorver que houve uma dialogicidade de saberes entre o conhecimento acadêmico e campo da realidade concreta, que desembocou em uma nova forma de fazer, adaptado ao contexto e experiência da pessoa atingida, o que coaduna ao pensamento de Santos (2006) em relação à ecologia dos saberes, isto é, um saber que surge na dialogicidade entre pensamentos, saberes e conhecimentos e se concretizam em formas outras de se construir a realidade.

Essa nova forma de fazer funciona como uma construção de saber, isto é, um saber produzido no enfrentamento dos moldes hegemônicos a partir de um saber e pensamentos próprios, o que Mignolo (2007) denomina de desobediência epistêmica, fator esse, potencial para a construção de saberes decoloniais.

Ainda em 2016 uma nova representação social surge no contexto pós-rompimento e de reparação: a Fundação Renova. Após a denúncia do Ministério Público e relatório inicial de danos realizado pelo IBAMA, a Samarco e suas controladoras Vale e BHP, realizaram um grande acordo com instituições representantes do Estado, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, 2016; Ferreira, Pereira, Naves, 2023). Nesse acordo, foram determinados os danos, sua respectiva reparação, quem deveria ou não receber a reparação com fixação de critérios e também foi instituído uma nova organização para gerenciar todo o processo reparatório, uma fundação de direito privado, mantida pelas mineradoras responsáveis pelo rompimento. É importante ressaltar que, esse acordo foi realizado sem a presença de pessoas atingidas ou de alguém que os representassem (Ferreira, Pereira, Naves, 2023; TTAC, 2016).

A criação dessa nova organização retira as mineradoras do lócus, da centralidade da reparação e da sua responsabilidade em relação a esse processo, uma vez que, a Samarco, Vale e BHP não são mais vistas como as organizações responsáveis pela reparação, a elas foi conferido a função apenas de "mantenedoras" (TTAC, 2016). Contudo, é importante ressaltar que a composição dos gestores da Fundação Renova e seu corpo de trabalhadores foi formado por ex-funcionários das mineradoras, que foram realocados para esta Fundação (Ferreira, 2019).

Assim, as pessoas atingidas passam a comunicar seus anseios, lutas, processos, reclamações e denúncias não mais contra a Samarco, mas sim contra as decisões e medidas adotadas pela Fundação Renova, o que consolida o posicionamento do jornal A Sirene como resistência a essa organização, como indica uma das narrativas:

> A gente... tem uma função editorial é... crítica a Renova, isso é um ponto, porque a gente entende editorialmente pela nossa experiência de jornalismo, que a Renova não atua a favor das pessoas atingidas, então isso... eu não vou saber te dizer como a gente se posiciona em relação a todas as polêmicas, mas da Renova eu sei (Barra Longa).

Dessa forma, Barra Longa reconhece o posicionamento político do jornalismo realizado pelo jornal na contramão do jornalismo que é realizado pela Samarco e consequentemente pela Fundação Renova (já citado na presente pesquisa como um jornalismo que se faz por meio da propaganda), ou seja, o jornal A Sirene dá vazão às vozes das pessoas atingidas que se posicionam contra a Fundação Renova.

No momento inicial pós-rompimento e de criação do jornal, o contato da Universidade Federal de Ouro Preto com a Sirene e a comunicação dos atingidos não era formalizada, o que havia eram iniciativas de alguns membros de seu corpo acadêmico e docente, na tentativa de auxiliar e somar esforços em relação à proposta do jornal:

> É... e ali assim... tava diante de alguma coisa que me parecia grande demais pra tá numa Universidade Pública e entender que isso não nos dizia respeito, só nos dizia respeito noticiar durante um tempo, não parecia que era uma coisa que ia durar... um tempo depois, chega o... [pessoas envolvidas na criação da Sirene] e outros tantos, fundaram um movimento chamado... num é soa sirene (o entrevistado se refere ao Um minuto de Sirene), é... eu vou me esquecer dos detalhes, mais... eles

> criaram o jornal e me procuraram... na época, então eu fiz parte do primeiro grupo que discutiu o jornal, só que eu entrei como colaborador porque eu tava envolvido com a revista, porque a gente decidiu fazer uma única edição durante o período todo é... e mergulhar nessa história que tinha acontecido, com toda as dificuldades de não ter um crachá da Folha ou o Globo que te permitia entrar com mais facilidade, contando com o apoio dos bombeiros pra gente entrar porque o tempo todo a Samarco tentava é... impedir que a gente chegasse aos locais, que isso virasse imagem, né!? Essa grande guerra de imagens e... dali pra cá, Pamella, é... eu acho que tudo que eu passei a estudar ou eu passei a... a... desenvolver, passou a tá direcionado pra... história da mineração, das violências, dos crimes que continuam, enfim... isso acabou virando o... uma constante na pesquisa, no meu doutorado, nas aulas, nos projetos de extensão, a gente começa com programas de extensão já em 2016, voltados pra isso, mas não na Sirene, a minha participação lá foi de... apoiar a primeira equipe, ajudar a formar uma parte deles pra documentação fotográfica, estruturar e negociar com o curso pra que eles tivessem um lugar, dali eu... saí, já tinha um grupo tocando (Bento).

No recorte exposto acima, a pessoa entrevistada afirma que o contexto social do crime do rompimento da barragem era uma coisa "grande demais" para estar numa universidade pública e que tal fato não "nos dizia respeito", isto é, a pessoa entrevistada compreendia o contexto social em que a Universidade estava inserida de maneira distanciada, não como um componente ou ator envolvido na luta das pessoas atingidas, mas sim como alguém pequeno e apartado da luta. Nesse sentido, o que permitiu a participação inicial da universidade nos meandros e disputas dos atingidos em relação à comunicação foi a mobilização social dos criadores do coletivo "Um Minuto de Sirene" em busca de parcerias para a estruturação do projeto que viria a ser o jornal A Sirene.

Na fala supracitada, é possível perceber também as relações de poder imbricadas desde o início no processo de se fazer o jornal A Sirene. Quando o entrevistado relata a dificuldade de entrada em campo devido ao poder da Samarco de controlar o território e decidir sobre o seu acesso, revela não só a reprodução da lógica colonialista do domínio de um território, como também o poder silenciador daqueles que habitam esses espaços, daqueles que se dispõem a mostrar uma realidade outra, a narrar uma história diferente.

Esse silenciamento próprio do poder colonial é o que Quijano (2005) aponta como mecanismo utilizado para o controle das narrativas, o controle da história a ser contada e consequente manutenção do poder. Quijano (2005) ainda nos relata que esse poder e controle de narrativa também é utilizado como justificativa para a exploração de terras, povos, saberes e culturas.

Além disso, é esse controle de narrativa que Santos (2006, 2007), Lander (2005) e Dussel (2005) denunciam como mecanismo que fundamenta o pensamento produzido na sociedade. Assim, esse controle e manutenção do poder funcionam como um obstáculo às possibilidades de subversão do poder hegemônico e consequentemente reduz o poder de agência e de transformação das realidades daqueles determinados como subalternos.

É importante analisar também, que o referido entrevistado percebe o favorecimento do acesso às mídias hegemônicas, como por exemplo, a Folha de São Paulo e O Globo em detrimento das mídias alternativas. Tal fato revela o padrão da lógica histórica da invisibilidade do que difere do padrão hegemônico (Quijano, 2005, Santos, 2006; Mignolo, 2008).

Por fim, em sua fala, o entrevistado conta como essa realidade apreendida por ele, transforma a sua trajetória acadêmica, bem como as suas produções. O entrevistado relata que o contato com as disputas da realidade concreta, nessa "grande guerra de imagens", se transformou em um catalisador para suas pesquisas e desdobramentos que se direcionam para "... história da mineração, das violências, dos crimes que continuam". Nessa narrativa é possível perceber a mudança do lócus do saber para a concretude da experiência subalterna, isto é, a realidade sensível vivenciada, percebida e estudada se torna a origem de seus pensamentos e produções. Nesse sentido, tem-se que os pensamentos de tais pesquisas são produzidos originalmente a partir do que acontece na concretude do contexto social.

Ora, tem-se que a colonialidade do saber se dá na (re)produção do pensamento a partir de lentes epistemológicas determinadas, ou seja, o pensamento é reproduzido a partir de um regime de significação e categorização determinados, que mantém uma estrutura e padrão de poder (Porto-Gonçalves, 2005; Santos, 2006; Mignolo, 2008; Lemos, 2019) e que "nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias" (Porto-Gonçalves, 2005, p.3).

Assim, a colonialidade do saber se relaciona à determinação de um padrão de pensamento (hegemônico e segregador) que funciona como lente para explicar o mundo. Quando essa ordem é subvertida, ou seja, quando o pensamento parte do próprio mundo

em que se vive, existe potencialmente um posicionamento contrário a essa colonialidade do saber. Essa subversão é a ruptura com as lentes de pensamento que sobrepõem o sujeito, ao passo que surge o pensamento e ação voltados à própria realidade e lugar, movimento esse defendido por Mignolo (2008) como necessário à desobediência epistêmica. Nesse sentido, pensar o mundo a partir da própria realidade e lugar é potencializar a ocorrência da desobediência epistêmica e da construção de saberes.

Ao mesmo tempo, é possível afirmar que, essa mudança de origem de lócus de pensamento para o próprio mundo em que se vive, funciona como fator fomentador da construção de saberes que se debrucem sobre o que Dussel (2005) defende como transcendência da razão moderna, que é a negação de uma razão violenta, desenvolvimentista, hegemônica, para a aceitação de razões múltiplas e outras capazes de promover o projeto da libertação tão prometido pela modernidade.

Ainda sobre o contato, envolvimento e auxilio dos docentes e acadêmicos da UFOP, no momento de criação do jornal A Sirene, Barra Longa diz:

> Naquele momento, eu acompanhei assim... eu tava perto, vamos dizer assim, perto mas não tava dentro, por uma série de configurações de vida como eu falei, questões pessoais, questões de trabalho... mais assim... sempre acompanhei a Sirene é... muitos e muitas dos jornalistas responsáveis tinham sido meus alunos, alguns foram orientandos é... (...) Aos poucos... e a gente atuando junto as populações atingidas, eu no programa de extensão, que trabalha com crianças e adolescentes de Bento e Paracatu por meio das escolas especialmente. Então assim, eu sempre estive envolvida nessa causa, né, do... do meu modo, pelas minhas entradas, paralelamente a isso é... tem uma atuação de pesquisa também, especialmente investigando os modos de produção dos sentidos do jornalismo em relação as coberturas do rompimento. Anh... tenho alguns textos produzidos, apresentados em congresso e/ou publicados em revista e... ali ao longo do tempo, isso vai... os laços, eles vão se fortalecendo por meio de iniciativas pontuais (Barra Longa).

No trecho supracitado é possível pontuar que o envolvimento dos membros da UFOP com o jornal A Sirene nem sempre se deu de forma direta, como o entrevistado relata, ele *"tava perto, vamos dizer assim, perto, mas não tava dentro"*. Todavia, ao mesmo tempo a pessoa entrevistada participava de projetos em comum com a causa e

interesse das pessoas atingidas, o que ocasionou na sua entrada para o jornal e familiaridade com o campo.

Ademais, no referido trecho da entrevista, também fica explícito mais uma vez o impacto da realidade das pessoas atingidas e o contexto do rompimento da barragem na construção de saberes e conhecimentos, uma vez que, essa realidade se comporta como situação originária de produção acadêmica, através de programas de extensão, pesquisas e textos publicados.

Essa passagem então, demonstra mais uma vez os saberes sendo construídos sob influência da realidade social como lócus originário, o que potencializa uma desconstrução da colonialidade do saber, que impõe seus regimes de pensamento, bem como funciona como um movimento precursor da construção de saberes baseados na "desobediência epistêmica", assim como defendido por Mignolo (2008) e da razão transcendente de Dussel (2005).

É necessário explicar também que o formato do jornal A Sirene desde sua proposta traz a ideia de ser realizado a partir das narrativas das pessoas atingidas. Assim, as falas são registradas através de um gravador e, posteriormente, a exposição de seu conteúdo é passada para o texto com as mesmas palavras utilizadas, tudo é exportado na escrita da forma como é dita pelos atingidos, tal como descrito pelo entrevistado:

> Como é que é feito o jornal? A gente escuta e a gente, é... aprofunda aquela escuta com eles e a gente escreve o que eles disseram *ipsis litteris* e põe a assinatura e manda pra eles. Eles não escrevem, muitos são analfabetos. Isso é uma coisa difícil, eu soube recentemente por uma família que eu sou próximo, muito próximo... eu mandei umas duas vezes texto pro marido e aí a esposa em particular me mandou uma mensagem, me dizendo assim: "(...), deixa eu te falar uma coisa, manda áudio, você sempre mandava áudio, é... ele não sabe ler." Ele não sabia, porque ele é uma pessoa assim... de uma rapidez pra pegar as coisas dos sinais, (inaudível). Então, assim... a Sirene sempre foi assim, tá!? Isso desde o surgimento, é... você sempre tem alguém que escreve aquilo que eles falam, até quando os atingidos... alguns atingidos vão escrever. O que eu tô dizendo é que, um atingido escreve, um atingido escreve todo mês, mas o jornal todo, a coluna da Cáritas e a coluna do MP é feito a partir do que eles falam. A gente entende que isso é uma escrita da fala deles, tanto que a gente não muda... é, tem uma regra que é: você

> obviamente não consegue botar a fala inteira, mas você seleciona um tema, um pedaço da fala que você coloque do começo ao fim... e a coisa que eu mais ouço deles de volta, sobre a Sirene é assim, uma das, né, além das imagens, é... "Que bom que a gente vê um jornal que escreve o que a gente falou" Isso eu já ouvi de vários e num é só um trechinho, num é só uma frase, num é só um pedacinho de notícia, é a notícia inteira. Tanto que a Sirene, assim, nessa perspectiva do que a gente aprende na faculdade de jornalismo, ela... tá fora desses modelos, porque a gente só faz a cabeça, na cabeça tem falas e um pouco de apuração, um parágrafo e o resto todo é fala deles. Não tem alguma coisa linkando uma fala com a outra, pode reparar (Bento).

Sobre o trecho supracitado é possível fazer duas apreensões distintas. A primeira se refere à publicação se caracterizar como uma proposta decolonial e como uma relação horizontal, por possuir em seus intentos desde a sua criação, a busca pela legitimidade, validade do desejo e da experiência de vida de pessoas que almejam a transformação de sua realidade, se colocando politicamente na resistência contra hegemônica antes e depois do contexto do rompimento. A segunda se refere à impossibilidade de alcance do conteúdo do jornal, da democratização do acesso ao que está sendo narrado pela própria fala, uma vez que alguns atingidos, por serem analfabetos, não conseguirão acessar o conteúdo escrito por meio da leitura. Além disso, essa mesma limitação funciona como barreira à produção textual do jornal por essas pessoas.

Essa limitação no alcance se dá pelo regime de formas determinadas de pensamento, próprias de uma colonialidade do saber, que determina não só o saber, mas também as formas de o acessar. Sobre isso, é importante esclarecer que essa análise não se faz como uma responsabilização particular da Universidade em questão, tampouco de seu corpo docente e discente. Essa análise é aqui exposta como provocação, como forma de demonstrar materialmente os limites impostos pelo regime de pensamento hegemônico científico e acadêmico próprios da colonialidade do saber, que, neste caso, limita a possibilidade de alcance e do diálogo entre diversos saberes, inclusive do saber científico e a sociedade, que não por acaso, se tornou a inquietação inicial para origem desta pesquisa.

Essa realidade analisada nos coloca diante da necessidade de refletirmos também acerca das formas, veículos, gêneros entre outros mecanismos possíveis de se fazer a democratização e diálogo dos saberes e conhecimentos, bem como, a necessidade de

obtenção de recursos para tal. As respostas para essa provocação não se esgotam, tampouco se limitam a apreensões de uma pesquisa ou trabalho, mas a busca por solucioná-la deve ser um compromisso daqueles que dedicam à justiça social e cognitiva.

Não obstante, é possível analisar através da entrevista também, que o formato jornalístico da publicação, de trazer as falas *ipsis litteris* rompe com o padrão hegemônico acadêmico ensinado e divulgado, como o entrevistado relata: "*Tanto que a Sirene, assim, nessa perspectiva do que a gente aprende na faculdade de jornalismo, ela... tá fora desses modelos, porque a gente só faz a cabeça*", ou seja, o jornal A Sirene rompe, desobedece o padrão do pensamento de como fazer jornal(ismo) e ainda assim produz um jornal. Essa desobediência se dá a partir de uma necessidade de divulgação das falas exatas das pessoas atingidas, para que as narrativas expostas sejam próprias.

A ruptura e desobediência ao padrão jornalístico hegemônico pode ser analisado como uma oposição à dominação colonizadora de tradução, significação e explicação da vida e experiência de mundo de um outro, assim como defendido por Mignolo (2008). Nesse sentido, a produção do jornal A Sirene se comporta como uma construção de saber baseada na "desobediência epistêmica", à medida em que ele não é produzido por um modelo, padrão ou receita, mas sim a partir da apreensão de uma necessidade de sujeitos sociais.

Ainda no que se refere a ruptura do padrão hegemônico jornalístico, é possível identificar apreensão semelhante na seguinte narrativa:

> (...) as pessoas elas precisam ser ouvidas, muitas pessoas falam um jargão jornalístico né!? "ah... a gente precisa dar voz pessoas" "Vamos dar voz, vamos dar voz". A gente não precisa dar voz pra ninguém, as pessoas atingidas... elas sempre tiveram voz, elas têm voz, o que que a gente precisa dar é ouvido. Porque que essas informações não chegam por exemplo em Passa Quatro? Não chegam talvez no Nordeste? As informações de como Mariana está hoje. A não ser que cê vá lá no google e pesquise "como está Mariana hoje depois..." Porque não é interesse, porque não tem um valor-notícia pra isso. Então, é... muito importante dar ouvido, é muito importante que as pessoas falem e é muito importante que as pessoas a-tin-gi-das falem e que não as instituições falem por elas, não que empresas trilhonárias falem por elas, ou "uma Fundação" [Faz sinal de aspas com as mãos, dando a entender que não é uma Fundação, mas sim uma empresa] Renova, que

> na verdade não faz nada, só tampa o sol com a peneira... falar por elas (Cláudio Manoel).

No trecho supracitado é possível perceber que a atuação jornalística em campo provocou uma desconstrução do saber hegemônico que coloca o jornalista em uma posição ativa e hierarquizada de detentor do poder de "dar voz as pessoas", passando para a emergência de um saber que coloca o jornalista como veículo da escuta, passivo, balizado, horizontalizado com aquele que narra, consolidando assim uma relação horizontal.

Essa desconstrução do saber hegemônico provocado pelo campo funciona também como uma desobediência epistêmica, que subverte a lógica de pensamento para a construção de saberes, que se produz partindo da realidade subalterna e não de um lócus de análise posto, assim como defendido por Mignolo (2008). Além disso, tal postura permite o que Santos (2006) defende como a construção de outras versões da história da ciência, em sua ecologia dos saberes.

Ademais, na fala do entrevistado, também é possível pontuar que as notícias jornalísticas tem "valor-notícia", isto é, notícias tem um julgamento qualitativo atrelado às relações de poder na sociedade, de forma que "instituições", "empresas trilhardárias" e "uma "Fundação" Renova" tem mais valor e, por isso, mais alcance nas notícias que divulga sobre os atingidos, do que as próprias pessoas atingidas. Assim, fica evidente que o poder hegemônico e colonialista silenciador exercido sobre as pessoas atingidas no cenário do rompimento, progride no domínio e controle das narrativas a partir do alcance do que está sendo narrado. Se há um controle da narrativa, há também um controle da história e, aquele que controla a história assegura seu poder, como pontuado por Quijano (2005).

O Jornal "A Sirene" sobreviveu com os recursos destinados à Arquidiocese de Mariana até a primeira sinalização de sua escassez, em julho de 2019, entretanto, a arquidiocese ainda destinou recursos à manutenção do jornal até início de 2020. Posteriormente o jornal também recebeu uma ajuda financeira da Cáritas Regional, órgão responsável pela assessoria técnica aos atingidos pela barragem de Fundão e de fontes de financiamento não permanentes, com parcerias e campanhas ligadas à justiça social e também à cidade de Mariana-MG. Mas dada a impermanência dessas fontes, a continuidade do jornal era incerta, pois, não havia segurança sobre a continuidade dos recursos, o que o levou a procura por outras formas de garantir a sua sobrevivência.

A partir de 2020 houve o período pandêmico. Nesse contexto, a redação e produção do jornal foi afastada do campo, as produções eram realizadas de maneira remota, com entrevistas realizadas através de ligação telefônica ou *Whatsapp* para os atingidos, as fotos eram realizadas de longe ou eram utilizadas fotos de arquivo e a equipe técnica trabalhou exclusivamente de forma remota, como podemos perceber nas narrativas:

> é... a gente foi muito impactado com essa questão da pandemia em que a gente, né, ninguém se encontrou mais, é... sempre essa incerteza quanto à... financiamento do jornal e o financiamento do jornal significa o pagamento das pessoas que trabalham também, né, mas ao mesmo tempo a gente ainda assim eu... no meu olhar a gente conseguiu assim, fazer um trabalho muito coerente é... nessa pegada contra hegemônica, então assim... é, a gente cria e defende... uma narrativa das pessoas atingidas com muita é... coerência, mais... ainda assim é difícil, esse lugar é difícil. (Paracatu).

Assim, é possível afirmar que ao longo do tempo o jornal A Sirene sobreviveu com muito esforço coletivo, por ser uma publicação independente a obtenção de recursos sempre foi difícil, o que trouxe problemas para manutenção da equipe. Além disso, também houveram divergências internas e a rotatividade das pessoas envolvidas na equipe técnica foi alta, tendo ainda essa realidade aumentada pelo período pandêmico.

> eu cheguei depois de pandemia né, então até o pessoal que era próximo, tava afastado, por conta de telefone... de ter que fazer tudo remoto e... acaba que essas pessoas, algumas dessas pessoas atingidas, elas têm um pouco de dificuldade em... falar por telefone, sabe!? Acho que elas não sentem a confiança que sente olhando na sua cara e vendo sua reação, sei lá... sabe, é... talvez no telefone elas medem um pouco mais o que tão falando, tentam calcular um pouco mais, num sei porque... (Pedras).

Esse afastamento físico proporcionado pela pandemia ocasionou também um distanciamento na relação de confiança dos atingidos. As interações entre equipe do jornal e pessoas atingidas se tornaram pontuais para a "coleta" de depoimentos, a não presença física obstaculiza uma relação de proximidade, intimidade e confiança, além da

dificuldade de associação pessoal àquele com quem se comunica. Em um contexto marcado por disputas de poder e luta por direitos, conceder depoimentos por telefone a quem não se pode ver, se torna algo suspeito e alvo de desconfiança.

A partir dessa ausência de confiança é possível afirmar que a falta de contato, da proximidade física, do conhecimento e reconhecimento das pessoas que se envolvem na ação extensionista, podem comprometer os resultados e os objetivos do jornal no que se refere à divulgação das histórias, realidades, medos, anseios, expectativas e das visões de mundo das pessoas atingidas que são alvo do projeto. Uma relação construída com desconfiança, que provoca um desconforto na fala, na verbalização das histórias - que é o principal veículo, gênero produtor da publicação -, não irá produzir os sentidos e os objetivos almejados pelo jornal na divulgação dessas mesmas histórias e realidades.

Nesse sentido, coadunamos com a ideia de Freire (2015; 2011; 1996) defendemos a extensão construída em comunhão a partir do estabelecimento de relações horizontais de proximidade, intimidade e confiança, capazes de desembocar em uma prática social interventiva no mundo, consolidando assim, também a prática educativa defendida pelo autor, de que os homens se educam em comunhão no processo mediador com o mundo.

Ainda devido à pandemia, a impressão do jornal também foi suspensa, sua publicação se dava especificamente no site do jornal (*issuu.com/jornalasirene*), o que ao mesmo tempo reduziu os custos de produção do jornal que sofria com a escassez de recursos financeiros nesse período, como indicado em uma narrativa:

> acho que a interrupção do... da produção impressa tem um peso grande, então é um outro impacto que a pandemia traz, né, a pandemia desarticula a presença, a relutância, a relevância desse jornal pras comunidades atingidas, que a pandemia interrompe a circulação, interrompe as idas a campo, é... então acho que esses fatores, (...) são... são muitos, tem muito impacto é... na participação das pessoas (Bento).

Na fala de Bento fica evidenciada novamente a desarticulação do estreitamento das relações entre a equipe do jornal e as pessoas atingidas, devido à ausência física. Ademais, é mencionado que a interrupção da impressão do jornal reduz a sua circulação, isto é, sua potencialidade de transitar entre as pessoas atingidas. Essa redução na circulação por um lado, faz com que o jornal perca sua capacidade de alcançar aqueles que são os principais responsáveis pela sua produção, tanto numa perspectiva de

consumo, através da leitura, quanto de força mobilizadora para alimentá-lo com seus depoimentos e denúncias.

É importante ressaltar que parte disso se dá pela dificuldade de acesso ao jornal em meio digital, o que acaba por dificultar a democratização do acesso das pessoas atingidas sobre o que está sendo narrado, divulgado sobre suas próprias vidas e consequentemente seus desdobramentos.

Salienta-se que tal realidade não se configurou de maneira intencional com vistas à segregação e subalternização dessas pessoas, mas sim, como alternativa encontrada para a continuidade das atividades do jornal dado o contexto pandêmico e a crise financeira. Ademais, a crise financeira enfrentada pelo jornal A Sirene é reflexo do contexto social hostil da colonialidade, que subalterniza e invalida realidades apartadas da visão hegemônica.

Já em meados de 2021 o jornal lançou uma campanha de financiamento coletivo para arrecadação de doações que funcionasse como um fundo para a sua manutenção, podendo qualquer pessoa ser doadora, a partir de qualquer valor. Esse fundo seria utilizado apenas para pagamento da equipe técnica, uma vez que, o jornal "A Sirene" circulava apenas em meio digital, com as publicações divulgadas em seu site e o trabalho para as publicações realizado de maneira remota.

No cenário pós-pandêmico, em 2021, com as incertezas quanto à capacidade de manutenção do jornal e a volta do trabalho presencial, a equipe foi enxugada, jornalistas optaram por deixar o jornal, o que levou a um agravante na capacidade de existência da publicação, ocasionando uma procura pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Eis o que um entrevistado diz:

> (...) a gente ficou sabendo duma reunião que a FLAMA [Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração] fez com o (...) [atingido], com a equipe que tava na época da Sirene por conta dessa condição financeira... acho que participaram dessa reunião a FLAMA, a pró-reitoria de extensão, a direção do curso... e a gente não foi convidado embora tivéssemos projetos com eles. Até que o pró-reitor entrou em contato com a gente diretamente pedindo pra que a gente desenhasse um projeto... a gente não tava sabendo dessa situação, pra que a gente desenhasse um projeto, porque era importante, (inaudível) sensibilizou muito, a... diretora na época também, a chefe de departamento (...) fez o mesmo pedido, isso foi... foi bem bacana porque foi meio... meio uma...

> um desafio, “olha, eles tão assim, a gente queria que vocês tocassem, vocês conseguem pegar, tocar e... não deixar o jornal acabar?” E a gente topou e falou vamo, né, vamo ver o que a gente faz. A campanha de financiamento tava começando, já tavam tendo alguns resultados, mas ainda insuficientes pra manter o jornal, ia ter a demissão de... num é demissão, as jornalistas já tinham pedido pra sair, o jornal não tinha condição de manter mesmo, ia ficar com uma única jornalista e precisava de um jornalista responsável, a [docente] se dispôs, eu me dispus a cuidar dessa parte institucional, de toda a negociação com a UFOP, de verificação das possibilidades de entrada, de quais recursos que... que a Universidade pode dar, né... legalmente é... de que tipo de apoio, materiais e tudo... equipe... enquanto ela tocava essa história como... é... jornalista responsável, e acabei me envolvendo. Então foi, dezembro de 2020... dezembro de 2020, 21, 22... dezembro de 2021 a gente... já fez primeira reunião de entrada, fomos conversando, acho que de agosto ou setembro até essa data, preparando, criando o projeto de extensão, negociando com a pró-reitoria... e... com apoio da Universidade... em janeiro a gente entrou e aí sim já assumindo uma parte do jornal, que é uma parte técnica, mas sempre com um compromisso de não mudar nada no processo editorial, pra gente era importante que continuasse sendo o jornal dos atingidos, que continuasse sendo os atingidos quem estivesse a frente desse corpo editorial, editor chefe ou diretor de redação... (Barra Longa)

Assim surge o jornal “A Sirene” como uma ação extensionista, a partir de uma demanda e necessidade da comunidade local que procura a Universidade e não como uma iniciativa universitária assistencialista sob justificativa de democratização do conhecimento, aspecto apontado por Poso e Monteiro (2023) como situação difusora da perspectiva de mundo do colonizador.

Após análise da narrativa supracitada é possível afirmar que a ausência de recursos financeiros para custeio das atividades produtivas do jornal impulsionou a procura pela Universidade. Iniciativas jornalísticas independentes e contra hegemônicas, encontram dificuldades de financiamento das suas atividades, principalmente no caso do jornal A Sirene, um veículo que posiciona contra os poderes das mineradoras no território, divulgando narrativas outras, dos atingidos, vítimas que sofrem com o poder constante

das mineradoras que tentam impor o apagamento das vozes dessas pessoas, das suas histórias e dos seus direitos.

Outrossim, assim como apontado pela abordagem decolonial, é importante que outras histórias, narrativas, visões de mundo, saberes e conhecimentos sejam passíveis de serem expostos, explorados e considerados legítimos, pois, cumprir essa proposta é também considerar a capacidade humana reflexiva, agenciadora de diferentes povos com suas identidades próprias e visões de mundo.

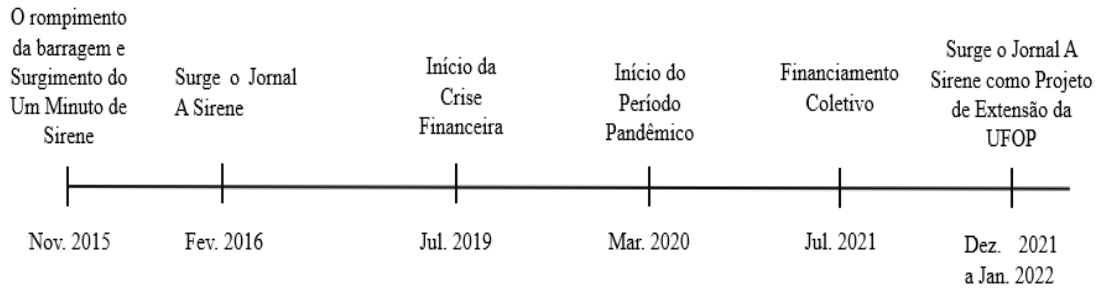
Nesse sentido, é importante ressaltar aqui a importância da Universidade da ação extensionista para a conclusão desse processo, uma vez que, por meio de suas práticas foi possível garantir a continuidade não só da produção do jornal, mas também a continuidade da (re)produção de outras narrativas, histórias e expectativas de um futuro diferente do que é imposto pelos poderes hegemônicos, ou seja, a Universidade, por meio da prática da extensão ajudou a (re)produzir, fez ressoar a humanidade e agenciamento das pessoas atingidas.

Ademais, o entendimento da importância de não alterar o formato do jornal, predominando o que foi trabalhado desde seu surgimento, se comporta como um diálogo de saberes entre universidade e comunidade de forma a compreender seus anseios para definição das formas de atuação. Essa postura pode ser considerada como característica de uma ação extensionista não assistencialista, como uma via de “mão-dupla” e resultado de um diálogo horizontal, uma aproximação entre o conhecimento que circula nas universidades e nas comunidades, tal como defendido por Gadotti (2017).

Ademais, em um cenário em que se torna possível a comunidade comunicar sua demanda às universidades, pode-se afirmar que houve um encurtamento dos espaços universitários e a sociedade, a verdadeira união científica ao humanismo e a produção das condições do “ir-e-vir” fecundo entre o conhecimento acadêmico e a sabedoria popular que permitem a prática universitária comprometida com seu papel de servidora à sociedade, como defendido por Boff (2018).

Assim, o jornal A Sirene se transforma em uma ação extensionista da Universidade Federal de Ouro Preto, tendo sua trajetória histórica resumida na figura abaixo:

Figura 1: Representação da linha do tempo de transformação do jornal A Sirene em extensão



Fonte: elaborado pela autora.

Assim, o surgimento do jornal A Sirene como um projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto não se dá desde o nascimento do jornal em si, mas sim a partir de uma demanda das pessoas atingidas levada para a administração da Universidade, através das suas reitorias.

3.1.2 O Jornal A Sirene como Extensão: o encontro

> Olha, quando a gente chega, o jornal assim... tudo que a gente fala agora e tudo que aconteceu nesse contexto de 20 pra cá, ele precisa ter o atravessamento da academia. Então, a gente chega a um jornal que, não tem mais redação, em que as pessoas estão espalhadas, as pessoas não se veem a muito tempo e... a Sirene sempre tem uma vida mínima de redação, as pessoas sempre se encontravam uma vez por semana numa redação, naquele espaço. Então, é... a pandemia, ela interfere nisso, assim... a equipe tava espalhada ou tava desmobilizada, a produção tava sendo basicamente via *WhatsApp* e... fotos de arquivo, fotos de longe e tal e... além disso, ao longo dos anos, aumentado pela pandemia, as pessoas foram saindo um pouco do jornal, por várias razões, por questões pessoais, por um cansaço da luta, é... por divergências internas. Então a gente entra no jornal muito desmobilizado (Barra Longa).

A partir da fala supracitada é possível entender as condições de existência da publicação e o ponto de partida da atuação da universidade. Há uma desmobilização do jornal por uma atuação da equipe que está fragmentada, distante e com divergências internas. Na ausência de recursos financeiros do jornal para a sua manutenção, a equipe foi desfeita, ficando apenas a revisora de texto e uma representante da Cáritas

Arquidiocesana, que por representar a assessoria técnica das pessoas atingidas se uniram à causa para que o jornal não findasse.

Nos primeiros encontros em que se discutiu a parceria de trabalho do jornal numa possível configuração de projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, sob coordenação de professores do curso de jornalismo, havia uma preocupação em relação à manutenção da autonomia e independência do jornal A Sirene em relação a universidade. A preocupação era se a publicação continuaria sendo das pessoas atingidas ou se passaria a pertencer à Universidade:

> Então foi, dezembro de 2020... dezembro de 2020, 21, 22... dezembro de 2021 a gente... já fez primeira reunião de entrada, fomos conversando, acho que de agosto ou setembro até essa data, preparando, criando o projeto de extensão, negociando com a pró-reitoria... e... com apoio da Universidade... em janeiro a gente entrou e aí sim já assumindo uma parte do jornal, que é uma parte técnica, mas sempre com um compromisso de não mudar nada no processo editorial, pra gente era importante que continuasse sendo o jornal dos atingidos, que continuasse sendo os atingidos quem estivesse a frente desse corpo editorial, editor chefe ou diretor de redação... (Bento).

> Ao mesmo tempo, com uma desconfiança de algumas pessoas do jornal... não necessariamente as pessoas atingidas, mas também... talvez algumas pessoas atingidas assim; “ah a Universidade vai tomar conta disso aqui, isso aqui vai virar um jornal da UFOP” e NUNCA, assim... quando... todas as conversas antes da gente assumir, uma coisa que... que eu sempre quis deixar muito claro é: se for pra mudar o projeto editorial da Sirene, se for pra intervenção nos modos de produção é... tanto editoriais como da comunidade, eu não toparia. É... minha intenção sempre foi ajudar o jornal no que eu posso, dentro das minhas habilidades, a... a atingir o... que de melhor a Sirene pode fazer, dentro do projeto editorial que é o projeto editorial das pessoas atingidas... Olha, nas primeiras reuniões ainda em 21, houve algumas manifestações do tipo, mais... que que a Universidade vai fazer com o jornal? A Universidade vai descaracterizar o jornal? O jornal vai passar a ser da Universidade? Então até as pessoas entenderem o arranjo institucional que estava sendo proposto e eu vou te dizer, Pamella, que

> é um arranjo complexo, o arranjo institucional da Sirene. Eu brinco as vezes que eu sou três pessoas dentro da Sirene (Barra Longa).

Nesse cenário inicial é possível entender que a autonomia e independência das decisões, da narrativa e o controle do jornal era uma preocupação e um fator determinante para a parceria se consolidar. As dúvidas e perguntas feitas acerca do processo de produção do jornal, se ele se tornaria posse da universidade, revelam a preocupação com a perda de poder deliberativo dos atingidos envolvidos no processo. Há uma demonstração de medo de perder o controle do jornal e juntamente com isso o controle da divulgação das próprias narrativas e, consequentemente, a perda de controle da história contada pelas pessoas atingidas. Além disso, essas dúvidas demonstram uma desconfiança dessas pessoas com relação à capacidade do jornal se manter de forma fiel às suas origens ao se concretizar como projeto extensionista ligado ao poder institucional da UFOP.

É importante ressaltar também, que a UFOP não é uma universidade homogênea, tendo parcerias de pesquisa firmadas com a Samarco (UFOP, 2022B; Estado de Minas, 2023), o que pode ter levado a esta desconfiança quanto a fidedignidade das narrativas e formato do jornal e também à percepção de risco na formalização da parceria com uma instituição que tem o principal algoz das pessoas atingidas como financiador.

Apesar disso, o pedido para que os docentes de jornalismo transformassem o jornal A Sirene em uma ação extensionista veio do pró-reitor de extensão e do diretor do curso de jornalismo, que foram procurados pela Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração – FLAMA, conforme já destacado.

Essa dualidade na representação da UFOP é confirmada pelo entrevistado:

> “(...) mas é engraçado porque... da Universidade... eu sei que a história da UFOP não é uma história pra se ter orgulho sobre a mineração, né... pelo contrário, uma parte desse modelo minerário foi inventado pela Escola de Minas e eu sei que tem visões distintas, mas eu não posso me queixar de um “A” da Universidade, dos grupos envolvidos... de apoio a esse projeto. A pró-reitora eu posso te dizer, a pró-reitoria, o departamento é... eles tiveram muita disponibilidade (Bento).

No processo de tornar a publicação um projeto de extensão da Universidade, uma equipe precisava ser montada. Assim, a equipe do jornal A Sirene é montada novamente

e composta por: uma revisora de texto, uma jornalista responsável que também passa a ser a coordenadora do projeto junto à instituição universitária, um coordenador também responsável pelas fotografias, um atingido como editor chefe, uma jornalista, uma bolsista e uma estagiária, sendo as três últimas as responsáveis pela coleta de informações em campo.

Esse momento de encontro, ainda que acordado, trouxe problemáticas, como apontado por alguns entrevistados:

> (...) houve uma certa resistência por parte, acho que da equipe técnica que estava naquele momento no jornal, por diversas razões justas... anh... então foi um momento muito de acomodação. Nos primeiros meses toda a equipe mudou, técnica, então as pessoas que... que escreviam, as jornalistas que estavam conosco, saíram, então pra mim, foi particularmente muito angustiante porque apesar de eu estar próxima do jornal, eu num tava no processo produtivo do jornal e eu sou jornalista há mais de vinte anos, eu sei a diferença que isso faz. Então, de repente a gente perde assim... toda essa familiaridade com as fontes, o contato com as fontes, a proximidade com todo mundo, é... quem sabe disso, quem é a pessoa que fala disso, quem é a pessoa que vive isso... eu... eu fiquei com muito medo nesse começo porque a gente com essa desmobilização, com a saída, com essa troca de equipe eu pensei assim: Caramba! Como que a gente vai fazer esse jornal sem fonte, né!? A gente vai recomeçar e de alguma maneira é um processo de recomeço mesmo, né, de restabelecimento de laços, de religar os laços da Sirene, com as comunidades atingidas, de as pessoas voltarem a se sentirem parte desse espaço, desse lugar (Barra Longa).

Na passagem citada acima, é possível perceber que no momento em que o jornal A Sirene passa a ser um projeto de extensão e consequentemente com a troca das equipes, há nessa mudança uma ruptura nas relações de confiança e proximidade produzidas anteriormente e, consequentemente, acontece também uma mudança dos saberes que estavam incorridas naquelas relações anteriores, que deixam de existir. Ao mesmo tempo, essa mudança também implica na construção de novas relações e de saberes a partir delas.

Assim, na ótica de Barra Longa, para que o jornal como extensão pudesse se consolidar e se produzir, seria necessário que os espaços de troca entre a equipe da

universidade e a comunidade fossem acessíveis, desobstruídos e fortalecidos, tal como defendido por uma abordagem comunicativa (Freire, 2015) e não assistencialista da extensão (Gadotti, 2017), coadunando a uma dialogicidade de saberes. Ao mesmo tempo em que, a particularidade de lidar com as pessoas atingidas pela barragem de Fundão e com a sensibilidade de seus contextos exige uma parceria de confiança e intimidade, inerentes à horizontalidade das relações de poder e dos saberes produzidos pela academia e comunidade.

O jornal A Sirene enquanto projeto de extensão, diante das relações que se formam com a comunidade, inicia com a atenção ao que aflui do campo como demanda pela ação extensionista. Essa postura revela não só uma abertura dialógica e não assistencialista da extensão conforme trazido por Gadotti (2017), como também implica num posicionamento horizontal do projeto em relação aos poderes e saberes envolvidos no processo dialógico de se fazer a extensão. Há uma consideração dos anseios e saberes da comunidade como os propulsores do trabalho do projeto e, por isso, legítimos. Nota-se uma não imposição de poderes, de saberes ou de dinâmicas à comunidade para que a extensão se consolide e o jornal seja produzido.

É importante ressaltar ainda, que a dialogicidade entre a universidade e o campo, bem como a sua abertura à legitimidade dos poderes e saberes da comunidade, funcionam como condições potencializadoras para a afluência da construção de novos saberes a partir da configuração de outras formas de se pensar e perceber o meio. Tal dinâmica dialógica e horizontal das relações de poder são fatores que contribuem para uma ecologia dos saberes (Santos, 2006), para a descolonização de um pensamento homogeneizador que legisla sobre a vida e saberes outros. Essa descolonização do pensamento, que é a abertura para a legitimidade de outras formas de saber, leva ao que Mignolo (2007) defende como “desobediência epistêmica”, isto é, a construção de saberes que desobedecem aos padrões determinados de pensamento.

A potência dessa desobediência epistêmica é revelada quando o entrevistado afirma: “A gente vai recomeçar e de alguma maneira”, ou seja, é uma maneira ainda desconhecida, um saber que ainda não se sabe, mas que será construído.

Com a troca total da equipe a partir da extensão, os contatos e vínculos foram dessegurados e com isso, o jornal A Sirene e equipe, precisaram se adaptar ao cenário para que o jornal continuasse a existir:

> Então, acho que... que a gente... é... logo nesse começo com os atingidos, né, a gente tentou ser muito claro com eles sobre qual era a... a... participação da Universidade, sobre... o nosso papel, o nosso desejo, o meu papel e o meu desejo ali, deixei isso muito claro várias vezes, expressamente que assim... o acordo dentro do jornal era não fazer uma interferência, o jornal não ia passar pra mão da Universidade, se fosse isso eu tava fora, até eles entenderem... uma coisa de repetição e de conversa mesmo, de proximidade pra ganhar uma confiança dessas pessoas. Em relação as outras resistências, é... a gente tentou com muito diálogo é... tentando trazer essas pessoas pro jogo, né, mais havia uma resistência que depois é... você descobre que não é exatamente só uma foto de produção, que há um esgotamento, tem outros atravessamentos nesses processos, né... então... é... pessoas que tavam com problemas de saúde mental, problemas de saúde e já tavam esgotadas pelo tempo da Sirene (Barra Longa).

Sobre a narrativa exposta acima, é possível perceber que existia uma preocupação e desconfiança por parte das pessoas atingidas envolvidas na negociação sobre os limites da participação universitária, ou seja, a representação e os interesses da Universidade para a comunidade e projeto não eram claros. Entretanto, o entrevistado afirma que houve uma motivação, engajamento pessoal, para além do posicionamento da Universidade, em realizar o projeto mantendo a forma organizativa e produtiva do jornal de forma independente, como era inicialmente, sem o atravessamento, "interferência" ou domínio da Universidade.

A partir disso, é possível afirmar que a motivação e os interesses de atuar em prol dos anseios e aspirações da comunidade se consolidam por meio de posicionamentos e engajamentos pessoais e não necessariamente representa um posicionamento homogêneo da instituição.

Ademais, o entrevistado afirma também que o acordo foi realizado por meio de muita conversa e proximidade, para que uma relação de confiança se firmasse, isto é uma dialogicidade de saberes que vai ao encontro da atuação extensionista dialógica, comunicativa e não assistencialista (Freire, 2015; Gadotti, 2017), necessárias a uma atuação universitária democrática e comprometida com as demandas da sociedade (Boff, 2018).

Essa dialogicidade apresentada nas conversas iniciais do acordo em relação ao projeto, contemplando uma relação de proximidade e confiança, também revela uma não hierarquização ou imposição de relações de poder, uma relação horizontal, assim como não houve uma inferiorização ou submissão de saberes no processo, o que coaduna para o entendimento de que uma postura e ação dialógica da extensão possibilita a afluência de outras possibilidades de pensamento e descolonização do saber.

Já em relação às outras resistências encontradas, o entrevistado narra que além da desconfiança, também há um cansaço, dificuldades com a luta, adoecimento mental como fatores que levam à resistência de algumas pessoas atingidas em relação à equipe do jornal A Sirene. Sobre isso, é possível afirmar pelas informações coletadas de conversas informais e observações de campo, que esse cansaço, esgotamento e adoecimento vem tanto do processo de reparação com a Renova, como também de um sentimento de esgotamento devido ao investimento do tempo e dedicação às denúncias jornalistas e pesquisadores, sem um retorno efetivo, concreto, de soluções para suas angústias. As denúncias são realizadas e se transformam em histórias documentadas no jornal, mas em termos políticos as denúncias nem sempre acompanham suas soluções.

Sobre essas resistências, foi possível observar reflexões a respeito em uma das primeiras reuniões de pauta que participei. O jornal A Sirene como ação extensionista apresentava processos e procedimentos rotineiros. No início de cada mês, após publicação da edição do jornal anterior, é realizada uma reunião de pauta. Essas reuniões são encontros de toda a equipe do jornal de forma *on-line* via *Google Meet,* em que são discutidos quais os assuntos a serem abordados na edição seguinte e quem será responsável por cada apuração, isto é, quem será o responsável por coletar os depoimentos acerca do assunto pautado.

Nessas reuniões, os membros da equipe sugerem assuntos que foram pontuados pelos atingidos nos momentos de campo vivenciados. Essas demandas surgem nos encontros, nos eventos promovidos pelas pessoas atingidas ou via contato telefônico, em que eles comunicam à equipe técnica do jornal seus anseios. Posteriormente, as demandas são levadas para as reuniões de pauta, em que são discutidas as urgências, os destaques e as histórias a serem relatadas naquele referido mês.

A quantidade de pautas propostas é variável. Em alguns meses, como por exemplo, os meses de comemorações e festividades religiosas, o jornal de 12 páginas se torna pequeno para a divulgação dos assuntos. Nesse caso, a pauta não é excluída, entretanto, sua publicação é postergada para meses seguintes. Algumas pessoas atingidas

que não fazem parte da equipe técnica também já participaram das reuniões para sugerirem pautas, mas essa participação não se dá de maneira recorrente ao longo dos meses.

Especificamente na reunião de pauta de agosto de 2022, o atingio envolvido no processo produtivo do jornal apontou a repetição de pautas solicitadas por atingidos específicos, no sentido de que a publicação acatava a sugestão de pauta das mesmas pessoas e que era necessário diversificar. Em resposta, surgiram duas argumentações distintas: (i) a dificuldade da realidade do campo de que algumas pessoas não queriam falar; e (ii) destaques dados por "razões jornalísticas".

Um dos coordenadores presentes na reunião, relatou a falta de confiança dos atingidos, denunciando que determinadas vezes só conseguiu depoimentos por estar acompanhado de outros atingidos e ter sido apresentado como "Esse aqui é gente nossa!". Em conversas informais tanto com pessoas atingidas, quanto com membros do jornal A Sirene e das assessorias técnicas independentes, ouvi que a resistência de algumas pessoas atingidas à manifestação pública está relacionada ao cansaço e ao medo. Essas pessoas sofrem com cansaço e angústia em rememorar o acontecido, em expor suas condições de vida ao mesmo tempo em que não se percebe uma melhoria concreta a partir de suas ações e denúncias. Além disso, alguns atingidos mais ativos, que denunciam e cobram um processo de reparação mais justo, percebem que seus processos e demandas são tratados de forma diferenciada, morosa e complicada, uma forma de retaliação por seu comportamento e por isso, alguns têm medo.

Outro motivo apontado, foi a demasiada procura de empresas, imprensa e pesquisadores de universidades pelas pessoas atingidas ao longo dos anos, que exploravam suas vidas, histórias e informações. Uma atingida em conversa afirmou que essas pessoas "vem, escutam o que querem e depois vão embora".

Sobre os motivos apresentados como justificativa em relação às pessoas atingidas resistirem a prestar depoimentos, é possível afirmar que o poder hegemônico das mineradoras, que controlam o processo de reparação, funciona como um mecanismo que se estende ao funcionamento e produção do jornal, no sentido de que alguns atingidos interpretam a fala de denúncia como uma abertura ao recebimento de punição por parte das mineradoras no processo de reparação. Essa realidade reflete o poder colonialista que domina pelo silenciamento das outras narrativas, tal como exposto por Quijano (2005).

Ao mesmo tempo, a fala da atingida demonstra o tratamento dado a suas realidades e angústias como objeto, seja ela um objeto de informação ou de pesquisa,

assim como denunciado por autores decoloniais no que se refere ao tratamento dado a realidades diferentes das postas pela hegemonia, como algo a ser compreendido e explicado como um aspecto cultural, distante e até mesmo folclórico, subordinado a uma única fonte de conhecimento verdadeiro, que é a ciência (Santos, 2006; Lemos, 2019; Sayago, Bursztyn, 2006).

Ademais, sobre o interesse de pesquisadores ao caso do rompimento, a consequente procura pelos atingidos e o que é relatado por eles, é possível inferir a situação em que Boff (2018) denuncia como relação entre os muros da universidade e da sociedade. Nessa afirmação, o autor deixa claro a falta de comunicação que existe entre o espaço universitário e a sociedade, comunidade em que ela está inserida. Tal perspectiva, elucida sobre a produção hegemônica do conhecimento, que coleta informações do mundo concreto, o submete a um processamento e (re)produz o mesmo pensamento hegemônico, dentro dos limites das epistemes que lhe são próprias.

Ao mesmo tempo, essa apreensão demonstra a importância de uma atuação científica que esteja comprometida com a realidade concreta e com as necessidades transformativas que partem delas, pois assim é possível conferir a agencia e a humanidade negadas aos outros, aos subalternos (Walsh 2007; Mignolo 2008; Santos 2006, 2007; Porto-Gonçalvez, 2005; Dussel, 2005).

É importante ressaltar também que, o preconceito enfrentado pelas pessoas atingidas – como citado na seção anterior – que sofreram retaliação por moradores da cidade de Mariana que os colocaram como culpados pela parada das atividades da Samarco, bem como a manifestação e o trabalho do poder público em função da retomada das atividades da mineradora, coadunam para uma segregação, diferenciação e subalternização das comunidades, o que acaba por catalisar o silenciamento e apagamento das pessoas atingidas.

Se faz relevante mencionar ainda, a segunda argumentação presente na resposta da coordenação sobre a existência de “razões jornalísticas” que levam a eleição de determinados assuntos como mais importantes em detrimento de outros. Essas “razões jornalísticas” nos demonstram uma justificativa que elege uma razão, um saber acadêmico jornalístico como fator que sobressai a um saber que aflui da experiência, no sentido de que a eleição das “razões jornalísticas” estivessem acima do que estava sendo reclamado pela pessoa atingida.

Nesse momento foi possível observar que ainda que uma ação extensionista seja dialógica, que parta de relações horizontais, não hierárquicas e comprometidas com as

demandas, pensamentos e saberes da sociedade, haverá momentos conflituosos em que as ideias serão confrontadas e debatidas.

É importante ressaltar também que esses momentos de conflitos podem ser interpretados como um momento em que a ótica subalterna lida face a face com a hegemonia, fazendo uma oposição a pensamentos dominantes, tal como trazido por Mignolo (2007) como condição que torna possível a construção de novos saberes a partir de uma desobediência epistêmica. Isto é, um confronto de pensamentos que se colocam distintos, mas numa relação horizontal, com uma postura não hierarquizada, capaz de potencializar uma nova construção de saber.

Faz-se necessário afirmar que a presente pesquisa não busca legislar sobre tais saberes, no sentido de atribuir valor qualitativo sobre eles, mas sim, apontar como as relações se consolidam por meio deles.

Posteriormente às respostas de um dos coordenadores, o outro coordenador, que vinha realizando visitas a campo, exemplificou suas dificuldades, afirmou que a chegada em campo com atingidos é diferente, que a abertura é maior, mas que há um cansaço da luta em falar com jornalistas e pesquisadores, que esses profissionais batiam na porta das pessoas com perguntas e roteiros prontos e que a metodologia escolhida pela publicação, era de deixar as coisas fluírem e surgirem do campo, mas que isso levaria mais tempo. Assim, o atingido reconheceu as dificuldades e concordou com o coordenador.

Nesse momento, houve a dialogicidade de saberes pela ação comunicativa entre a equipe da universidade e o atingido envolvido no processo produtivo do jornal, no sentido de alcance de um entendimento, partindo da realidade concreta e não de um saber acadêmico. Assim, é possível afirmar que houve um processo comunicativo tal como trazido por Freire (2015), promovido a partir da dialogicidade do conhecimento acadêmico com a realidade concreta, de forma a produzir um sentido para aquele que representava a comunidade. Na produção desse sentido e consequente entendimento, há a democratização do conhecimento universitário, tal como trazido por Boff (2018), há a troca entre comunidade e universidade de forma a impactar seus conhecimentos e saberes, uma vez que o campo impactou na metodologia do coordenador, ao passo que retornou como um entendimento para aquele que representava a comunidade.

Paralelamente, o jornal A Sirene também é um espaço marcado por conflito entre as pessoas atingidas, como exposto pelo entrevistado:

> Mas o jornal foi um espaço de muito conflito entre eles [pessoas atingidas], isso eu fui percebendo durante um tempo, porque as histórias vem à tona e eu acho que são conflitos legítimos, eu volto a dizer, que ocorrem em qualquer comunidade, talvez num lugar onde você não tenha quase nada, onde o que você tem é dado por uma empresa, dado não, nem reparado, é... entregue a força judicialmente por uma empresa... é... tudo é muito importante, né, e... talvez abrir mão de tantas coisas o tempo todo passa a ser um... um dilema pra muitos deles, que abrem todos os dias e portanto fica muito fácil que esses conflitos sejam gerados ali, né, quando você tá numa situação de tensão... então a gente foi aprendendo a mediar isso, sabe, hoje eu acho que a gente faz uma mediação imensa desses... desses... não porque eles não sejam capazes de fazer, mas eu também acho que eles não tem que ter tempo ou preocupação pra fazer nesse momento em que o jornal tá tentando sobreviver (Bento).

A fala do entrevistado acima se refere a conflitos gerados em campo pela divergência de ideias entre as pessoas atingidas, esses conflitos se desdobram em torno dos seus anseios no processo de reparação. A mediação a que ele se refere, não se consolida na resolução do conflito de ideias a partir da adoção de um determinado posicionamento, na escolha de um lado, mas numa atuação que busca promover o diálogo entre as pessoas e no cuidado de não tratar pautas ainda polêmicas e divisionais como uma perspectiva a ser publicada e divulgada no jornal que os represente enquanto homogeneidade.

Vivenciado em campo, uma dessas divergências foi sobre a mudança das pessoas atingidas de Bento Rodrigues para as novas casas construídas. Essa divergência veio à tona por uma promessa da Renova de entregar parte das casas construídas em dezembro de 2022. Quando houve o rompimento da barragem e iniciou o processo de reparação e construção das casas, as pessoas atingidas fizeram um acordo, um combinado verbal de que a mudança para o Novo Bento (território onde estão sendo construídas as novas moradias das pessoas atingidas de Bento Rodrigues) só aconteceria quando tivesse condições de todos os moradores se instalarem em suas novas casas. A Fundação Renova tem sido morosa na construção de casas de algumas pessoas atingidas e, assim, surge esse acordo, como forma de pressionar a finalização da construção de toda a comunidade. Algumas pessoas atingidas entendem que, num contexto em que ocorre a mudança de

uma parcela da comunidade, haverá uma mobilização midiática das mineradoras e da Renova em demonstrar que o território estaria totalmente pronto para ser habitado. Entretanto, existem casas que nem mesmo tiveram seus processos de construção iniciados e, para os atingidos o entendimento de que a habitação do território já estaria sendo feita, acarretaria mais morosidade ao processo. Além disso, várias outras questões ainda não estavam resolvidas, como a presença das obras e trabalhadores externos no território, a ausência de documentação regularizada sobre as moradias, a necessidade de reparos em algumas casas que eram afirmadas como "prontas", etc.

Contudo, algumas outras pessoas atingidas não mais corroboram com esta ideia. O processo de reparação naquele momento estava prestes a completar sete anos, o que significava para eles sete anos sem a noção ou sentimento de estar em casa, de ter uma casa e morar nela. Nesse sentido, alguns atingidos afirmavam que ao possuírem a chance de realizar a mudança para a sua própria casa, assim o fariam, pois elas estavam cansadas do processo, da morosidade, da insatisfação com o espaço em que sobrevive, elas sonhavam em reviver o sentimento de estarem em suas casas, dentro na comunidade.

Diante desse conflito, a mediação realizada pelo jornal não se referiu a um posicionamento a favor ou em detrimento de determinada ideia ou pessoa atingida, mas sim, de denunciar as verdadeiras condições de habitação em que estava o território. A decisão pelas denúncias veio baseada em conversas aproximadas com a assessoria técnica e com a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABEF).

Assim, essa postura "mediadora" pode ser entendida como uma atuação jornalística influenciada pela dialogicidade de saberes, sensibilizada pelo que é percebido nos meandros da realidade concreta, isto implica em uma apreensão, uma abordagem, um saber atravessado pelo papel jornalístico e as demandas da comunidade em sua heterogeneidade. Dessa forma, a percepção e consideração dessas demandas da comunidade e suas diferenças, implica em uma atuação dialógica do projeto para com aqueles que são alvo de sua atuação, cumprindo assim, a proposta freiriana de uma ação extensionista baseada numa relação horizontalizada e comunicativa (Freire, 2015). Ao mesmo tempo em que leva em conta o que a sociedade traz para a universidade, cumpre a democratização do conhecimento universitário ao basear suas produções a partir das demandas sociais e consolida a função universitária de servidora à sociedade (BOFF, 2018).

3.1.3 O Jornal A Sirene em Campo

O mês da inserção em campo, junho (de 2022), é um mês tradicionalmente marcado por festividades nos territórios atingidos, o que permitiu vivenciar o planejamento do jornal nas reuniões e o processo em que as produções surgiam no campo, além de ter a oportunidade de conversar e interagir com algumas comunidades.

Para acesso às comunidades atingidas é preciso ter um meio de transporte, já que não existem linhas de transporte público para acesso a elas. Dessa maneira, as visitas a campo ficaram condicionadas aos momentos em que a UFOP disponibilizava carro e motorista para levar a equipe ou nos momentos em que o coordenador utilizou seu veículo pessoal para o trabalho da extensão. Essa realidade revela a precariedade da disposição de recursos destinados à atuação da extensão universitária, uma vez que o provimento realizado pela universidade não é suficiente para a consolidação de todo o trabalho e produção extensionista, levando seu corpo docente a investir recursos pessoais.

A problematização e discussão acerca da insuficiência dos recursos destinados à extensão, apesar de não ser alvo desta pesquisa, se torna importante dada a sua condição de obrigatoriedade de composição dos currículos da graduação, tal como definido pelo PNE em 2018 (BRASIL, 2018). Nesse sentido, é importante refletir sobre a capacidade da extensão se concretizar dada a condição material imposta às universidades.

De acordo com a legislação de 2018 (BRASIL, 2018), a extensão pode ser realizada até mesmo como prestação de serviço, o que implica em uma atuação que capitaliza recursos em sua própria atividade. Entretanto, é importante ressaltar que uma prestação de serviço, requer antes uma postura assistencialista da ação extensionista que limita a "assistência" àqueles que podem investir no serviço, o que deturpa a função extensionista de democratizar o conhecimento acadêmico e universitário, além de limitar a função universitária de servidora à sociedade, uma vez que o serviço se limitará também a quem pode financiá-lo.

Assim, a precarização dos recursos destinados à extensão, fomenta a existência de projetos capazes de capitalizar recursos em sua própria atividade, ao passo que obstrui as possibilidades daqueles que se debruçam sobre as necessidades sociais de comunidades e de realidades apartadas de recursos e até mesmo vulneráveis, numa ação não assistencialista, mas sim determinadas ao agenciamento político necessário para a transformação das suas vidas.

Ao mesmo tempo, com o apoio da Universidade e financiamento coletivo, não havia verbas para a impressão dos exemplares do jornal A Sirene, o que levou a manutenção das publicações em formato digital pelo *site* do jornal. Todavia, havia um pedido dos docentes coordenadores à UFOP sobre a possibilidade de a Universidade imprimir o jornal, o que veio a se consolidar a partir de agosto de 2022, como denotado:

> Quando o jornal voltou a ser impresso, também esse era outro desafio nosso, nessa... nesse convite da pró-reitoria e do departamento, que a gente achasse mecanismos pra fazer o jornal ser impresso, mal sabia a Universidade que seria ela que a gente iria convencer de imprimir o jornal (risadas). Já que a gente precisava imprimir urgentemente, as pessoas pediam pra ler o jornal impresso, porque tem dificuldades, né, quem é alfabetizado digitalmente (Bento).

> (...) acho que essa conquista da retomada do impresso é uma conquista muito importante e aí talvez uma... uma conquista que... que hoje a gente já pode fazer um balanço que é de fato uma conquista, é esse apoio da Universidade, porque esse apoio da Universidade, ele vai se dar como? Um apoio material é... na impressão do jornal, no transporte ao campo das nossas bolsistas, das nossas estudantes, é... e no reconhecimento a atividade na Sirene como uma atividade extensionista (Barra Longa).

A partir das falas dos entrevistados é possível inferir ainda que os recursos destinados à extensão na universidade sejam precários, há uma movimentação em sua estrutura para que os recursos necessários à consolidação do trabalho da extensão sejam atendidos e a insuficiência seja superada.

Após aceitação dos coordenadores e posterior apresentação ao grupo responsável pela produção do jornal, houve a minha entrada em campo. Fui apresentada a todos como estudante de doutorado em Administração da Universidade Federal de Lavras, ex-aluna da Universidade Federal de Ouro Preto e pesquisadora que se debruçava no caso do rompimento da barragem da Samarco, que chegava para somar esforços à equipe.

O primeiro evento em campo, no dia 25 de junho de 2022, foi uma comemoração de três anos da igreja Aviva, na comunidade Gesteira, que pertence à cidade de Barra Longa. A cobertura desse evento se deu por convite de uma atingida de Barra Longa, que

faz parte da referida Igreja. Nesse evento estavam presentes o coordenador do projeto, que registrou as fotografias e a jornalista para apuração de depoimentos.

Ao chegar ao evento, realizado na quadra da comunidade, percebi que os olhares eram curiosos, o coordenador com uma máquina fotográfica profissional chamou atenção do pastor que veio lhe perguntar quem éramos. Ele nos apresentou como equipe do jornal A Sirene e disse que estávamos ali a convite da atingida. Rapidamente o pastor agradeceu a visibilidade que estava sendo dada e permitiu a imersão no campo.

Sobre isso, é possível observar a partir da pergunta do pastor, que aquela comunidade não tinha familiaridade com a equipe do jornal, as pessoas não conheciam a equipe, ou seja, a equipe do jornal A Sirene, responsável por produzi-lo não era amplamente conhecida, o que nos levou à percepção de uma ausência de proximidade e diálogo com aquela comunidade, o que dificulta a afluência de uma relação de confiança, horizontalizada e comunicativa entre a universidade e sociedade.

Ao fim da cerimônia, a jornalista presente em campo naquele dia se dirigiu ao pastor, para coletar depoimentos sobre aquele momento, sobre o que estava sendo vivenciado. Em uma conversa inicial, ele falou livremente sobre o que sentia de poder viver aquela comemoração, que marcava a sobrevivência da igreja diante do descaso das mineradoras ao longo dos anos, criticando a assistência recebida pela Renova e o processo de reparação. Contudo, após solicitação para gravar o depoimento para posterior divulgação no jornal, o mesmo se mostrou desconfortável e alterou seu depoimento, escolha respeitada pela equipe da publicação.

Nesse cenário é possível compreender que esse atingido não se sentiu desconfortável em falar, narrar sua experiência e desconforto, mas sim com a divulgação midiática dessa experiência. Como já informado, o jornal A Sirene faz a divulgação das narrativas *ipsis litteris*, o que descarta um silêncio motivado pela alteração das falas, contudo, as pessoas atingidas presentes no campo, precisamente nesta cerimônia, não conheciam a equipe, tampouco tinham familiaridade com aquelas pessoas, conforme observado no momento da nossa chegada, podendo esse bloqueio na fala ser, então, fruto de uma falta de confiança nas pessoas que representavam o jornal A Sirene como mídia naquele momento.

Ademais, é importante refletir também sobre as possíveis consequências da divulgação midiática das falas. Em um cenário marcado pelas disputas de poder entre pessoas atingidas e aqueles responsáveis pela reparação, algumas pessoas atingidas se sentem coagidas pelo poder das mineradoras e da Renova e temem ser penalizadas em

seus processos reparatórios por apresentarem comportamentos e discursos de denúncia, o que gera o silenciamento por medo da repressão.

É importante ressaltar também que nos momentos de eventos em campo, algumas pessoas atingidas ao verem a equipe do jornal e alguém com a câmera fotográfica, não era incomum o pedido para que registros de imagens fossem feitas. Essa observação pode ser apreendida e interpretada tanto como forma de manter a memória visual do que era vivenciado e experienciado por eles, num momento de comunhão, ao mesmo tempo que remete ao que foi apontado em entrevistas acerca da "leitura" do jornal através das fotografias que ele apresentava, como explicitado nas falas:

> "E aí eu tive a lucidez de entender que as fotos no jornal A Sirene, as vezes falava mais do que os textos, porque as fotos podiam ser vistas por todos, o texto não. Aí começamos... por isso que eu gosto de trabalhar com... com... pessoas na capa do jornal, porque quando ocê olha cumpadre Geraldo na capa do jornal ele já te chama atenção, ele já te puxa pra você ver o que que tem dentro" (Camargos).

> "(...) cada vez mais... eu já via isso na Sirene, mas eu acho que tem ficado uma coisa muito viva, que é um projeto de memória do presente, de uma memória que é... é... atualizada todos os dias pelas histórias, pelas imagens dessas pessoas que perderam as imagens, né!? Quando o rejeito levou... e... e me parece que... como memorial, além de um veículo, como memorial... (...) eu me lembro que nas primeiras entregas do jornal, uma das coisas que mais me chamou atenção foi a força que as fotografias tinham pra trazer memórias que nem estavam explicitas nas fotos. Eu me lembro de algumas cenas, uma delas é de uma mão de uma pessoa, que a família olhou, era uma foto de uma mão, mão mesmo... e falou "é a mão da minha tia", bastou aquilo pra eles começarem a falar sobre um tanto de histórias. Eu num tava entrevistando, eu num tava..." (Bento).

A partir das falas supracitadas, é possível observar que há uma desconstrução do pensamento acadêmico que se veicula e comunica predominantemente através da codificação das palavras. Essa desconstrução em um primeiro momento, suscitou de uma aproximação dialógica com a concretude do campo, próprias de uma ação extensionista

comunicativa (Freire, 2015) e de dialogicidade de saberes, de forma a trazer a sensibilidade da compreensão de outras formas de comunicação e representação possíveis, que nesse caso, se refere às imagens das pessoas atingidas, de suas comunidades, atividades e práticas.

No que se refere às relações de saber, tal percepção acerca das imagens, pode ser compreendida como uma descolonização do pensamento acadêmico e construção de saber que encontra alternativas à comunicação e leitura para além da imposição hegemônica da utilização das palavras. Além disso, o entendimento da importância das imagens para a comunicação e sua respectiva atenção, funciona como uma construção de saberes baseada na "desobediência epistêmica", como trazido por Mignolo (2007), ao partir de uma ótica e posicionamento subalterno em relação à imposição, determinação da hegemonia.

A partir dessa narrativa é possível inferir também que as imagens divulgadas no jornal A Sirene permitem que o acesso e alcance do conteúdo do jornal às pessoas atingidas seja ampliado, de forma que essas imagens são capazes de trazer o reconhecimento e representatividade daquela produção, muitas vezes inacessíveis pelas palavras, principalmente por aqueles que não são alfabetizados. Essa representação acaba por aproximar a extensão da comunidade, ao passo que dialoga com ela.

Nas experiências de campo compartilhadas com os atingidos de Bento Rodrigues, comunidade mais afetada pelo rompimento, as posturas eram mais familiarizadas e íntimas. Em todos os momentos de experiência e observação foi possível notar que a equipe do jornal que participou dos eventos, que fez as coberturas, que colheu depoimentos foi bem recebida, acolhida e percebida como pessoas amigas, por isso, até mesmo o meu encontro pessoal como pesquisadora em campo não foi algo custoso, preenchido por barreiras ou desconfiança.

Em conversas informais com algumas pessoas atingidas, o manifesto e descrição em relação às pessoas da publicação era do lugar de escuta, da existência de pessoas que verdadeiramente deixavam que eles contassem a própria história.

Nesse sentido, aqui se consolida o objetivo da extensão a partir da proposta freiriana da comunicação, diálogo e escuta acerca da demanda comunitária. Ao mesmo tempo, é possível observar na produção do jornal uma postura que valida e legitima as narrativas, os anseios, as experiências e produções de mundo que diferem e se distanciam das narrativas e produções hegemônicas.

O evento em Bento Rodrigues mais significante em termos de observação se deu no dia 30 de julho de 2022, na festa de São Bento, patrono da comunidade. As pessoas atingidas fizeram questão de realizar a festa do padroeiro em seu lugar de origem, como algo sagrado. Eles ainda promovem encontros e comemorações no próprio território atingido, há um enorme valor efetivo àquele chão, àquela terra, ao que foi construído por eles.

No caminho que percorríamos até a chegada ao distrito de Bento, existiam espécies de "guaritas" em pontos da estrada, todas vigiadas por funcionários da Samarco e da Renova, que paravam todos os veículos que passavam, questionando para onde iria e para qual finalidade, demonstrando assim, que o território ainda é dominado e controlado pelo poder das mineradoras, consolidando um cenário de disputa com as pessoas atingidas, que tiveram que reclamar o acesso ao próprio território.

Em um dos trechos da estrada, foi possível ver um barranco com um talude construído com marcas de ferramentas manuais, ao invés de máquinas. Esse talude foi feito manualmente pelas pessoas atingidas, pois, no período de chuvas uma parte de uma encosta havia cedido, impedindo a passagem na estrada que levava até o Bento, impedindo, consequentemente, que os atingidos tivessem acesso ao território. Na ausência de medidas da Samarco ou poder público para corrigir o problema, alguns atingidos fizeram manualmente o talude e desobstruíram a estrada para que pudessem voltar a frequentar Bento Rodrigues.

A comunidade de Bento Rodrigues foi quase totalmente coberta pelo rejeito, uma parte mais alta não foi destruída e uma das casas que sobraram nesse espaço ainda é refúgio da família aos fins de semana e é o local de encontro da comunidade em momentos de festividade, como foi neste dia de campo.

Ao chegarmos no território, fomos todos recebidos com sorrisos, abraços e quitandas. Fui apresentada a algumas lideranças que ainda não conhecia como uma pesquisadora que fazia parte do jornal A Sirene, o que me fez ser vista com certa intimidade por elas e me deu espaço para algumas conversas informais, para entender a luta, as relações que ali se davam e o contexto de vida pós-rompimento.

Primeiro, houve uma procissão com todos os moradores ali presentes até a igreja da comunidade onde foi celebrada uma missa. A igreja que foi atingida pelos rejeitos e que teve sua parte interna destruída, contava com uma espécie de tablado, como um galpão, para que cerimônia pudesse ser realizada ali.

Ao final da missa, dois atingidos me contaram que aquela igreja tinha sido construída por eles, me mostraram uma parte de uma parede que restava após a passagem do rejeito, que tinha sido feita por suas mãos, que sua história e propósito de vida foi alicerçado na construção daquela comunidade. Saindo da igreja, um deles ainda me mostrou saudosista o calçamento que sobrou em uma das ruas, também construído por ele para aquele lugar. Ao olhar para os lados, ele apontava uma "montanha de rejeito" que a mineradora havia empilhado e dizia que ali atrás morava alguém por quem tinha imenso apreço e tudo tinha sido levado embora.

Outra atingida me contava que ela pertencia àquele lugar, que tudo tinha sido levado embora pela "lama", mas que aquele lugar não deixou de existir, ele ainda estava lá como território sagrado, que ainda pertencia a eles (aos moradores) e que não seria abandonado, que a Samarco não tomaria aquele lugar. Essa atingida me contou que vai ao Bento quase todos os fins de semana e fica na casa da família, em uma área que não foi atingida e que mais famílias faziam o mesmo.

Ela contou que no início tentaram proibir que os antigos moradores de Bento tivessem acesso ao território, que a Samarco havia proibido a entrada e que por isso, eles brigaram, fizeram barreira e ameaçaram quem os impedisse de ter acesso ao próprio terreno. Quando a frequência ao território começou não havia energia elétrica e nem luz no lugar, mas eles frequentavam mesmo assim até que foi exigido da Samarco prover acesso à rede elétrica e fornecimento de iluminação no lugar, mas sempre com muita luta!

Muitas fotos foram tiradas, pessoas foram ouvidas para a produção do jornal, principalmente as lideranças da comunidade. Neste dia, a bolsista estava presente como responsável por coletar os depoimentos. Os procedimentos para abordagem não variam, primeiro há um cumprimento e momento de descontração para abertura, a bolsista posteriormente fala da sua participação na equipe da publicação e pergunta a pessoa atingida se ela pode ou tem interesse em contar um pouco sobre como estava sendo viver aquele momento. Assim, a pessoa sinaliza se está disposta ou não. Em situação afirmativa para a concessão do depoimento, é pedida ainda uma autorização para gravação e assim acontece a intervenção. Nesta ocasião não houve empecilho ou dificuldade para coletar informações, o jornal A Sirene estava familiarizado em Bento Rodrigues, no diálogo próximo, muitas vezes descontraído, nos casos contados e pela percepção daquelas pessoas do jornal como um veículo responsável com a causa das pessoas atingidas.

Essas observações nos remetem a uma atividade extensionista baseada numa horizontalidade das relações, em uma postura não hierárquica da comunidade acadêmica

em relação à sociedade, assim como defendido por Freire (2015) e por Gadotti (2017), como uma extensão capaz de promover o agenciamento das comunidades.

Outra festividade foi realizada no território atingido de Bento Rodrigues, uma comemoração tradicional à Nossa Senhora das Mercês, realizada na Igreja das Mercês em 24 de setembro de 2022. Essa Igreja não foi atingida pela passagem do rejeito, pois, ela é localizada em um ponto mais alto do território, entretanto, as pessoas atingidas que estavam no local sinalizaram para impactos na estrutura da Igreja devido à movimentação de maquinário das mineradoras nas proximidades, que além de danificar a estrutura e não preservar o lugar de símbolo sacro, ainda destrói as memórias e a capacidade da comunidade de manter suas tradições, fator esse, característico de um poder colonial que subjuga e aniquila costumes, histórias e tradições de populações subalternizadas, que se distanciam dos interesses hegemônicos (Quijano, 2005).

Para a comemoração, primeiro houve o encontro, a reunião das pessoas atingidas na mesma casa descrita anteriormente como ponto de encontro das famílias. A mesma recepção foi montada: conversas, café, quitandas e lembranças do tempo vivido naquele chão. Os momentos de festividade no território são momentos de partilha, de comunhão entre as pessoas atingidas de Bento Rodrigues. Ainda que num cenário visivelmente marcado pela destruição, que traz certa melancolia, há um reconhecimento daquele território como parte das identidades, como lugar que marca quem elas são, assim, os momentos de presença naquele espaço trazem o sentimento do conforto de estar em casa.

Neste evento também foram recolhidos depoimentos dos atingidos acerca da festividade sem empecilhos ou resistência. O depoimento de um atingido em específico foi marcado por momentos de emoção. Ele recordava que aquela igreja das Mercês foi construída pelo seu falecido pai e por ele, que ainda pequeno ajudava o pai no trabalho na comunidade. A tradicional festa de Nossa Senhora das Mercês realizada ali ao longo dos anos, se consolidava a partir de grande mobilização de seu pai e ver a realização daquela festa, naquele dia, representava manter viva a tradição da comunidade, a comemoração de um evento sagrado daquele território e também uma forma de manter a memória de seu pai, já falecido. O significado da festividade e do lugar em que ela se realizou está além de uma representação religiosa ou manifestação da fé, para aquele povo. As festas em território atingido são a representação simbólica da continuidade, da manutenção das formas de vida da comunidade, que resistem ao apagamento, silenciamento e aniquilamento próprios do exercício de poder hegemônico e colonialista que domina e destrói o que não se coloca como semelhante (Quijano, 2005).

Já em eventos realizados para os atingidos, como a exposição de documentários, mesas de discussões e até mesmo o protesto realizado no dia 05 de novembro de 2022, que marca o acréscimo de mais um ano na luta por reparação, foi possível observar baixas frequências dos atingidos. Esses eventos foram organizados para eles e não por eles, o que gera uma não identificação no formato da cerimônia e o interesse dos atingidos. Alguns deles se dizem cansados de rememorar o rompimento e as violências sofridas e verem pouca alteração e transformação de suas realidades.

Apesar da baixa adesão das pessoas atingidas a esses eventos, a equipe da publicação compareceu a todos eles, uma vez que, houve a presença de lideranças e atingidos engajados na luta por uma reparação mais justa mesmo que de forma reduzida.

Em uma noite de quinta-feira do mês de setembro de 2022, houve a apresentação do documentário “Barragem”, dirigido por Eduardo Ades e produzido por João Felipe Freitas, que vieram expor o resultado do que foi gravado, numa espécie de devolutiva do trabalho executado. O documentário foi exposto no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP (ICSA-UFOP), mediante pedido de membros do corpo docente. Houve a presença da comunidade acadêmica do ICSA, tanto corpo docente como discente, mas a adesão das pessoas atingidas foi baixa, cerca de 6 pessoas apenas.

Esse mesmo documentário foi exibido em um dos eventos produzidos pela assessoria técnica da Cáritas, numa sexta-feira, dia 04 de novembro de 2022. Além do documentário, algumas lideranças também falaram sobre as violências que vinham sofrendo ao longo daquele tempo. O evento contou em sua maioria com representantes da Cáritas, uma pessoa do jornal A Sirene e algumas pessoas atingidas. Essas atividades fizeram parte dos eventos que marcavam os 7 anos do rompimento da barragem de Fundão.

No evento do dia 05 de novembro de 2022, o crime do rompimento completou oficialmente os seus 7 anos. Ao longo desses sete anos, em todo dia 05 de novembro há um ato de protesto no centro da cidade de Mariana-MG em relação ao crime do rompimento da barragem. A assessoria técnica lança uma programação com falas, caminhadas com faixas e cartazes em protesto ao crime do rompimento, além de às 15 horas (horário aproximado em que a barragem foi rompida) colocarem uma sirene para soar, também como forma de protesto.

Nesse dia 05 de novembro havia a presença de algumas lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), da assessoria técnica aos atingidos, também políticos, pesquisadores, fotógrafos do rompimento que fizeram ali uma exposição e

alguns atingidos de Paracatu e Barra Longa. As pessoas atingidas do território de Bento Rodrigues não compareceram ao evento e em conversas informais com uma representante da Cáritas, fui informada que a ausência dos atingidos de Bento se deu pelo cansaço em relação ao protesto realizado naquela data e, pela sua simbologia, a comunidade ter decidido se reunir no território atingido para estarem juntos.

A ausência das pessoas atingidas a esses eventos e o seu respectivo cansaço podem ser entendidos a partir de duas reflexões. A primeira delas é a ausência de possibilidades materiais e concretas que sejam efetivas na luta, que de fato transformem a realidade concreta e material das pessoas atingidas a partir desses eventos e, para tal, é necessário poder político. A segunda se refere à causa da ausência desse poder político, uma vez que, o poder político é um poder hegemônico e como tal, é possuído pelas mineradoras. Assim, o cansaço, a ausência e o consequentemente silenciamento das pessoas atingidas são reflexo da atuação do poder das mineradoras, que exercem seus poderes em direção ao apagamento dessas pessoas e deslegitimação de suas reivindicações.

Assim, o jornal A Sirene como extensão funciona não só como uma democratização do saber universitário na produção de um jornal das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, que é intermediado por esse saber num diálogo com a comunidade que divide seus anseios, mas é também um registro da continuidade de uma luta, resistência e de expressão decolonial por permitir que aqueles que sofrem a violência do poder colonialista narrem suas próprias histórias e experiências, permite que uma outra versão da história seja contada que não pelos algozes.

Ainda sobre os meus momentos de encontro no campo, bem como a coleta de entrevistas, foi possível apreender neste momento também, a noção acerca dos saberes construídos pelos entrevistados no que diz respeito ao projeto da publicação como extensão.

As narrativas que ali são expostas divulgam, põem para contato, apreendem outras formas de vida, outros costumes, outras formas de organização e também de saberes distintos daqueles impostos e naturalizados pelo poder hegemônico, o que é evidenciado pelas entrevistas:

> Eu acho que o nível de percepção de realidade, no contato... vai amadurecendo com uma velocidade tão grande... que no final das contas eles tão contando coisas que a gente não tinha se dado conta... os estudantes, as pessoas da Universidade... envolvidas no processo. Essa é

> uma formação difícil de cê fazer em sala de aula... como é que alguém consegue falar de uma experiência a dor, sem estar próxima a essa dor? É muito diferente tá ali e... eu sinto que... muitos desses que passam pelo projeto, tem uma pegada jornalística que é de um compromisso com estar no mundo e não só na mineração e dessa sensibilidade de ir aprofundando essa ideia do que é a violência, do que é a violência que a gente sente colocada pelas empresas, do que é a violência do capital, do que é a violência colonial, é diferente de ler sobre isso, é diferente de tá numa discussão, é... com a Renova... sobre onde vai ser o cemitério e as pessoas dizendo que aquele lugar não podia ser porque era próximo da casa delas, porque isso, porque aquilo... que faz parte de toda a identidade, a simbologia sobre a morte, sobre onde os mortos devem estar, sobre as coisas mais caras pra humanidade e aí essa técnica da Renova, que é uma das pessoas chaves hoje da Fundação, virar e dizer assim, na frente da estudante, é muito diferente quando você presencia a violência, dizer pra pessoa atingida "Mas qual o problema? Mariana tem várias casas em cima de túmulos, eu mesma moro numa casa em cima de túmulos". Quando você vê isso acontecendo diante dos seus olhos, por uma pessoa que tá falando da dor, do respeito, que tá te tratando bem e você coloca toda a dor dela eu num sei nem onde, mas não é num lugar bonito é... (Bento).

A partir da narrativa de Bento é possível compreender que o campo empírico vivenciado pela equipe do projeto do jornal A Sirene permite o contato com a violência do poder colonialista exercido pelas mineradoras e pela Renova, bem como com a realidade e sofrimento vivido pelas pessoas atingidas. Com isso, a equipe tem o afluir de um saber baseado no lócus da realidade a partir de seu contato, desenvolvendo uma sensibilidade e proximidade que favorecem o afluir, o despontar, a construção de um saber acadêmico que é mediado pelo que surge da experiência concreta, fator esse, pontuado pelo entrevistado como "diferente de ler sobre isso", isto é, a afluência de um saber que ultrapassa os muros da universidade, é um saber situado e aplicado em sua própria realidade.

O despontamento desse saber mediado pelo que surge da experiência concreta é fator determinante para que o pensamento encontre vias outras, não hegemônicas de produção e assim, desemboque na descolonização do pensamento. Essa descolonização

do pensamento é condição inerente à produção de saberes baseados em uma desobediência epistêmica, na negação da lente hegemônica para se pensar e produzir as realidades.

Ademais, a sensibilidade ao campo e no que nele ocorre, favorece uma atuação extensionista dialógica dos saberes, produzindo a ecologia de saberes proposta por Santos (2006), uma extensão horizontalizada e não assistencialista (GadottI, 2017; Boff, 2018), ao mesmo tempo em que catalisa relações assimétricas de poder com o campo.

> (...) o trabalho da Sirene não é simplista, ele não é um jornalismo... um jornalismo comercial, não é chegar e falar assim: "me fala disso", igual as outras empresas fazem e já fizeram muito com pessoas atingidas, tanto, que eles... é... ficam meio assim, de conversar, eles falam "não, peraí que jornal que você é?" Quando a gente fala "ah, a gente é da Sirene" a gente já chega com essa carteirada, vamos brincar assim, porque a gente sabe que se for outra instituição eles não vão falar, provavelmente. Então... é... quando a gente chega lá... a gente senta, toma um café, conversa, a pessoa conta da vida, mostra o galinheiro, mostra tudo que tem na casa dela, isso daí vai seis horas brincando, e depois a gente volta. Então, não é um trabalho simplista (Cláudio Manuel).

A fala do entrevistado supracitada reflete a distinção entre o jornalismo produzido pelo jornal A Sirene e as mídias hegemônicas. Enquanto as mídias hegemônicas operam comercialmente a partir de métodos instrumentalizados e utilitários, a publicação opera por uma via aproximativa, intimista e humanizada, reconhecendo a experiência de vida das pessoas atingidas como legítimas, o que torna o trabalho em campo algo complexo. Assim, complexidade percebida em campo e destacada na narrativa do entrevistado é resultado do entendimento de que os métodos comerciais instrumentalizados utilizados pelas mídias hegemônicas não dão conta, não são suficientes para abarcar as dinâmicas que surgem na experiência concreta com as pessoas atingidas.

A partir disso, o entrevistado descreve a construção de um saber e pensamentos produzidos em campo, distintos da imposição pela hegemonia, um saber aproximativo, dialógico, horizontal, abstido de uma posição de poder, que não sobrepõe formas de vida e experiência.

> (...) muito bom, todas as experiências que eu tive é... quando eu fui conversar com a dona [pessoa atingida] foi uma experiência tão grande, parece que encheu meu coração, encheu minha tarde, sabe!? Parece que eu tava na casa da minha avó, de ter chegado, conversado, de ver um carinho, de uma pessoa que... poderia só conversar comigo e "é isso que aconteceu mesmo e tchau", mas ver a grandeza dessas pessoas de falar: "não, peraí, senta aqui, cê acabou de fazer a pauta do fogão a lenha, mas vamos tomar um café. Nossa, cê gostou dessas flores que tem aqui na minha casa, eu vou te dar". Então eu cheguei aqui com um saco de... de... mixirica e cheia de flores. São essas gratas surpresas da profissão (Cláudio Manuel).

No trecho destacado é possível observar uma humanização do trabalho desempenhado pelo jornal e uma legitimação e respeito acerca das formas de vida e de manutenção das relações das pessoas atingidas, no sentido de não as compreender como objetos de pesquisa a serem explicados, em detrimento de suas subjetividades, de seu lócus enunciador e de seus próprios saberes, indo assim, contra as dinâmicas colonizadoras do pensamento, do saber. Além disso, a compreensão da validade e da legitimidade dos pensamentos e saberes das pessoas atingidas enquanto seres que requerem uma vida diferente da imposição hegemônica, funciona como a construção de um saber também diferente do que é apreendido pelas imposições hegemônicas sociais e acadêmicas.

> Então eu aprendi muito sobre isso, no sentido pessoal, aprendi... sobre companheirismo, sobre senso de comunidade, sobre discernimento, sobre amor, sobre respeito, sobre perseverança, sobre luta, sobre revolta, sobre LU-TO (pausa)... é... porque essas pessoas perderam, muito, muita coisa, então, eu aprendi tudo isso e aprendo todo dia. E não trouxe só essa grandeza pessoal (pausa) também... mas também trouxe uma questão profissional muito forte, de falar... que profissional que você vai querer ser? Que jornalista que você vai querer ser? Sabe? Você vai chegar e... vai tratar as pessoas de que forma? eu fico muito feliz de ter aprendido essas questões, (...) sobre o prazo do jornal, sobre como eu organizo *newsletter*, sobre como eu planejo uma entrevista, sobre como eu abordo as pessoas, atingidas ... (Cláudio Manuel).

Com a narrativa exposta acima, é possível compreender uma formação ética, política e cidadã a partir dos aprendizados pessoais do entrevistado na ação extensionista do jornal A Sirene, proporcionados por uma atuação baseada na dialogicidade de saberes e na comunicação tal como defendido por Freire (2015), além de proporcionar a produção de pensamentos e saberes não aprendidos através do meio acadêmico, mas sim através de relações sociais balizadas pela horizontalidade e da legitimidade de diferentes experiências.

> (...) no geral acho que a gente aprendeu a ouvir mais também sabe, porque o formato da Sirene é muito de ouvir, a gente por muitas vezes a gente só... coloca falas no... das pessoas atingidas, (...), então a gente não fala muito da nossa experiência, é sempre da delas (Águas Claras).

> (...) a gente aprendeu principalmente a ser um pouco mais humilde, vamos dizer assim. É... o jornalista e o jornalismo de uma forma geral, ele tem essa arrogância de ser o dono da palavra, né... então... a gente escolhe o que que a gente quer ouvir, a gente já pergunta sabendo que que a gente quer como resposta... esse jornalismo ensinado na Universidade, ele... é muito mais palavra falada do que ouvida, e com o jornal A Sirene a gente aprende que... a fazer um jornalismo que é muito mais ouvido do que dito, é... a gente escuta e... aprende muito mais do que a gente é capaz de colocar nas páginas do jornal. Ao mesmo tempo é... tudo que vai pras páginas do jornal são o que aquelas pessoas quiseram de fato dizer, então a gente aprende muito a ouvir, a ouvir com respeito e com responsabilidade, sabe... (Rio Doce)

Na fala trazida pelos entrevistados, é possível compreender a distinção de um saber jornalístico acadêmico hegemônico ensinado nas universidades e o saber produzido pela ação extensionista do jornal a Sirene. O saber hegemônico ensinado nas universidades é um saber “arrogante” e “dono da palavra”, isto é, um saber colonialista que confere poder de domínio da palavra, da narrativa, da explicação e que nega ao outro o seu poder de enunciação, o seu agenciamento epistêmico, objetificando a realidade do outro a partir de uma explicação sob a ótica hegemônica da própria experiência (Santos, 2006; Sayago; Bursztyn, 2006; Mignolo, 2008; Lemos, 2019).

Assim, para o entrevistado, o jornal A Sirene em oposição a tais dinâmicas colonialistas, constrói um saber compreendido através da humildade em ouvir. Essa humildade para a escuta é a construção de um saber que se relaciona, dialoga com o saber e pensamento do outro, isto é, a ecologia dos saberes trazida por Santos (2006) capaz de catalisar pensamentos outros, descolonizados das imposições hegemônicas de realidade e, assim, promover a desobediência epistêmica, tal como defendido por Mignolo (2008).

Ainda sobre a dialogicidade entre o saber acadêmico e a experiência, Paracatu expõe:

> Agora com o projeto, com a atuação da UFOP, o que eu acho legal é que a gente tem assim, é... duas pessoas com experiência, (...), então... eles conhecem, eles têm uma... uma linguagem né, relacionada a jornalismo, eles conhecem os protocolos, é... formas de fazer que tornam o nosso movimento bem menos experimental, isso é muito legal assim, essa maturidade, essa experiência deles, a forma como eles interagem com as estagiárias, que são estudantes de jornalismo e também com o restante da equipe de profissionais, (...). Eu acho que isso trouxe uma... uma maturidade pro jornal, sabe (Paracatu).

A partir da fala de Paracatu, é possível inferir a dinâmica de contato e influência do saber acadêmico na produção do jornal. O conhecimento acadêmico se relaciona ao processo produtivo do jornal com as "formas de fazer" e nos diálogos com a equipe profissional, que tornam o processo "menos experimental". Nesse sentido, nota-se que há um direcionamento dialógico de saberes sobre as possíveis formas de se realizar o trabalho, partindo de um saber construído não só pela experiência da publicação em si, mas também de um saber maturado pelo saber acadêmico e experiências anteriores. Logo, há uma construção de saberes que se baseia tanto no saber acadêmico, como na diversidade das experiências concretas adquiridas, que é explorada de forma dialógica com a equipe.

Já em relação aos saberes das pessoas atingidas, os entrevistados expõem:

> Eu acho que é importante você ter um senso de representatividade né, você ter uma... uma mídia que... tá realmente falando o que você tá passando sabe!? Por que muitas matérias, jornais, é... muita mídia já foi feita em cima de Mariana, em cima de Paracatu, de Bento Rodrigues e

> a maioria deles não falam o que realmente tá acontecendo (Águas Claras).

> (...) a autoestima né das pessoas, (...) quando a pessoa, ela percebe que ela tem voz, é... e que a voz dela é potente, a autoestima dela muda e ela para de se subalternizar, vamos dizer assim... para de ficar submissa a narrativas dos poderes, né... então muitas vezes quando a gente entra em contato com... as famílias atingidas, as pessoas atingidas, a gente percebe que o ato de falar, o ato de se... o ato de mostrar o ângulo a partir da onde as coisas precisam ser vistas, é... são também movimentos de autoestima, de reconhecimento de uma autonomia, de uma força, que é só delas... (...) o que a gente oferece mais do que ensina é essa capacidade de emancipação mesmo né, essa... essa autoestima, vamos dizer assim, é uma coisa que é construída mutuamente, enquanto a gente tá apoiando essa pessoa no processo dela de... de descoberta dessa voz, da potência dessa voz, a gente vai aprendendo enquanto a gente vai ouvindo isso. Então é mais em relação de conquista de uma confiança, muito... muito bonita (Rio Doce).

Em relação às falas citadas acima, é possível afirmar que há a produção de uma mídia que tanto considera, representa e legitima a narrativa das pessoas atingidas, reconhecendo as mesmas como agentes violentados pelo poder hegemônico das mineradoras e da Renova, como também confere a elas a "autoestima" de serem os agentes construtores de seus pensamentos e saberes. Isso confere a elas o poder necessário à imputação de suas identidades como válidas e o respectivo agenciamento político dessas identidades. Assim, essa "autoestima" potencializa a construção de pensamentos e saberes próprios e identitários das pessoas atingidas, que agem politicamente a partir deles e sobre eles, para a transformação da própria realidade, tal como definido por Mignolo (2007) como condição para a construção de saberes que desobedecem a imposição epistêmica. Ao mesmo tempo essa "autoestima" também confere a autonomia necessária a ação extensionista comunicativa, com vistas a emancipação e não dependência, tal como defendido por Freire (2015).

A partir da exposição dos resultados desta pesquisa, defende-se a extensão universitária comunicativa, dialógica, com relações horizontais como uma alternativa potencializadora da descolonização do saber e do pensamento hegemônico próprios da

ciência, bem como uma alternativa catalisadora da produção de saberes decoloniais, a partir de uma ação, experiência e posicionamento extensionista que consideram válidas e legítimas as demandas e anseios da sociedade, que pensa suas dinâmicas e possibilidades de transformação a partir das lutas incorridas em suas escolhas de formas de vida. Essa descolonização do saber e pensamentos hegemônicos a partir da extensão coaduna também com um movimento de descolonização da universidade enquanto instituição reprodutora do conhecimento e do mundo imposto pelo colonizador. Assim, a universidade alcança a verdadeira democratização do conhecimento, ampliando sua lente para as possibilidades pensadas fora de suas limitações conceituais.

Promover a descolonização do pensamento e do saber é promover também a justiça social à medida que se potencializa a justiça cognitiva, que permite que todos os povos pensem, produzam e reivindiquem o mundo em que se quer viver, um mundo pluriversal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central defendida nesta tese se refere ao entendimento da extensão universitária numa perspectiva comunicativa freiriana, não assistencialista e dialógica como um espaço potencial para a descolonização dos saberes. Não só um saber em seu sentido estrito científico cartesiano, mas um saber enquanto pensamento, que se abre para a possibilidade de pensar a construção de vários mundos distintos dos moldes e estrutura universais impostas pela modernidade e pela sua parte constitutiva, a colonialidade.

Assim, esta tese teve como propósito compreender como se dão as relações de poder e a construção de saberes na ação extensionista do jornal “A Sirene” com os atingidos pela barragem de Fundão, à luz da abordagem decolonial. Partindo da constatação de que a ciência moderna, estruturada pela lógica da colonialidade, historicamente negou a legitimidade de saberes produzidos fora dos centros hegemônicos, a pesquisa buscou evidenciar a potência da extensão universitária como caminho de resistência e possibilidade de reconstrução epistemológica.

O percurso teórico adotado, ancorado nos autores do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (Quijano, Mignolo, Dussel, Santos, Walsh, Porto-Gonçalves, entre outros), permitiu compreender que a produção do conhecimento é atravessada por relações de poder que reproduzem desigualdades históricas e

epistêmicas. Nesse sentido, a desobediência epistêmica foi tomada como movimento necessário para romper com a hierarquia cognitiva moderna, abrindo espaço para o reconhecimento e a legitimação de epistemes outras, plurais e situadas.

A metodologia de natureza qualitativa, sustentada na observação participante, nas entrevistas de história oral e nas conversas informais com os sujeitos envolvidos, revelou-se fundamental para captar as dinâmicas de saber e poder presentes no campo. Essa escolha metodológica permitiu que o conhecimento fosse construído em coautoria com os participantes, respeitando suas vozes, memórias e experiências como fontes legítimas de produção de sentido.

As análises e apreensões das informações permitem o entendimento que o jornal A Sirene surge a partir de uma resistência e conflito da população atingida pela barragem de Fundão e o poder hegemônico das mineradoras, sendo o jornal a representação e materialização da urgência dessas pessoas em serem ouvidas e de denunciarem as mazelas a que foram submetidas, de maneira respeitosa e fiel às suas narrativas.

Entretanto, a sustentação do jornal a partir de um posicionamento independente trouxe problemas em relação à sua manutenção, uma vez que, o jornalismo independente, isto é, aquele que se separa de um jornalismo hegemônico da propaganda, encontra poucas alternativas de capitalização para a sua manutenção.

Diante dessa dificuldade, as pessoas atingidas que estavam a frente do jornal A Sirene, juntamente com seus parceiros, encontraram na Universidade Pública, mais precisamente na Universidade Federal de Ouro Preto, o apoio necessário à continuidade de suas atividades. Entretanto, é importante ressaltar que as comunicações iniciais se desenvolveram com uma atitude de desconfiança por parte das pessoas atingidas de que a Universidade exercesse o controle do jornal e consequentemente das narrativas, gerando assim, medo de perderem a autonomia e força no compartilhamento das suas histórias.

Essa desconfiança inicial se justifica pelo cenário de disputa que existe internamente nas Universidades, já apontado por Castro-Gomez (2007), que também é refletido no contexto extensionista. A visão de uma universidade pautada pelo progresso técnico e científico, que coexiste em situação de conflito com a visão da universidade humanizada regida pela ética e moral (Castro-Gomez, 2007), se constitui na prática social e atuação de seus membros que se dividem entre aqueles que atuam em prol dos interesses econômicos e progresso (para angariar recursos privados) e aqueles que se posicionam a favor das populações em situações de vulnerabilidade, subserviência e em prol dos mais fracos nas relações de poder. Não de forma distinta, a UFOP internamente possui

membros que trabalham em prol dos interesses privados da mineradora e também aqueles que se debruçam sobre as comunidades atingidas entendendo as relações de poder e vulnerabilidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o posicionamento dos membros da universidade sobre o cenário de disputa entre o progresso e a humildade, determinam não só suas produções, mas os limites de suas atuações no que se refere ao dispêndio de recursos, como por exemplo no caso do jornal em formato *on-line* e formato impresso, uma vez que a impressão pela universidade foi reconhecida como conquista e como um trabalho de articulação entre vários membros. Além disso, visitas a campo foram possíveis em determinados momentos pelo dispêndio de recursos próprios dos professores envolvidos no projeto ou de pessoas atingidas. Esse contexto revela a urgência em discutir os meandros e nuances internas à universidade pública, bem como a sua disposição de recursos que visam garantir a manutenção de suas atividades e autonomia.

Apesar dessas limitações, o jornal A Sirene já se configura como uma ação de extensão que coaduna com a perspectiva freiriana desde seu início, pois é um projeto que surge de uma demanda social, uma vez que foi a comunidade que investiu na busca de auxílio da Universidade, mais precisamente a UFOP, ao mesmo tempo em que se posiciona numa relação horizontalizada, de escuta dos anseios, narrativas e vontades das pessoas atingidas como condições norteadoras do andamento do projeto. Isto porque a produção do jornal é definida a partir das sugestões de pautas apresentadas pelas pessoas atingidas, que se baseiam nos problemas vivenciados em suas realidades, a respectiva apuração é realizada de forma a divulgar o depoimento da pessoa atingida *ipsis litteris*, não havendo espaço para a sobreposição de narrativas da equipe envolvida, inibindo a possibilidade de uma categorização, interpretação e imposição de significados pelo meio acadêmico na figura daqueles que representam a hegemonia do conhecimento. Nesse sentido, o poder colonialista de enunciação representado por aqueles que representam a hegemonia também é barrado.

Foi possível inferir também que o processo de transformar o jornal A Sirene em um projeto de extensão foi realizado através de processos comunicativos e dialógicos intensivos entre a universidade e a comunidade a fim de assegurar a manutenção da autonomia e do respeito aos anseios da comunidade atingida. Nesse sentido, o projeto de extensão da publicação demonstrou mais uma vez a coadunação com a perspectiva freiriana de extensão como comunicação, ao mesmo tempo em que adotou uma postura

política extensionista não assistencialista, validando e legitimando as aspirações e experiências dos sujeitos nos quais o projeto se debruça.

É importante mencionar também, que diante da ação extensionista dialógica e interacional construída entre os acadêmicos e comunidade houve a necessidade de destituição da posição de poder acadêmica pelos agentes da universidade, como detentores de saber superiores à comunidade, uma vez que tanto os acordos prévios, quanto a construção da ação extensionista e processo produtivo do jornal implicam numa horizontalidade das relações. Essa destituição do poder acadêmico a partir de uma superioridade de saber, implica necessariamente numa relação em que os saberes são postos em regime de igualdade, isto é, há uma abertura à compreensão de um outro saber tão válido e legítimo quanto o acadêmico. Essa abertura é em si, a possibilidade de descolonização do próprio pensamento.

Passadas as primeiras conversas e exposição das expectativas, nos momentos iniciais do projeto, em que houve a efetiva construção das relações e trocas na experiência concreta como prática da extensão surgiram dificuldades na construção de proximidade e intimidade com a comunidade.

As pessoas atingidas em um contexto anterior foram demasiadamente acionadas por pesquisadores, jornalistas e universidades como objetos para a produção de informações. Todavia, esse acionamento foi obtido sem a produção de retornos e impactos efetivos sobre a vida da comunidade atingida, gerando um desgaste emocional no ato da elaboração e uma ausência de respostas ou respaldo acerca das informações que foram fornecidas. Tal aspecto nos revela no âmbito empírico o produto das angústias que deram origem a este trabalho, a ausência, dificuldade de comunicação entre a ciência e sociedade através da produção de um conhecimento apartado da realidade concreta.

Essa não proximidade e diálogo entre pesquisador/pesquisa e a sociedade, em seus termos práticos e transformativos proporcionou um sentimento na comunidade atingida de desconfiança e de inércia na construção de relações de proximidade e diálogo, o que funcionou como barreira a ser transposta pela equipe acadêmica.

Para a superação dessa dificuldade, a equipe acadêmica também não usou de exigências ou de determinações técnicas jornalísticas, revelando novamente uma não imposição de poder a partir de uma posição dominante garantida pelo saber hegemônico. A estratégia utilizada foi a comunicação e proximidade como forma de construir relações de confiança. Nesse sentido, o processo de construir relações a partir da comunicação e

proximidade implica ao mesmo tempo em um processo de construção de saber, promovido pela ação interacional dos sujeitos entre si e o campo.

As análises permitiram concluir também que o processo dialógico do ato de fazer a extensão e de se produzir o jornal a partir dela, proporcionou a desconstrução de saberes hegemônicos, a desobediência epistêmica e potencialmente a descolonização do saber, ao subverter a lógica jornalística empregada e ensinada pelo conhecimento acadêmico, que coloca o jornalista numa posição de "dono da palavra" que comunica, para a passagem de uma posição de escuta que suscita em um aprendizado e saber construído, tanto no que se refere ao entendimento da posição política do jornalista, como também um aprendizado ético, cidadão e humano sobre o que se escuta.

Além disso, os saberes construídos a partir das relações e simbologias dos acadêmicos com o campo passaram a influenciar suas atuações e produções enquanto docentes, pesquisadores e agentes no mundo, coadunando assim para o entendimento de uma construção de saberes que aflui, parte de pensamentos e interações com a realidade concreta e desemboca na produção de conhecimentos e de práticas decoloniais, revelando assim, a potência da extensão enquanto possibilidade de descolonização do saber.

Ainda nesse sentido, é possível afirmar, que a dialogicidade própria da interação dos saberes construídos na experiência e os saberes científicos coadunam a uma dialogicidade de saberes, próprios da ecologia de saberes proposta por Santos (2006) como possibilidade de desconstrução do conhecimento hegemônico e despontamento de um novo saber igualmente válido e legítimo.

No que se refere às pessoas atingidas, há o reconhecimento do jornal A Sirene como um veículo de resistência, de registro e documentação de suas realidades e de suas memórias. Há o reconhecimento de suas histórias e identidades enquanto sujeitos e comunidade, ao mesmo tempo em que se reforça o sentimento de luta e pertencimento.

Assim, a presente tese demonstrou que a extensão universitária, quando concebida a partir de uma perspectiva comunicativa freiriana, dialógica e não assistencialista, possui um papel decisivo na descolonização dos saberes e na reconstrução das relações entre universidade e sociedade.

Os resultados evidenciaram que o jornal A Sirene, ao se constituir como ação extensionista da Universidade Federal de Ouro Preto, promoveu um espaço comunicativo horizontal que desafia a estrutura hierárquica tradicional entre academia e sociedade. No processo de produção e difusão das narrativas dos atingidos, observou-se a emergência de um conhecimento coletivo, construído na fronteira entre o saber acadêmico e o saber

experiencial. Essa interseção promoveu uma ecologia dos saberes (Santos, 2006) e uma práxis freiriana de diálogo e emancipação, em que o conhecimento deixa de ser instrumento de dominação para tornar-se ferramenta de libertação. Nesse sentido, a ação extensionista desenvolvida na publicação, evidenciou que a comunicação, a horizontalidade e a coautoria configuram práticas capazes de romper com a lógica hegemônica da produção científica moderna e com as hierarquias epistêmicas que sustentam a colonialidade do saber.

Dessa forma, os resultados apontaram que o espaço extensionista, quando comprometido com a escuta e a legitimidade dos saberes locais, torna-se um território fértil para o exercício da desobediência epistêmica e para a construção de epistemologias plurais. O processo de produção do jornal revelou que o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes experienciados pelos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão permitiu não apenas a ressignificação das narrativas de dor e resistência, mas também a emergência de sujeitos epistêmicos que reivindicam o direito de pensar e de existir a partir de suas próprias realidades.

Assim, a extensão universitária mostrou-se não apenas um instrumento de democratização do conhecimento, mas uma prática política e emancipatória que questiona as fronteiras da ciência e propõe uma universidade comprometida com a justiça cognitiva e social. A partir do reconhecimento dos saberes “outros”, a extensão contribui para a constituição de um mundo pluriversal, onde múltiplas racionalidades coexistem e dialogam em condições de igualdade. A extensão, quando compreendida como prática política, ético-pedagógica e transformadora, revela-se capaz de tensionar os limites da universidade moderna, promovendo uma relação de reciprocidade e (co)aprendizagem entre os atores sociais. Assim, a experiência do jornal A Sirene demonstra que a extensão universitária pode transcender a função de mera disseminação de conhecimento técnico, tornando-se um campo fértil para a criação de epistemologias de fronteira e para a construção de um pensamento genuinamente decolonial.

Como contribuição teórica, a pesquisa reforça a necessidade de repensar o papel da universidade pública brasileira na superação da colonialidade do saber. A extensão universitária, quando conduzida sob os princípios freirianos de diálogo, escuta e participação, pode se tornar um *locus* privilegiado para o enfrentamento das hierarquias epistêmicas e para a consolidação de uma universidade socialmente comprometida. Do ponto de vista metodológico, a adoção da pesquisa participante e da análise narrativa

reafirma a potência de abordagens que reconhecem a experiência vivida como espaço legítimo de produção científica.

Já em termos práticos, esta tese oferece subsídios para a formulação de políticas universitárias que valorizem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendendo esta última não como apêndice, mas como dimensão estruturante do fazer científico. Propõe-se, ainda, que a universidade assuma sua função social não apenas como produtora de conhecimento, mas como mediadora de diálogos e partícipe das lutas sociais por reconhecimento, memória e reparação.

Conclui-se, portanto, que a extensão universitária, concebida como prática decolonial, é capaz de subverter as lógicas de poder que sustentam o conhecimento moderno, resgatando as vozes historicamente silenciadas, legitimando outros modos de existir, saber e narrar o mundo. O jornal A Sirene materializa essa possibilidade ao transformar a dor em resistência, o silenciamento em narrativa e o conhecimento em libertação. A extensão universitária pode e deve ser compreendida como um caminho decolonial de produção de conhecimento, capaz de reposicionar a universidade enquanto espaço de encontro, transformação e libertação — uma instituição que não apenas fala sobre o mundo, mas o escuta, o partilha e o reconstrói com aqueles que o vivem.

Ademais, faz-se importante ressaltar, a importância de se problematizar e aprofundar estudos em relação às limitações da extensão em termos (inclusive políticos) de equipe, estrutura e obtenção de recursos, uma vez que tais termos impactam na capacidade de desenvolvimento de suas ações, assim como nos seus resultados. Além disso, é importante ressaltar também pesquisas que se debrucem sobre o aprofundamento das relações de poder e saber de atores universitários e a sociedade, de forma a verdadeiramente reconhecer seus anseios e demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRADECIMENTO PELAS DOAÇÕES EM FAVOR DOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO. **Arquidiocese de Mariana**, Mariana, 02 de março de 2016. Disponível em: <http://arqmariana.com.br/site_2016/agradecimento-pelas-doacoes-em-favor-dos-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundao/index.html> Acesso em: 23 de fev. de 2026.

ARAUJO, A. G.; Ensaio sobre a Universidade e sua Função Social. Filosofando: **revista de filosofia da UESB.** Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/download/2125/1801/3573> Acesso em: 04 de mai de 2025.

ÁVILA, F. G. de.; SILVESTRE, A.; SANTOS, F. O.; PEREIRA, C. C. Q. Extensão e interculturalidade: contribuições para a extensão universitária numa perspectiva decolonial. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 24, p. 1-24, 2022.

BARCINSKI, M. O lugar da informalidade e do imprevisto na pesquisa científica: notas epistemológicas, metodológicas e éticas para o debate. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 279-286, dez. 2014.

BASTOS, R. C. Editorial. Curricularização da Extensão. **Revista Eletrônica de Extensão.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/58698/37177> Acesso em: 10 maio 2023.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 31, n. SPE, p. 97-126, 2015.

BOFF, L. A Universidade e o Saber Popular. **Revista Extensão & Sociedade**, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/14734/pdf> Acesso em: 18 setembro de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf >. Acesso em:10 de janeiro de 2025.

BRITO, L. M. de. Universidade no Brasil, Colonialidade do Saber e Decolonização: outras perspectivas para a educação nacional? **Revista Humanidades e Inovação**. Vol. 6, n. 2. 2019. p. 58-68.

CORREA, P.; SILVA, W. R. da. Implementação do Sistema de Automação da Quarta Usina de Pelotização da Samarco – Projeto P4P, Utilizando o Modelo de Fornecimento do Tipo MAC – Main Automation Contractor. *In:* SEMINÁRIO DE AUTOMAÇÃO E TI, 19°, 2015, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**. Anais 19º Seminário de Automação e TI**. p. 72-80. DOI 10.5151/2237-0234-26311. Disponível em: <https://abmproceedings.com.br/pt-br/article/implementacao-do-sistema-de-automacao-da-quarta-usina-de-pelotizacao-da-samarco-projeto-p4p-utilizando-o-modelo-de-fornecimento-do-tipo-mac-main-automation-contractor>. Acesso em: 23 de março de 2026.

CRUZ, P. J. S. C.; ARAÚJO, R. S. de. Extensão Popular: conceito, história e perspectivas. *In:* **Universidade e Educação Básica:** Ensino, Pesquisa e Extensão em Defesa de uma Educação Transformadora. Uberlândia – MG. Navegando Publicações, 2021, p. 25-42.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 24-32, 2005.

ESTADO DE MINAS. Moradores de Mariana Temem Desemprego Depois do Rompimento de Barragem. **Estado de Minas**, Brasil, 31 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/31/interna_gerais,730058/apos-rompimentos-mariana-teme-desemprego-apos-tragedia.shtml> Acesso em: 23 de fevereiro de 2026.

ESTADO DE MINAS. UFOP Constrói Casas com Rejeitos de Mineração e Siderurgia. **Estado de Minas**, Brasil, 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/07/10/interna_gerais,1518517/ufop-

constroi-casas-com-rejeitos-de-mineracao-e-siderurgia.shtml#google_vignette> Acesso em: 03 de agosto de 2024.

EXAME. Turistas dão Lugar a Desabrigados em Pousadas em Mariana. **Exame**, Brasil, 09 de novembro de 2015. Disponível em: <https://exame.com/mundo/turistas-dao-lugar-a-desabrigados-em-pousadas-em-mariana/> Acesso em 11 de maio de 2024.

FERREIRA, P. T. M. **Análise Crítica do Discurso de Criação da Fundação Renova:** a perpetuação dos crimes corporativos. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração e Economia. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais.

FERREIRA, M. R.; BLASZCYK, A. A Sustentação da Abordagem Decolonial na Extensão Universitária Brasileira por Meio das Diretrizes Legais do Estado. *In:* COSTA, R. S.; FREITAS, R. R. (org.) **Ambiente e Sociedade no Brasil:** desafios da zona Costeira e da educação ambiental. Palhoça: Ed. Unisul, 2020, p. 15-33. DOI: https://doi.org/10.19177/978-65-88775-09-7.15-33

FERREIRA, P. T. M.; PEREIRA, J. J.; NAVES, F. L. Representação de Atores Sociais nos desdobramentos de um Crime Corporativo. **Administração Pública e Gestão Social**, *[S. l.]*, v. 15, n. 4, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/14556. Acesso em: 29 jun. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1 MG. (2015a). Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. **G1**, Minas Gerais, 21 de nov. de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html> Acesso em: 24 de fevereiro de 2026.

G1 MG. (2015b). Rompimento de barragem da Samarco, em Mariana, completa um mês. **G1**, Minas Gerais, 08 de jan. de 2016. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2026.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

GROSFOGUEL, R.; ONESKI, G. C. A Complexa Relação Entre Modernidade e Capitalismo: uma visão descolonial. **Revista X**, [S.I.], v. 16, n. 1, p. 6-23, fev. 2021, ISSN 1980-0614.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar:** Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf Acesso em: 24 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM, B. dos S.; OLIVEIRA, L. M. P. de. Paulo Freire na Genealogia da Pedagogia Decolonial: uma leitura de extensão ou comunicação?. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed.especial, p. 914–929, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46ied.especial.68056.

KOGLIN, T. S. da S. KOGLIN, J. C. de O. A Importância da Extensão nas Universidades Brasileiras e a Transição do Reconhecimento ao Descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária.** V. 10 n. 2. P. 71-78. mai-ago 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658> Acesso em: 18 setembro de 2021.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.

LEMOS, M. R. de. **Modernidade e Colonialidade:** uma crítica ao discurso científico hegemônico. 1ed. Curtiba: Appris, 2019. 231p.

MALDONADO-TORRES, N. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto", *In:* CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade**. Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar. 2008.

MBAMBE, A. J.; Decolonizing the University: New Directions. **Arts & Humanities in Higher Education** 2016, Vol. 15(1) 29–45. Disponível em: <https://www.academia.edu/37932522/Mbembe_2016_Decolonizing_the_University_New_Directions> Acesso em: 10 de jan. de 2026.

MEIHY, J. C. S. B.; **Manual de História Oral**. ed., 5. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral:** como fazer, como pensar. ed., 4 a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, A.; ANDRADE, B.; POSSARI, R.; BIAZON, T. Entre Sonhos Soterrados, Dor, Impasse e Estagnação. **Jornal da Unicamp.** nº 662. 2016. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/662/entre-sonhos-soterrados-dor-impasse-e-estagnacao> Acesso em: 11 de maio de 2024.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica**.** *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-707.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, 33-49p.

MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**: Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. O espírito fora dos limites retorna ao Oriente: o fechamento das ciências sociais e a abertura de pensamentos independentes. 2014. **Current Sociology,** *62* (4), 584-602. https://doi.org/10.1177/0011392114524513

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro da Modernidade* * Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options (Mignolo, 2011), traduzido por Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2017, v. 32, n. 94 e329402. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 18 setembro 2021.

MIGNOLO, W. D.; BRUSSOLO VEIGA, I. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X** [S.I.], v. 16, n. 1, p. 24-53, fev. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142> Acesso em: 08 dez. 2023.

MIGNOLO, W. D., TLOSTANOVA, M. V. Theorizing from the Borders Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**. London: 2006, 9 (2) p. 205-221

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa.** São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. MPMG. **Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana: resultados e desafios cinco anos após o desastre**. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-resultados-e-desafios-cinco-anos-apos-o-desastre.shtml#:~:text=Considerada%20a%20maior%20trag%C3%A9dia%20ambiental,Santo%2C%20e%20no%20oceano%20Atl%C3%A2ntico.> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF (2016a). Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - Força Tarefa Rio Doce. 2016. **Denúncia**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF (2016b). **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar Inaudita Altera Pars**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

MOITA, F. M. G. DA. S. C.; ANDRADE, F. C. B. DE.. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, maio 2009.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

NETO, J. F. de M. **Extensão Popular**. 2. Edição. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NOGUEIRA, M. das D. P. **A Participação da Extensão Universitária no Processo de Descolonização do Pensamento e Valorização dos Saberes na América Latina**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. Projeto P4P da Samarco Atinge 97% de Avanço. **Notícias sobre Mineração**, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/outros/news/1125993/projeto-p4p-da-samarco-atinge-avan%C3%A7o> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

NOVAES, R. E. de., OLIVEIRA, M. C. S. L. Pesquisa-Intervenção na Extensão Universitária: uma opção decolonial na produção de conhecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 38, n. 75, jan/julho. 2023.

PIMENTEL, Thaís. Prefeito de Mariana diz que Prejuízo com Barragens é de R$ 100 milhões. **G1**, Minas Gerais, 11 de novembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/prefeito-de-mariana-diz-que-prejuizo-com-barragens-e-de-r-100-milhoes.html> Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 03-05, 2005.

POSO, F. de F.; MONTEIRO, B. A. P. Os estudos decoloniais e as interfaces entre extensão e pesquisa na formação de pesquisadores. **Revista Thema**, Pelotas, v. 22, n. 2, p. 427–450, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. 2005. Clacso. P.107-130.

REIS, D. DOS S., A Colonialidade do Saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade**. Revista Educação & Sociedade.** 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/V4NXjqDTzVTkVLRXQyDfdyQ/?lang=pt#> Acesso em: 02 de jun. 2023.

RODRIGUES, Léo. Dique Construído Pela Samarco para Conter a Lama Extrapola Prazo. **Agência Brasil**, Mariana, 06 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/dique-construido-pela-samarco-para-conter-lama-extrapola-prazo#:~:text=A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20dique%20S4,tinha%20validade%20por%20tr%C3%AAs%20anos.> Acesso em: 24 de fev. 2026.

SAMARCO. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. 2013. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2020/12/2013-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf> Acesso em: 24 de fevereiro de 2026.

SAMARCO. **Fazer o que Deve Ser Feito**. **Dossiê.** 09 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/12/DossieSamarco_09_152.pdf> Acesso em: 24 de fevereiro de 2026.

SANTOS, B. de. S. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. de. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, B. de. S.; MENESES, M. P. G; NUNES, J. A. Conhecimento e Transformação: por uma ecologia de saberes. Hiléia – **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, ano 4, n.º 6. 2006. p. 11-81.

SANTOS, G. A. O. Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: uma diálogo necessário. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 9, n. 3, p. 93-109, 2017. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 mar. 2022. http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol09.n03artigo16.

SAYAGO, D.; BURSZTYN, M. A tradição da ciência e a ciência da tradição: relações entre valor, conhecimento e ambiente. *In:* GARAY, Irene; BECKER, Bertha K (org.). **Dimensões humanas da biodiversidade:** o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006, p. 89-110.

SILVA, M. das G. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. **Anais Eletrônicos.** Caxambu: ANPEd, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1101T.PDF> Acesso em: 21 de março de 2026.

SILVA, J. C.; MOREIRA, M. Z. Análise de Narrativas como Método para Investigar Tensões na Identidade Profissional de Professor: conceitos e aplicação. *In:* XLVI ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – AnANPAD. 2022, em plataforma *on-line*, **Anais Eletrônicos.** Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/c90070e1f03e982448983975a0f52d57.pdf> Acesso em: 13 de jun. 2024.

SILVA, R. O. da. Abordagem Decolonial e Perspectivas da Colonialidade: análise da produção científica brasileira em periódicos e congressos de administração. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais.** Vol. 9, n. 2, 2022. p. 321 – 350. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/489/pdf> Acesso em: 01 de agosto de 2024.

SOARES, L. Q.; FERREIRA, M. C. Pesquisa participante como opção metodológia para investigação de práticas de assédio moral no trabalho**. Rev. Psicol., Organ. Trab. [online].** 2006, vol.6, n.2, pp.85-109. ISSN 1984-6657.

SOUZA, C. S. de.; ROMAGNOLI, F. C. University, traditional knowledge and possibilities of decolonial scientific production. **Rev. Ambiente & Sociedade** • São

Paulo. Vol. 25, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200063r3vu2022L4OA Acesso em: 22 de jan. 2023

TERMO de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC. Brasília, 02 de março de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf> Acesso em: 02 jun. 2024.

TINOCO, D.; SANCHES, M. 'Parecia que o Mundo Estava Acabando' diz sobrevivente em MG. **O Globo**. Política. 06 de novembro de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/parecia-que-mundo-estava-acabando-diz-sobrevivente-em-mg-1-17979495> Acesso em: 11 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Programa de Extensão faz Parceria com o Jornal A Sirene**. (2022A). 22 de março de 2022. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/comunidade/programa-de-extensao-faz-parceria-com-o-jornal-sirene> Acesso em: 03 de agosto de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Unidade Embrapii da UFOP Assina Contrato com a Samarco para Projetos Sobre Utilização do Rejeito de Minério**. (2022B). 21 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/pesquisa-e-inovacao/unidade-embrapii-da-ufop-assina-contrato-com-samarco-para-projetos> Acesso em: 03 de agosto de 2024.

VIZEU, F.; LARA, L. G. A. de. A Quem Serve a Pesquisa em Administração. **Revista de Administração Contemporânea,** v. 27, n. 2, p 1-7, 2023.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *In.:* **Nomadas (Col)**. 2007, (26): 102-113. Universidad Central, Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241011.pdf> Acesso em: 21 de março de 2026.